

A UNIVER
SIDADE DE
COIMBRA
E O
BRASIL

PERCURSO
ICONOBIBLIOGRÁFICO
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

A UNIVER
SIDADE DE
COIMBRA
E O
BRASIL

PERCURSO
ICONOBIBLIOGRÁFICO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EMAIL: IMPRENSAUC@CI.UC.PT

URL: HTTP://WWW.UC.PT/IMPRESA_UC

VENDAS ONLINE: HTTP://WWW.LIVRARIADAIMPRESA.COM

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

JOSÉ PEDRO PAIVA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

TEXTOS

JOÃO GABRIEL SILVA

JOSÉ PEDRO PAIVA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES

DÉCIO RUIVO MARTINS

FERNANDO RAMOS

LÚCIO CUNHA

RUI JACINTO

JOÃO ARRISCADO NUNES

MARIA APARECIDA RIBEIRO

INVESTIGAÇÃO E CONTEÚDOS DAS FICHAS CATALOGRÁFICAS

A.E. MAIA DO AMARAL (BGUC)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA (AUC)

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

MIGUEL PACHECO/REDINTEG LDA. (DIGITALIZAÇÕES DE LIVROS E DOCUMENTOS)

GILBERTO PEREIRA (EXEMPLARES ZOOLOGICOS)

PEDRO CASALEIRO (EXEMPLAR ETNOGRÁFICO)

TIAGO MAIA/AUC (PEÇAS MUSEOLÓGICAS – MA)

DELFIN FERREIRA (ARQUITETURA)

DESIGN

ANTÓNIO BARROS

INFOGRAFIA

CARLOS COSTA

EXECUÇÃO GRÁFICA

NORPRINT

ISBN

978-989-26-0161-8

ISBN Digital

978-989-26-0308-7

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0308-7>

DEPÓSITO LEGAL

342617/12

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE



TRANSDEV
Desenvolvemos mobilidade

(Página deixada propositadamente em branco)

Sumário

7

O Brasil e a sua *alma mater*

João Gabriel Silva

11

A Universidade de Coimbra e o Brasil, uma relação de Passado com Futuro

José Pedro Paiva; José Augusto Cardoso Bernardes

17

A Universidade de Coimbra e o Brasil

Joaquim Romero Magalhães

29

Brasileiros na Reforma Pombalina: criando novos caminhos da Ciência entre Portugal e o Brasil

Décio Ruivo Martins

55

Brasil

Fernando Ramos

61

O Brasil na Universidade de Coimbra: um diálogo de Geografias

Lúcio Cunha; Rui Jacinto

71

As Ciências Sociais e as Humanidades: pontes para a cooperação

João Arriscado Nunes

77

Brasileiros em Coimbra, Coimbra nos Brasileiros: viagem e torna-viagem da Univers(C)idade na literatura

Maria Aparecida Ribeiro

Catálogo da exposição

98

1 • Alunos brasileiros da Universidade

118

2 • Mestres e Reitores

134

3 • História do Brasil

Geografia e exploração de recursos naturais

Igreja, missionação e populações indígenas

Política, ciência, guerra e imigração

164

4 • Literatura luso-brasileira

178

5 • O prestígio da Universidade de Coimbra no Brasil

194

6 • Atos solenes na Universidade:

Doutoramentos *Honoris causa*

Visitas de chefes de Estado brasileiros

208

Anexo

Professores brasileiros da Universidade de Coimbra (1664-1937)

212

Bibliografia

Índice Antroponímico

Índice Cronológico

PALAVRAS DE ABERTURA
O Brasil e a sua alma mater

João Gabriel Silva

Reitor da Universidade de Coimbra



D. Francisco de Lemos. Quadro a óleo da autoria de Fr. Inácio da Silva Coelho Valente (1748-1833), que se encontra na Reitoria da Universidade de Coimbra (Gabinete do Reitor).



Brasil é um país fascinante. A música, as paisagens, a diversidade das gentes, a alegria, a imensidão, tudo nos consegue encantar. Sem o Brasil a lusofonia seria um fenómeno “local”; com o contributo inestimável deste grande país ela é uma estrela mundial em ascensão.

A Universidade de Coimbra (UC) teve uma importância decisiva na formação do Brasil. Foi em Coimbra que estudou quase toda a elite brasileira envolvida na independência do seu país. José Bonifácio de Andrada e Silva, o “patriarca da independência”, foi inclusivamente professor em Coimbra.

No mundo global em que vivemos, todas as sociedades têm de olhar para o planeta no seu conjunto e não apenas para a sua região ou país. O devir da Universidade de Coimbra está pois indelevelmente ligado ao do Brasil, país que desempenha um papel muito relevante para a UC, não só como charneira entre o novo mundo do Sul e o velho mundo do Norte, mas também porque é com a ajuda da UC - que recebe atualmente milhares de estudantes brasileiros - que o Brasil aprofunda o processo de construção da sua própria identidade, reconstrói a matriz cultural das suas raízes e contribui para a evolução cosmopolita das suas e das nossas gentes.

Esta exposição é por tudo isto um dado mais no (re)encontro entre a Universidade de Coimbra e o Brasil, permitindo afinal concluir que a ligação é funda, sempre existiu e só pode ficar ainda mais forte.

João Gabriel Silva

Reitor da Universidade de Coimbra

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O BRASIL
uma relação de Passado com Futuro

José Pedro Paiva

Arquivo da Universidade de Coimbra

José Augusto Cardoso Bernardes

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

A

s relações entre o Brasil e Portugal não são simples de avaliar. Existem, por um lado, francos motivos de exaltação: o primeiro de todos resulta, sem dúvida, da duradoura partilha de uma Língua comum, ágil e clara nos requisitos de comunicação e ainda portadora de uma memória histórica, literária e cultural assumida pelos dois povos; existem, depois, perspetivas de cumplicidade económica e geopolítica que a globalização parece tornar ainda mais promissoras. Mas não pode ocultar-se que nessas relações subsistem dificuldades menos compreensíveis. A circulação dos bens culturais, por exemplo, está longe de ser perfeita. Assim sucede com o cinema ou com as artes figurativas; e tal como acontece sobretudo com o livro - o designado “livro técnico” - mas também o histórico, ensaístico e mesmo o ficcional. Contra o que seria legítimo esperar, apesar da confluência no idioma que a serve, a cultura continua a encontrar dificuldades para atravessar o Atlântico nos dois sentidos, com a regularidade que se impõe.

A ideia que se tem é que, mesmo sendo já profundas, as relações luso-brasileiras têm ainda uma enorme margem para crescer. Nessa margem, ampla e diversificada, inscrevem-se as parcerias no campo do Ensino e da Investigação. Existem progressos significativos, alguns deles consumados nos últimos anos; mas não há dúvida de que a cooperação entre as universidades dos dois países não é ainda o que poderia ser.

Para que essa cooperação se acentue e ganhe laços mais fortes e estruturados é, desde logo, necessário que se instale uma visão prospetiva, sendo igualmente imperativo que venha ao de cima uma memória comum. Ora, se a ideia de futuro tem que ser ajustada em cada presente, a memória não pode ser inventariada e compreendida com menos cuidado. Pelo contrário. Nas suas diversas vertentes, também ela carece de um método e de um sentido, para ser efetivamente colocada ao serviço da causa da aproximação entre o Brasil e Portugal.

As relações entre o Brasil e a Universidade de Coimbra vêm conhecendo, desde o último quartel do século XVI, momentos de diferente natureza mas quase sempre de muita intensidade: desde o século XVIII, quando o número de alunos provenientes da então colónia portuguesa chegou a rondar os 10% da comunidade estudantil coimbrã,

até aos dias de hoje, marcados pela existência de numerosos programas de intercâmbio formativo, a Universidade de Coimbra teve mestres e reitores de origem brasileira, outorgou títulos honoríficos a individualidades do Brasil que se distinguiram no plano científico e no plano cívico, acolheu e participou em programas de investigação nos mais diferentes domínios, celebrou e estudou a língua comum e as culturas multiformes a que esse idioma deu origem.

Visando assinalar a importância dessas relações, o Arquivo e a Biblioteca da Universidade decidiram promover uma exposição documental e iconobibliográfica, congregando e disponibilizando algumas das muitas espécies que se guardam nos seus acervos, respeitando a domínios tão diversos como a História, as línguas indígenas brasileiras, a Literatura, a Geografia, a evangelização, a emigração, ou a vida político-militar.

É esse o sentido da presente iniciativa. No contexto de uma necessidade sentida por ambas as partes, justificava-se trazer à luz do dia sinais certificadores da intensa relação que sempre se verificou entre a Universidade de Coimbra e o Brasil. Nesse plano e respondendo a um dos vetores estratégicos da atuação da Reitoria da Universidade (assumido com especial ênfase pelo magnífico Reitor e pela Senhora Vice-Reitora para a Cultura) o Arquivo e a Biblioteca Geral decidiram participar na Semana Cultural de 2012, levando por diante uma mostra desses mesmos sinais. Só poderia ser uma exposição muito selecionada, tanta é a abundância de documentos (impressos, manuscritos e iconográficos) que ambas as instituições custodiam, dizendo diretamente respeito à presença de brasileiros na nossa Universidade Coimbra e também do impacto que tiveram membros da Academia conimbricense em múltiplos planos da vida do país irmão, desde o século XVI aos nossos dias.

Essa seleção difícil, bem como a complexa tarefa de compor o roteiro da exposição e os textos que a servem, ficou essencialmente ao cuidado de dois técnicos superiores de excecional craveira (um do Arquivo e outro da Biblioteca). A ambos (Drs Ana Maria Bandeira e António Eugénio Maia Amaral), conhecedores competentes do acervo das instituições que servem, se fica a dever o levantamento escrupuloso e a descrição pormenorizada de todas as peças.

Mas uma Exposição desta natureza requeria um Catálogo que a complementasse. Só assim os seus ecos podem perdurar para além do tempo em que estiver patente ao olhos do público no piso intermédio da Biblioteca Joanina (ela própria tão fielmente evocativa de uma história comum aos dois povos). E não poderia ser um Catálogo que se limitasse a replicar fotograficamente os objetos dispostos na sintaxe própria do livro. Entendeu-se assim que se deveria levar um pouco

mais longe o esforço, solicitando a professores e investigadores de diferentes áreas do saber que, refletindo sobre o seu conhecimento e o seu protagonismo em parcerias luso-brasileiras no âmbito dos plurais saberes científicos ministrados na Universidade, concebessem textos que de alguma forma afiançassem a força desta relação tão peculiar. É com muito gosto que verificamos que, apesar do escasso tempo de que cada um dispôs, esse pedido pôde ser aceite por boa parte dos que foram contactados. Nesse sentido, os ensaios que abrem o volume (alguns numa orientação mais retrospectiva outros optando por um registo de diagnóstico; uns situando-se em âmbitos mais gerais outros colocando-se num plano mais alargado) constituem, ao mesmo tempo, testemunhos vivos de uma relação muito particular e garantia de duas facetas: de que a Universidade de Coimbra vai continuar a ser uma instituição de importância inigualável em terras brasileiras e de que a memória do Brasil na *Alma Mater Conimbricensis*, sendo já excepcionalmente rica, há-de continuar em construção nos anos vindouros.

Coimbra, 1 de março de 2012 • Dia da Universidade de Coimbra

O Diretor do Arquivo

José Pedro Paiva

O Diretor da Biblioteca Geral

José Augusto Cardoso Bernardes

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

CATÁLOGO

DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA
GERAL DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA RELATIVOS AO BRASIL

Extractos do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca
da Universidade de Coimbra

POR

FRANCISCO MORAIS
Conservador do Instituto de Estudos Brasileiros

COIMBRA—1941

Capa do *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Geral relativos ao Brasil* por Francisco Morais, que é uma compilação de excertos dos catálogos publicados pela Biblioteca Geral. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, 1941.

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O BRASIL

Joaquim Romero Magalhães

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A 22 de setembro de 1772 chegou a Coimbra, recebido com pompas régias – pois do rei D. José I (1750-1777) vinha como Delegado e Lugar-Tenente – Sebastião José de Carvalho e Melo (1799-1783), Marquês de Pombal, Secretário de Estado do Reino. Aguardava-o em festa a população da cidade destacando-se o Reitor Reformador D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822) acompanhado das pessoas mais distintas da Universidade, Inquisição, Cabido Catedralício, Câmara e mais Nobreza da Cidade. Ouviram-se repiques de sinos e acenderam-se fogos durante três dias em honra do ilustre visitante. Logo nessas festas urbanas se notaram as luminárias “com efeitos de perspectiva” que os Brasileiros montaram no frontispício da Igreja de São João de Almedina, bem junto do Paço do Bispo onde o Marquês se hospedava. Brasileiros que aí também compareceram a festejar o Visitador régio que tanto cuidara da defesa da sua terra contra os espanhóis. Grupo em que seriam numerosos os estudantes da Universidade (que muitos naturais de Além-Atlântico a frequentavam), e até professores, com relevo especial para o carioca Reitor Reformador D. Francisco de Lemos.

Vinha o poderoso ministro proceder à fundação da Nova Universidade – assim se diria da Universidade reformada –, em que a grande novidade se materializava nas Faculdades de Matemática e de Filosofia (e também de Medicina). De que logo foram nomeados lentes e feitos doutores Miguel Franzini (?-1810), o P^e. José Monteiro da Rocha (1734-1819) e Miguel António Ciera (? - ?), para Matemática; António Soares Barbosa (1734-1801) e Domingos Vandelli (1735-1816) para Filosofia. Que em breve começaram as suas tarefas docentes: a 12 de outubro de 1772 abriram solenemente as atividades de ambas as novas Faculdades, tendo proferido a oração de sapiência na de Matemática o novo lente P^e. José Monteiro da Rocha, sendo António Soares o orador na de Filosofia. Apresentados (impostos) e jurados os novos estatutos,

esperava-se que a Universidade assim remoçada alcançasse elevados padrões científicos que era o objetivo que se lhe tinha traçado na reforma. Seriam estes os cursos científicos e os métodos para “bons e depurados Estudos das Artes e Sciencias.” Porque muitas eram as necessidades de modernização do País, que arcaicas instituições e caducas práticas pedagógicas atrasavam – muito em especial nos domínios científicos, pouco e mal cultivados. Com prejuízo dos próprios intentos da realeza, que não obstante o proclamado despotismo esclarecido com dificuldade conseguia acudir às urgentes precisões do Reino e dos seus domínios ultramarinos. Porque as colónias eram centrais ao Estado português de Setecentos, em especial a América Portuguesa. Havia que formar agentes régios, pelo que se impunha renovar a escola superior coimbrã afastando-a da obsolescência em que mergulhara e a que alguém chamou “bárbara, com todos os preconceitos escolásticos.” Porque nela se ignorava o ensino experimental e o sólido estudo da natureza em prol da “rançosa Filosofia Peripatética”, em que “sem silogismo / Não sabe como possa haver verdade.”

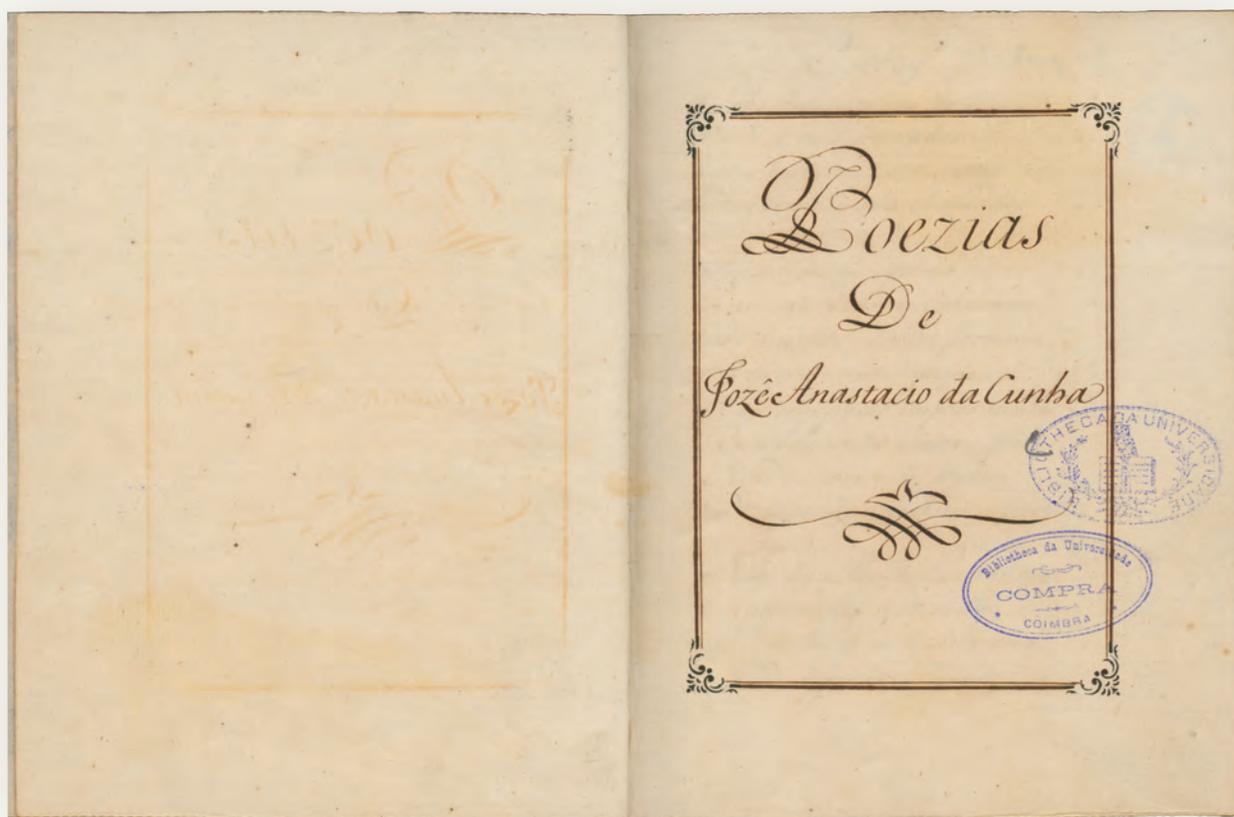
As carências e atrasos do País em conhecimentos científicos tinham ficado por demais evidentes aquando da execução do Tratado de Madrid. Esse instrumento diplomático, firmado com a data de 12 de janeiro de 1750, implicava que Portugal e a Espanha enviassem para a América do Sul gente capaz de passar as fronteiras agora convencionadas do papel para o terreno. O que pressupunha saber fazer as demarcações. Ora, na época, não era isso comum nem fácil. Havia já exigências de aplicação de conhecimentos matemáticos astronómicos que em Portugal não tinha muitos nem muito aptos cultores. Por isso houve que proceder à contratação de estrangeiros – difícil dada a limitação ao recrutamento que a garantia de estrita ortodoxia religiosa implicava. Acresce que a latente conflitualidade política entre os dois Reinos peninsulares também não viria a facilitar a execução do Tratado. Mas lá

se expediram as missões, que tendo executado algum trabalho no Sul do território retornarão ao Reino sem lhe pôr termo. O convencionado em 1750 ver-se-á suspenso para ser revogado em 1761 (Tratado do Pardo), só vindo a ser substituído em 1777 pelo Tratado Preliminar de Paz e de Limites (correntemente designado de Santo Ildefonso). Mesmo este apenas um Tratado Preliminar, pois que ainda se não atingira um acordo total. Embora uma vez mais se exigisse a demarcação de fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas na América. De cuja dificuldade política havia em Lisboa pleno conhecimento, pois que um dos membros do anterior governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), fora um dos expedicionários demarcadores no Norte do território em 1752, onde não conseguira sequer reunir-se com os espanhóis para iniciar os trabalhos.

As necessidades da colonização e defesa da América portuguesa não podiam ser ignoradas dos reformadores e hão-de ter contribuído para suscitar a radical modificação dos cursos em Coimbra. Porque a necessidade de geógrafos matemáticos, ou astrónomos, como também se dizia, tornava-se instante também para o território do Reino, onde tarefas de mensuração de toda a ordem urgiam. Havia que mapear e cadastrar o território, o que implicava rigorosos trabalhos de medição. Para o que se requeria o estabelecimento de empregos específicos para os matemáticos que a Universidade ia habilitando. A própria profissão de matemático, geógrafo ou astrónomo ficava pois prestigiada pela necessidade que o Estado tinha desses graduados. Haver matemáticos ao serviço da Coroa em todas as comarcas do Reino fora mesmo intenção de Pombal que depois se não cumprira inteiramente, como assinalou o luso-brasileiro D. Francisco de Lemos, reitor da Universidade que tanto na reforma se empenhara. Havia que preparar gente e empregá-la com utilidade para a comunidade.

Não com tão complexas consequências quanto o que se passava na raia do Brasil com a América Espanhola, mas mesmo assim de difícil solução. Fosse qual fosse a evolução do conflito larvar entre os dois Reinos ibéricos, a questão das fronteiras na América do Sul continuava em aberto e havia que encontrar condições para executar o que viesse a ser objeto de tratado. Uma boa razão para que se instituísse a Faculdade de Matemática, cujo capelo azul e branco devia conter de lado um globo bordado. Aí se apontava o principal, essa marca de especificidade que destacava a astronomia – cujo estudo ocupava uma exigente posição terminal no curso. E logo, embora com poucos alunos, começa a funcionar o esperançoso estabelecimento. Que teve os seus primeiros doutores feitos em atos académicos formais em dezembro de 1777. A reorganização desses estudos acompanhava os recentes desafios da Matemática, da Filosofia Natural e da História Natural na Europa.

Os novos graduados em Matemática (que estudaram com o veneziano Miguel Franzini, com o piemontês Miguel António Ciera e com o português José Monteiro da Rocha) tinham-se prestado a atos ditos de repetição — presididos por José Anastácio da Cunha (1744-1787), pouco depois penitenciado pela Santa Inquisição —, defendido as suas dissertações e debatido pontos à sorte em exame privado, jurado a Imaculada Conceição e ouvido missa do Espírito Santo; tinham tomado o grau de licenciado e depois de doutor em público (sendo padrinho o Doutor Ciera). Davam-se como habilitados para seguir para os territórios que havia que demarcar. O ensino agora ministrado tinha uma valência caracterizadamente prática. Ao serviço da administração do Reino e da defesa dos territórios coloniais. E assim, quando, depois do Tratado de Santo Ildefonso, se torna a pôr a questão da demarcação da raia, a contratação de matemáticos para efetuarem essas operações de geodesia para a parte portuguesa não exigirá a vinda de estrangeiros. Era um notório progresso.



Rosto de um volume manuscrito de *Poezias* de José Anastácio da Cunha, existente nos fundos da Biblioteca Geral. José Anastácio da Cunha foi Lente de Geometria da Universidade de Coimbra (entre 1773 e 1777), que muito terá influenciado, entre outros estudantes brasileiros, Lacerda e Almeida (ver peça 2 da exposição). **BGUC**: Ms. 1243

Dois desses jovens doutores saídos da Universidade renovada são enviados em 1782 para o sertão ocidental do Brasil: Francisco José Lacerda e Almeida (1750-1798), nascido em São Paulo e António Pires da Silva Pontes (1750-1805), também brasileiro e da mesma idade, natural de Mariana. Depois de receberem os capelos doutorais em 1777 (24 de dezembro), tinham sido expressamente treinados pelo Doutor Ciera, lente de astronomia em Coimbra, com prática nas demarcações no Sul-Oeste (do Iguaí ao Jaurú) aquando das tentativas de realizar o disposto no Tratado de Madrid. Dessa expedição resultou Ciera ter desenhado mapas que foram reunidos em um Atlas com 31 folhas, trabalho pioneiro de alta qualidade. Notáveis levantamentos de coordenadas – latitudes, longitudes e declinação da agulha – e também registo de cartografia foram depois elaboradas por Lacerda e Almeida e por Silva Pontes (no Rio Negro e em Mato Grosso entre 1780 e 1789). Com essa missão, ficou a conhecer-se com rigor o vale e as redes hidrográficas dos rios Madeira, Mamoré-Guaporé e Paraguai, além de outros. Ficaram cartografadas as capitanias do Rio Negro e do Mato Grosso. Ambos os astrónomos regressarão a Lisboa, ingressando como lentes na Academia de Guardas-Marinhas, promovidos a capitães de fragata e feitos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa. Silva Pontes vai elaborar a designada *Carta Geografica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil*, trabalho cartográfico da mais alta qualidade, representando o território tal como se reconhecia em 1797 (data do exemplar do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra) – que ficou sendo o primeiro mapa registando com rigor a totalidade dessa parte do império. Peça que junta a aprendizagem académica com o saber de experiências feito adquirido em remotas paragens. Silva Pontes, por vezes dito também Pontes Leme, será ainda governador do Espírito Santo vindo a falecer no Rio de Janeiro. Enquanto Lacerda e Almeida feito governador dos Rios de Sena morre no interior da África cuja travessia de Moçambique para Angola tentava realizar por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. Importantes tarefas para os saberes dos matemáticos.

Também fruto das novas orientações dos estudos na Universidade de Coimbra é Alexandre Rodrigues Ferreira (doutor em Filosofia Natural, nascido em Salvador da Bahia (1756-1815) a quem – por indicação de Domingos Vandelli de quem fora discípulo – o Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro (1716-1795) encarregou de uma expedição científica pelo Amazonas de que saiu uma extensíssima e minuciosa informação. Percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá de 1783 a 1792. Fora, desta vez, uma missão destinada a averiguar elementos para o conhecimento do que então se designava por história natural que não já de astronomia e geografia, tal como tinham sido preparados os trabalhos das expedições demarcadoras. A missão dirigida por Alexandre Rodrigues Ferreira, que ficou com a designação de *Viagem Philosophica*, demorou nove estirados anos. Dela resultaram inúmeros desenhos e extensa recolha de objetos, descrições escritas e elementos materiais da maior relevância como testemunho dos povos do interior amazónico nesses anos terminais do século XVIII. Igualmente doutor em Filosofia, em 1778, foi o discípulo preferido de Domingos Vandelli, Joaquim Veloso de Miranda, que instalado nas Minas Gerais (em Vila Rica) ao serviço do governo que secretariou, apesar disso também se dedicou à Botânica, tendo contribuído com vários tratados sobre a *Flora Brasiliense*.

São para a Astronomia (Geografia), as Ciências da Natureza (Botânica, Antropologia e a Geografia descritiva – Corografia) os mais sólidos resultados obtidos na modernização e atualização de conhecimentos em finais do século XVIII por antigos alunos com formação coimbrã (já resultante da reforma pombalina). Porém, há que não esquecer um elemento fundamental (e estrutural) da influência e importância da *alma mater conimbrigensis* na construção do Brasil, e desde o início: o direito e a sua aplicação.

Era uma única a legislação contida nas compilações régias, as *Ordenações do Reino*, aprovadas e revistas e postas em vigor no tempo de D. Manuel I (1512-1514 e 1521) e depois em tempos de Filipe II (1603). O mesmo o direito civil ou o direito penal, o mesmo o direito administrativo. Aprendido e treinado nos Gerais

conimbricenses. Por Coimbra passaram, estudando leis e cânones quantos exerceram as artes do direito no Brasil – fosse nas magistraturas como desembargadores (na Bahia ou mais tarde também no Rio de Janeiro), como ouvidores, juízes de fora, intendentos, magistrados em geral – fosse nas barras dos tribunais como advogados. Por vezes até ocorria que magistrados, tendo terminado o tempo das suas comissões, preferissem permanecer como advogados nos bons centros económicos do Brasil (nas Minas em especial) do que regressar ao Reino ou continuar as carreiras em outros lugares. Permanência que lhes era facilitada por haver muitos conflitos e muitos práticos sem formação advogando (mais tarde ditos rúbulas). Juristas nomeados para várias funções, porém com a mesma formação, aplicando os mesmos princípios e a mesma legislação aprendida da mesma maneira. Daí que a influência do direito, e tal como era ensinado em Coimbra – universidade única no País –, tenha contribuído poderosamente para a unificação e a manutenção unida dos territórios integrantes do Brasil. Magistrados que cedo foram nomeados, tendo acompanhado desde logo o primeiro governador-geral Tomé de Sousa (1549-1552). Oficiais régios civis que se destacam na organização e colonização do território – alguns mesmo com feitos militares. Assim aconteceu quase desde o início da presença portuguesa, quando o Desembargador dos Agravos Mem de Sá foi nomeado Governador-Geral do Brasil e por lá permaneceu até à sua morte (1558-1572).

Grande atração exercia o estudo coimbrão sobre os jovens brasileiros que por isso se deslocavam até ao Reino para o frequentar, o que aumenta na primeira metade do século XVIII. Talvez também acrescentando algum prestígio ao que a frequência universitária por si mesmo trazia. Universidade de que souberam também ver as fraquezas e debilidades. A um brasileiro se deve a escrita de um poema herói-cómico da mais direta sátira à Universidade dos tempos da reação antipombalina, a *Viradeira – O Reino da Estupidez* (1782). Aí a Estupidez surge tida como deusa da sabença oca que entronizam e a que prestam vassalagem os doutores coimbricenses: passado o intermédio pombalino, regressava em força o obscurantismo. “*Creio que deve ser restituída*

/ à grande Estupidez a dignidade / que nesta Academia gozou sempre.”

O autor satiriza com finura essa gente que queria regressar aos velhos tempos. Foi autor desta peça literária Francisco de Melo Franco (1757-1823) natural de Paracatú. Poemas satíricos comuns na época, a que altos poetas se dedicavam, acobertados no anonimato, como alguns anos depois ocorreu em Vila Rica com o aparecimento das esplêndidas *Cartas Chilenas* de Tomás António Gonzaga.

A formação intelectual e artística do Brasil também teve uma forte influência coimbrã. Basta lembrar que alguns dos poetas brasileiros do século XVIII por Coimbra passaram. O ambiente de cultura literária e de lirismo que se vivia entre académicos – que Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) também poeticamente atribuirá ao “influxo das águas do Mondego” – tocara forte nos cultores de rimas: assim frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), doutor e professor na Faculdade de Teologia, autor justamente celebrado do *Caramuru*. Entre os inconfindentes mineiros de 1789 não faltaram os poetas de elevado estro passados por Coimbra, como Cláudio Manuel da Costa, canonista, mais do que “correto metrificador” melancólico e doce, e, sobretudo, Tomás António Gonzaga (1744-1809). Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1792), doutor e lendo Instituta na Faculdade de Leis, também não deixou de cometer pecados poéticos de valor, sendo mesmo tido por um bom lírico, embora com obra pouco volumosa. Em quem se detetam a influência, à distância, de Cláudio Manuel da Costa – que exercia uma proeminência de patriarca e guia literário. Se nem o gosto nem o jeito a todos tocavam, sequer aos que também tivessem recebido o influxo das águas do Mondego, parece confirmar-se que nunca as musas fizeram mal aos doutores. Embora os resultados nem sempre tivessem sido interessantes. Outros mineiros por Coimbra andaram, nem todos com voos líricos, como o Dr. José Álvares Maciel (1760-1804), formado em Filosofia e História Natural, que no entanto também trazia a marca coimbrã de inclinação para a revolta. Como José Joaquim da Maia (1757-1788), que terá passado por Coimbra, fixando-se depois algum tempo em Montpellier. Conluios que não podem

deixar de se imaginar ligados por laços maçónicos. E o ensino universitário não seria esquecido como uma necessidade para uma sociedade libertada da opressão reinol. Não por acaso a fundação de uma universidade em Vila Rica fazia parte dos planos da falhada sublevação.

A Inconfidência Mineira terá que enterrar as suas raízes – ou pelo menos haverá acolhido uma forte influência – em interesses intelectuais correntes nos meios avançados da academia coimbrã. O mesmo ambiente em que Francisco de Melo Franco pôde produzir (talvez com a conivência de José Bonifácio) *O Reino da Estupidez* sem ser descoberto nem incomodado. A perseguição e prisão que sofrera não se relacionam com o poema satírico em que enxovalhou a Universidade. Ideias sediciosas germinariam entre os naturais de Minas: em 1786, trabalhando no Cuiabá, António Pires da Silva Pontes dizia “dever ser Minas Geraes (sua Patria) cabessa de hum grande Reino, faltando à obediencia devida a nossa Soberana, e aos deveres de cidadão.” Assim a denúncia inconsequente. Estava-se ainda a um par de anos da Inconfidência Mineira, o que permite pensar que esse intento separatista não seria uma originalidade do astrónomo natural de Mariana. Pode supor-se que mineiros estudando em Coimbra estariam de acordo com essa abertura para o futuro.

Vivia-se um período de transição. A reforma pombalina ia ser atacada, em nome da defesa contra doutrinas perigosamente novas. Com receio de se prejudicarem a religião e os bons costumes. Havia que evitar o “inconsiderado amor de querer saber mais do que deve e é lícito que saiba.” Dizeres oficiais... Há que recordar as perseguições a dogmatistas, naturalistas, teístas e outros heterodoxos que sob influência das Luzes se afastavam do catolicismo romano e que a Inquisição continuava a perseguir – embora com garras menos afiadas do que outrora, aparadas que já tinham sido pelo Marquês de Pombal. Pelo que alguns se descuidavam e não tinham tento na língua e olhos para ler o que não deviam. Foram esses erros fatais de José Anastácio da Cunha, como de Francisco de Melo Franco que pagaram a sua soltura com a cadeia. As inquietações que levedavam sob a pacata aparência do meio estudantil coimbrão

iriam emergir nas conspiratas que se espalham e intensificam nestes cruciais anos de final da centúria no Brasil. Será tempo de revolução americana, será tempo de leitura dos grandes autores pré-revolucionários da França das Luzes (Voltaire, Rousseau, Montesquieu): aproximava-se a grande revolução francesa que tudo ameaçaria subverter. No entanto, censuras e proibições, apreensões e rusgas nunca conseguiriam impedir que ideias novas se divulgassem – e já belas bibliotecas havia em Minas onde os autores subversivos não faltavam. Onde vagas ideias, ainda mal elaboradas, se difundiam. As confusas e inconsistentes ideias do Abade Raynal teriam alimentado muitos.

A mediação intelectual estudantil sempre tem sido essencial para as transições culturais e políticas, pese embora que não é aos estudantes que caberá o encabeçar revoltas. Menos ainda prepará-las e executá-las. Segredo estudantil... mais prudente é não contar com ele. O que não implica que brasileiros estudantes em Coimbra deixassem de pensar na independência e de para ela fazerem os seus planos. Sonhos e planos de estudantes, sem meios para desencadear qualquer processo de concretização sediciosa. Porém aventura intelectual destinada a germinar. O que veio a acontecer nas Minas Gerais, em Ouro Preto, em fins de 1788 – princípios de 1789. Serviu de espoleta a ameaça de uma pesada derrama de ouro a cobrar com que a Corte procurava fazer-se pagar dos quintos atrasados e outras dívidas à Fazenda Real. Lançamento fiscal cuja aplicação suspende o astuto governador Visconde de Barbacena, Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1754-1830), também ele doutor em Filosofia por Coimbra. Suspensão que inicia a atuação oficial para fazer abortar o levantamento a que se seguirá a repressão em que o alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes, 1746-1792) foi executado. A independência ainda teria que esperar – e as ideias que a sustentavam ainda teriam que amadurecer. Mas a semente estava lançada, e aqui e ali alguns esboços de levantes, conspirações inconsequentes e, sobretudo, aspirações de libertação da tutela colonial, se iam desenvolvendo: no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco. Anunciando o novo e independente Brasil.

Cópia ^{Paraiíba} Mo. e Ec. 1.^o A principaes pmas
dosta Cidade me expõem, que a total falta de Meos
de Gramatica desde que foram expulso os Jesu. que de
nominarão da Companhia de Jesus, tem feito crea-
cer a ociosidade da mocidade em danno gravissimo
da utilidade publica e em pouco tempo se reduzira tu-
do a huma ignorancia Lastimosa quando se fazem
preizos homens doutos para Christianizar abar-
bara gentildades, que abunda nestes sertões.

Esta Cidade se compoem de dous Conven-
tos de S. Francisco e de Nossa Senhora do Carmo
onde comodamente se podem abrir as artes compe-
tentes.

Paraes este particular se faz digno de V. Ex. o
per na presença de S. Mag. para dar aprovisen-
cia, que indispensavelmente se faz preiza.

A Pmoa de V. Ex. de 2.^o de Junho de 1765. // Jeronimo José
de Mello e Castro // Mo. e Ec. 1.^o Francisco
Xavier de Mendonça Furtado.

Cópia do ofício de Jerónimo José de Melo e Castro para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fazendo-se eco do pedido das principais pessoas da cidade de Paraíba para instalação de estudos de Gramática, inexistentes desde a partida dos jesuítas. Datada de Paraíba, 16 de junho de 1765.

BGUC: Ms. 2534 (Nº 14)

5234 1A
MICHAELIS ANTONII CIERÆ

IN REGALI OLISIPONENSI COLLEGIO
STUDIORUM PRÆFECTI

ORATIO

HABITA XIV. CAL. APRIL.

CORAM

JOSEPHO I.

LUSITANORUM REGE

FIDELISSIMO

CUM PRIMUM NOBILES ADOLESCENTES
STUDIORUM RATIONEM INGREDERENTUR

Anno MDCCLXVI.



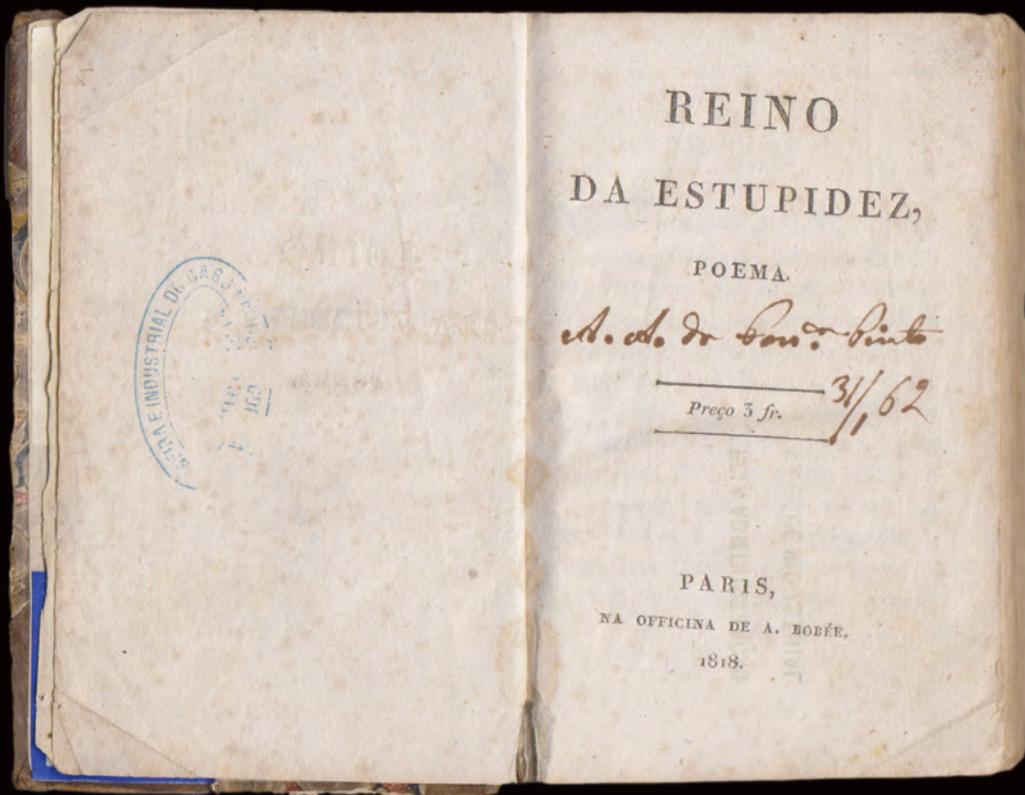
OLISIPONE

Apud MICHAELEM MANESCALIUM COSTIUM.

Ciera, Michele António - *Oratio habita XIV. Cal. April...*

Olisipone: apud Michaellem Manescalium Costium, 1766.

BGUC: Misc. 318 (Nº 5251)



Primeira edição impressa do *Reino da estupidez: poema* atribuído ao estudante mineiro Francisco de Melo Franco (1757-1823). Paris: A. Bobée, 1818.

BGUC: O.S. 292



THE LANDS OF CAZEMBE.

LACERDA'S JOURNEY TO CAZEMBE

IN 1798.

TRANSLATED AND ANNOTATED

By CAPTAIN R. F. BURTON, F.R.G.S.

ALSO

JOURNEY OF THE POMBEIROS

P. J. BAPTISTA AND AMARO JOSÉ, ACROSS AFRICA FROM ANGOLA
TO TETTE ON THE ZAMBEZE.

TRANSLATED BY R. A. BEADLE;

AND A

RÉSUMÉ OF THE JOURNEY OF MM. MONTEIRO AND GAMITTO.

By DR. C. T. BEKE.

[Published by the Royal Geographical Society.]

LONDON:

JOHN MURRAY, ALBEMARLE STREET.

1873.

Almeida, Francisco José de Lacerda e, 1750-1802 - *Lacerda's journey to Cazembe in 1798 ... also Journey of the pombeiros P. J. Batista and Amaro José, across Africa from Angola to Tete on the Zambeze ... and a Résumé of the journey of MM. Monteiro and Gamitto ... (The Lands of Cazembe).*
London: John Murray, 1873. VII, 271 p., 1 mapa desdobr.

BGUC: RB-7-45

BRASILEIROS NA REFORMA POMBALINA
Criando novos caminhos da Ciência entre Portugal e o Brasil

Décio Ruivo Martins

Centro de Física Computacional • Departamento de Física
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

O ambiente político e social que se viveu em Portugal desde finais da década de cinquenta do século XVIII contribuiu para a emergência de uma grande reforma na Universidade de Coimbra (UC). Foi uma época marcada por opiniões enérgicas contra o sistema de ensino considerado decadente quando comparado com os paradigmas europeus da época. No início da década de setenta deu-se a remodelação universitária, com particular incidência no ensino das matérias científicas. Alguns nomes oriundos do Brasil estiveram na génese e consolidação desta ação renovadora. A Reforma Pombalina da Universidade impulsionou o desenvolvimento científico e técnico, que se repercutiu indelevelmente não só em Portugal, como no Brasil. Após a criação das Faculdades de Filosofia e de Matemática, em 1772, Coimbra passou a ser o destino preferencial de sucessivas gerações de estudantes brasileiros que demandavam a Europa. Também a Faculdade de Medicina renovada no período pombalino contribuiu para o progresso das ciências médicas no universo luso-brasileiro. No início do século XIX o modelo pombalino da organização universitária começou a implantar-se no Brasil Colónia. Ainda antes da independência ocorrida em 1822 aquelas Faculdades foram o modelo para a criação das primeiras escolas de ensino superior, com o empenhamento de algumas personalidades formadas na então única universidade do domínio luso. Os caminhos da ciência percorridos nos dois países até à atualidade são indissociáveis deste período de transformações na UC.

Brasileiros na génese da Reforma Pombalina

A instituição de um plano de ensino das ciências modelado pelos padrões europeus mais avançados foi uma das grandes prioridades do Reitor Reformador, D. Francisco Lemos de Faria Pereira

Coutinho, 17º conde de Arganil, 52º bispo de Coimbra. Lemos era natural do Brasil. Nasceu a 5 de abril de 1735, no engenho de Marapicu, pertencente ao seu pai, na freguesia de Santo António de Jacutinga, em Iguazu, localizada na atual Baixada Fluminense, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Faleceu em Coimbra a 16 de abril de 1822. Frequentou o curso de Direito Canónico na UC, tendo recebido o grau de doutor em 24 de outubro de 1754 sob a direção do seu irmão mais velho João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (Rio de Janeiro, 1722 - Lisboa, 12-02-1799).

Em 8 de maio de 1770 Francisco de Lemos foi nomeado Reitor da Universidade, tomando posse no dia 29 do mesmo mês, cargo que exerceu até 1779. Juntamente com o irmão, João Pereira, foi nomeado pelo governo para fazer parte da Junta de Providencia Literária, criada por Carta Régia, em 23 de dezembro de 1770. Competia-lhe identificar as causas da decadência da Universidade e propor as medidas para a sua reforma sob a inspeção do primeiro presidente da Real Mesa Censória, o arcebispo de Évora, João Cosme da Cunha (Cardeal da Cunha) e do Marquês de Pombal. Em 1771 o diagnóstico teve um título eloquente: *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas e estragos feitos nas Sciencias e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*.¹

Nos documentos da Reforma da UC, a anterior organização dos estudos científicos foi criticada de uma forma inflamada. O ensino era caracterizado por uma lamentável e repreensível insciência, colocando Portugal fora do contexto do desenvolvimento científico europeu do século XVIII. No acometimento contra

¹ Junta de Providência Literária – *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1771.

a hegemonia da Companhia de Jesus, a responsabilidade deste alegado obscurantismo foi atribuída exclusivamente aos inicianos. De acordo com os ideólogos e conselheiros da Reforma Pombalina, a Filosofia, que até então oficialmente se ensinava, regulava-se por uma nociva influência da escolástica. Considerava-se que os temas eram tratados num ensino livresco dominado pelos arcaicos preceitos peripatéticos. Além dos jesuítas do Colégio das Artes, considerados os bastiões da escolástica, terem sido acusados de seguirem de um modo inabalável as ideias aristotélicas, também foram duramente censurados por não se isentarem de um condenável e ruinoso confronto, opondo-se a outros tipos de saber originados da *praxis* ou experiência científica.

Além do Cardeal da Cunha, o ambiente antijesuítico que precipitou a reforma universitária foi durante algum tempo alimentado pelo brasileiro autor do poema épico *Caramuru* – o padre agostiniano Frei José de Santa Rita Durão, (1718/20-1784), nascido no arraial de N. S. de Nazaré do Inficionado, em Cata Preta, distrito de Mariana, Minas Gerais. Após a conclusão dos seus estudos de Filosofia e Teologia em Coimbra, realizou o exame privado em 15 de dezembro de 1756, sendo admitido como professor substituto na cadeira de Teologia. Após a tentativa de regicídio, Durão desencadeou um processo acusatório contra os jesuítas responsabilizando-os de envolvimento no atentado.² Contudo, em 1761 mostrou-se arrependido do ataque que lhes tinha movido, rompendo com o Cardeal da Cunha, adulator e protegido de Pombal. Em consequência da vindicta que lhe foi movida pelo regime persecutório estabelecido, abandonou Portugal. Refugiou-se inicialmente em Ciudad-Rodrigo, Espanha, em 1762, tendo posteriormente passado por França e vivido em Itália.

2 BIRON, Berty R. R – *Caramuru: uma transposição do Velho para o Novo Mundo*. Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa. v. 3, n 1. 2010. p. 41-47.

Entre 1764 e 1773 foi bibliotecário na Livraria Pública Lancisiana, em Roma. Já no exílio escreveu uma *Retratção* com uma narrativa dos acontecimentos da época. Numa audiência com o Papa Clemente XIII apresentou a retratação, declarando o seu arrependimento pelas injúrias e calúnias contidas no sermão que pronunciara na Sé de Leiria a 9 de fevereiro de 1759 e na *Pastoral* que escrevera contra os jesuítas, enviada ao então Bispo de Leiria (Cardeal da Cunha – da qual este se terá apoderado e apresentado como autor). Santa Rita apenas terá regressado à UC³ depois de o Marquês do Pombal ter deixado o governo, ocupando novamente a cátedra de Teologia, proferindo em 1778 a *Oração de Sapientia* intitulada *Josephi Duram Theologi Conimbricensis O. E. S. A. pro annua studiorum instauratione oratio*. Faleceu em Lisboa no dia 24 de janeiro de 1784.

Entretanto, a reforma da Universidade avançara imparável.⁴ Pronunciando-se sobre a *Filosofia Escolástica*, que até então se considerava ter dominado o ensino no Colégio das Artes, e defendendo uma solução que colocasse a UC ao nível das melhores escolas europeias, Francisco de Lemos afirmou o seguinte:⁵

Como esta Filosofia [Peripatética], que com discredito da razão por tantos Seculos ocupou este nome só servia de deslocar o entendimento dos Homens, de corromper os estudos de todas as mais Faculdades, e de uma ruina geral das Artes; as quaes não podiam adiantarse, e nem promoverse, por meio de uma Sciencia verbal, toda destituída de conhecimentos Fizicos, e verdades certas na Natureza. Pareceu à Junta

3 A data do seu regresso a Portugal continua incerta.

4 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da – *Ciência e memória: aspetos da reforma da universidade de Coimbra de 1772*. Revista de História Regional 14(1). 2009. p. 7-48.

5 LEMOS, Francisco de, – *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra (1777)*. fl. 108.

Literaria, que devia ser abolida não só da Universidade, mas também de todas as Escolas Publicas, e Particulares, Seculares e Regulares d'estes Reynos, e Senhorios.

A ação do Reitor Reformador foi determinante para a mudança que se impunha. Na *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra*⁶ fundamentou a necessidade nos estudos universitários de um curso onde a Filosofia Natural fosse abordada numa dimensão consentânea com os avanços científicos da época. A Universidade deveria acompanhar os mais recentes avanços da ciência, e ser ela própria um importante fator para o desenvolvimento da cultura e do conhecimento científico. Pretendia fazer da escola o fulcro da unidade moral da nação e do Estado.⁷ A Reforma Universitária deveria dar origem a uma instituição de ensino dinâmica, atualizada e geradora de novos saberes. Segundo a sua opinião:⁸

...todas as Sciencias se aperfeiçoão cada vez mais, e se enriquecem com descobrimentos novos, que logo devem incorporar-se nos respectivos Cursos das Lições publicas; E por outra parte; que tem mostrado a experiência, que as Universidades nem tem infelizmente promovido estes conhecimentos, nem tem recebido com a promptidão os descobrimentos, que de novo se tem feito em todas estas Sciencias; porque sendo destinadas ao ensino publico se julgam limitadas a um Curso de Lições Positivas; e só trabalham, e se ocupam em conservar, e defender as que huma vez começaram a ensinar com grande prejuizo do Bem Comum, e do adiantamento das letras: Foi servido confederar as ditas Tres Profissoens de Naturalistas, Medicos, e Mathematicos em huma Congregação Geral, a qual tivesse por Instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição

6 BRAGA, Theophilo – Dom Francisco de Lemos e a reforma da Universidade de Coimbra ; *Relação geral do Estado da Universidade de Coimbra desde o principio da nova reforma até o mez de setembro de 1777 ...* / Dom Francisco de Lemos. – Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

7 ARAÚJO, Ana Cristina – *Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo*. In. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra : Imprensa da Universidade. (2000), p. 10.

8 LEMOS, *ibidem*. fl. 120 – 121.

das mesmas Sciencias do modo que felismente se tem praticado, e pratica nas Academias mais Celebres da Europa; melhorando os Conhecimentos adquiridos, e adquirindo outros de novo, os quaes se fizessem logo passar aos Cursos respectivos das ditas Faculdades.

Na avaliação sobre o estado da UC, o Reitor Reformador exaltava a influência da Universidade no progresso científico, técnico e económico do país. O estudo das ciências naturais era indispensável para um melhor conhecimento das riquezas naturais, trazendo para a indústria novos recursos materiais, com o consequente desenvolvimento do comércio. Os objetivos da reforma foram enunciados em função de uma meta considerada prioritária e fundamental para o desenvolvimento da nação: o ensino experimental das ciências da natureza estimularia o desenvolvimento de novas artes, novas manufaturas, novas fábricas, e o aperfeiçoamento das existentes. Neste aspeto os resultados da reforma da Universidade tiveram repercussões assinaláveis no Brasil.

A 13 de maio de 1799 D. Francisco de Lemos foi pela segunda vez nomeado reitor da Universidade. Tomou posse no dia 16, cargo que ocupou até 27 de agosto de 1821, em que foi exonerado a seu pedido. O seu segundo mandato reitoral foi marcado pela invasão francesa. Enquanto a Universidade era encerrada e vários estudantes e professores se voluntariaram nos batalhões académicos que resistiram aos invasores, o Reitor assumiu uma atitude colaboracionista. Nesta época esteve ausente em França, tendo sido um dos membros escolhidos pelo general Junot, para fazer parte da deputação criada em 23 de fevereiro de 1808 com ordens para estar em Bayonne entre 1 e 10 de abril, encarregada de cumprimentar e prestar homenagem a Napoleão.⁹ Regressou sob proteção das tropas francesas, chegando a Portugal a 9 de novembro de 1810.¹⁰ Foi eleito deputado às cortes gerais

9 Por ordem de Junot de 12 de maio de 1808, foi publicada em francês e português, na *Gazeta de Lisboa* e afixada por todo o Reino, uma carta escrita em 27 de abril de 1808, pela chamada Deputação portuguesa enviada a Napoleão Bonaparte, falando da situação de Portugal no interior do Império francês.

10 HESPANHA, António Manuel – *Sob o signo de Napoleão. A Súplcia constitucional de 1808*. Almanack Braziliense. N° 7. 2008. p. 80-101.

e constituintes em 1821 pelo Rio de Janeiro, mas não chegou a tomar posse, e faleceu no ano seguinte.

Monteiro da Rocha: Um projeto científico vindo do Brasil

O mentor do programa de ensino das ciências físico-matemáticas do projeto pombalino de reforma da Universidade tinha vindo do Brasil. Com efeito, um dos grandes conselheiros da reforma pombalina foi José Monteiro da Rocha (1734-1819). Foi por intervenção do Reitor Reformador que o Marquês de Pombal teve conhecimento do seu mérito científico. Tendo-o chamado a Lisboa, encarregou-o da redação dos novos Estatutos da Universidade na parte das ciências físico-matemáticas. O percurso anterior de Monteiro da Rocha permanece incerto nalguns aspetos. Nascido em Canavezes, presumivelmente terá sido levado para o Brasil ainda jovem, onde ingressou na Companhia de Jesus em 1752. Aí terá feito os seus estudos no colégio dos jesuítas da Bahia. Depois da extinção da Ordem, continuou durante algum tempo na colónia, tendo sido encarregado da educação dos filhos do governador da Província. Em 1760 foi ordenado padre secular na Bahia. Depois do seu regresso a Portugal em 1766, fixou-se em Coimbra. Frequentou aí a Universidade entre 1766/7-1770, formando-se em Cânones.¹¹

Por ocasião da passagem do cometa Halley, em 1758/1759, Monteiro da Rocha redigiu em Salvador, na Bahia, um manuscrito sobre a teoria dos cometas, que concluiu em março de 1760, quando ainda tinha apenas 25 anos de idade. Neste documento, intitulado *Systema Physico-Mathematico dos Cometas coposto por occasião de hum que foi visto no ano de 1759 na cidade da Bahya*, Rocha analisava a sua natureza física e o modo de calcular as respetivas efemérides.¹² Por razões que se desconhecem, o manuscrito escrito no Brasil

11 TEIXEIRA, António José – Apontamentos para a Biographia de José Monteiro da Rocha. *O Instituto: Jornal Científico e Litterario*. - Volume XXXVII (1889-1890), p. 65-98.

12 Apenas em 1799 José Monteiro da Rocha viria a publicar um estudo sobre a *Determinação das Orbitas dos Cometas*, nas Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa (vol. 2, 1799, p. 402-479).

manteve-se inédito na Biblioteca Pública de Évora¹³ até que o investigador brasileiro Carlos Ziller Camenietzki o encontrou e publicou em 2000.¹⁴ Ainda no Brasil, Monteiro da Rocha terá iniciado um estudo sobre uma solução matemática para a obtenção da longitude pelas distâncias lunares, o qual dedicou ao *Senhor Conde de Oeiras, Ministro e Secretário dos Negocios do Reino*.¹⁵

A formação obtida entre os mestres jesuítas no Brasil habilitou Monteiro da Rocha para o desempenho de um papel de relevo na Reforma Pombalina. Destacou-se na elaboração dos Estatutos da nova Faculdade de Matemática, nomeadamente do plano de estudos do *Curso Mathematico*. Porém a sua importância não se limitou ao período reformador. Tornar-se-ia uma das principais figuras da Faculdade de Matemática e da própria Universidade, tanto enquanto professor das cadeiras de Foronomia (1772-1783) e Astronomia (1783-1804) e Diretor do Observatório Astronómico (1795-1819), bem como vice-reitor (1786-1804).¹⁶ Um dos mais importantes projetos em que se empenhou foi o da criação do Observatório Astronómico. A construção do edifício do Observatório previsto nos estatutos pombalinos passou por várias vicissitudes. Inicialmente foi delineado um imponente edifício, bem ajustado à grandiosidade do projeto pombalino para as ciências. Mas o plano inicial foi abandonado em setembro de 1775, provavelmente, devido ao seu exagerado custo. Só em 1790 começou a ser erigido um edifício mais modesto no Paço das Escolas.

13 O Códice encontra-se no fundo Manizola n° 506 na Biblioteca Pública de Évora.

14 CAMENIETZKI, C. Z. (Org.); PEDROSA, Fábio Mendonça (Org.) – Sistema físico-matemático dos cometas de José Monteiro da Rocha. Rio de Janeiro: MAST, 2000. CAMENIETZKI, Carlos Ziller; PEDROSA, Fábio Mendonça – A Observação Cometária de José Monteiro da Rocha no Brasil Seiscentista. Anais do VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Editora da Universidade de São Paulo. 2001. p. 103-106.

15 PEREIRA, José Manuel Malhão – Um manuscrito de cerca de 1767, do P. José Monteiro da Rocha, S.J. com uma solução matemática para a obtenção da longitude pelas distâncias lunares. Cuadernos de Estudios Borjanos. L-LI, 2007-2008. p. 339-394.

16 FIGUEIREDO, Fernando de – O Programa curricular do Curso Mathematico delineado nos Estatutos Pombalinos (1772) e os primeiros livros adotados para o seu ensino: um estudo comparativo. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 184-198.

Apenas ficou concluído em 1799, tendo existido até meados do século XX quando a Alta coimbrã foi completamente transformada – o edifício foi demolido. Para equipar o Observatório com os melhores instrumentos, Monteiro da Rocha encarregou-se de encomendar aos mais conceituados fabricantes ingleses através de João Jacinto de Magalhães, na época a viver em Londres.¹⁷

Um brasileiro na origem do *Laboratório Chimico*

Com a Reforma Pombalina da Universidade a Química emergiu em Portugal com assinalável atualidade. O italiano Domenico Agostino Vandelli (Pádua, 1735 - Lisboa, 1816) foi contratado pelo Marquês de Pombal para ensinar Química e História Natural, sendo vários os brasileiros que sob a sua orientação obtiveram formação científica e técnica.¹⁸ Os Estatutos Pombalinos estabeleciam com clareza o objeto da Filosofia Química, definindo as razões da inserção desta disciplina no Curso Filosófico e determinando a natureza experimental do ensino pretendido.¹⁹ Para que as experiências relativas ao *curso das lições* fossem realizadas com bom proveito dos estudantes foi criado um moderno e amplo laboratório. Foi concebido para que aí se pudessem fazer as preparações químicas destinadas ao uso das artes em geral e da medicina em particular. Os estudantes que se destinavam a frequentar o Curso Médico deveriam ter uma preparação prévia em Química.²⁰ Esta ciência

17 FIGUEIREDO, Fernando José Bandeira de – José Monteiro da Rocha e a atividade científica da “Faculdade de Mathematica” e do “Real Observatório da Universidade de Coimbra”: 1772-1820. Tese de doutoramento. Coimbra: [s.n.], 2011.

18 O seu filho Alexandre Antonio Vandelli, nasceu em Coimbra a 27 de junho de 1784 e viria a naturalizar-se brasileiro. MARQUES, Adílio Jorge; FILGUEIRAS Carlos A. L. – O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. *Química Nova*. vol. 32 no.9. 2009. p. 2492-2500.

19 FERRAZ, Márcia H. M. – As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química. São Paulo: Educ / Fapesp, 1997.

20 FILGUEIRAS, Carlos A. L.. A influência da Química nos saberes médicos acadêmicos e práticos do século XVIII em Portugal e no Brasil. *Química Nova* [online]. 1999, vol.22, n.4 [cited 2011-12-14], pp. 614-621. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40421999000400022&lng=en&nrm=iso.

foi instituída como disciplina autónoma no Curso Filosófico, com o objetivo de *indagar as propriedades particulares dos corpos: analisando os seus princípios, examinando os elementos de que se compõem e descobrindo os efeitos e propriedades relativas que resultam da mistura e aplicação íntima de uns aos outros*.²¹

Na origem do *Laboratório Chimico* encontramos um brasileiro: José Francisco Leal – natural do Rio de Janeiro (1744), morreu em Coimbra (1786). Num ofício do Marquês de Pombal para o Reitor da Universidade de 12 de fevereiro de 1773 pode ler-se:

Fica porem ainda aqui a planta do Laboratorio Chymico, que foi necessário formar-se pelo modelo, que o Dr. José Francisco Leal trouxe por minha ordem da côrte de Vienna de Austria, havendo eu conhecido que o paiz de Alemanha he aquele em que a referida arte tem chegado ao gráo de mayor perfeição.

A determinação de Pombal para que o projeto apresentado por Francisco Leal não ficasse sob qualquer pretexto comprometido ficou bem expresso nas palavras do ministro:²²

Esta planta chegará porém brevemente à presença de V. S.^a com o tenente-coronel Guilherme Elsdén, de cuja notoria dexteridade se ajudará V. S.^a tão utilmente, como já lhe mostrou a experiência do serviço que ahi fez o referido oficial. Não deve V. S.^a coangustar-se pela falta de meios necessários para se effectuarem as referidas obras. A indispensável necessidade d'ellas deve prevalecer a todo reparo dos antigos zelos.

Coimbra passou a ter um moderno laboratório para estudos de processos químicos e metalúrgicos, que é contemporâneo do que

21 COSTA, A. M. Amorim da – De Stahl a Lavoisier em Portugal Setecentista. *Química, Boletim da Sociedade Portuguesa de Química* n° 32/33 (Série II), (1988). p. 8-10.

22 Carta de 12 de fevereiro de 1773 do Marquês de Pombal ao reitor-reformador in *Coleção Geral das Ordens*, fl. 92.

é considerado o grande fundador da Química: o francês Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794). O projeto foi concretizado e na *Relação Geral Sobre o Estado da Universidade* Francisco de Lemos afirmava:²³

Para fundar este Estabelecimento aplicou o Marquez Visitador a parte septemtrional do Collegio, que comprehendia o refeitório, e as mais officinas adjacentes. E não podendo também servir todos estes edifícios para o Laboratorio, foi preciso demolir tudo e edificar de novo o Edifício...²⁴

Acha-se feito o mesmo Edifício, e só necessita de alguns ornatos, e perfeições, que não impedem o uso, que se faz delle, para as Demonstrações, e Processo Chemicos.

Criado o *Laboratório Chimico*, a Química em Coimbra teve um desenvolvimento significativo, acompanhando as evoluções mais recentes observadas nos principais centros europeus.²⁵ Este processo teve um contributo assinalável do brasileiro Vicente Coelho de Seabra Silva Telles.²⁶ Nascido em 1764 em Congonhas do Campo, no Estado de Minas Gerais, veio para Coimbra em 1783. Em 1786 terminara os estudos preparatórios de Filosofia e Matemática e concluiu o Curso de Medicina em 1791. No entanto a vocação de Seabra era a Química. No mesmo ano em que completou os seus estudos médicos foi nomeado demonstrador da cadeira de Química e Metalurgia. Em 1788/1789, com apenas 24 anos e quando ainda era estudante de Medicina, publicou o livro *Elementos de Química* com uma dedicatória à *Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro* para o uso do seu curso de Química.²⁷ Dividiu o compêndio em duas partes:

23 LEMOS, *ibidem*, fl. 147.

24 Não terá sido demolido todo o edifício do antigo refeitório dos jesuítas. Atualmente podemos ver no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra vestígios bem assinaláveis do que teria sido aquele imponente refeitório. Alguns anexos situados na ala norte do edifício principal, foram efetivamente demolidos.

25 COSTA, A. M. Amorim da – A Universidade de Coimbra na Vanguarda da Química do Oxigénio. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 2. 1986. p. 403-416,

26 FILGUEIRAS, Carlos A. L. – Vicente Telles, o primeiro químico brasileiro. *Química Nova*. n. 8. 1985. p. 263-270.

27 TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva – *Elementos de chimica* offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica.

a primeira publicada um ano antes de Lavoisier dar à estampa o seu famosíssimo *Traité Élémentaire de Chimie* (1789) e a segunda parte editada um ano após a publicação deste tratado. Nesta obra Seabra já defendia as principais ideias da Química de Lavoisier, em oposição às anteriores ideias do flogisto, o que lhe valeu algumas críticas e contestação por parte dos defensores das teorias químicas então mais difundidas. Em 1801 publicou uma tradução adaptada para a língua portuguesa da nomenclatura química de Lavoisier com o título: *Nomenclatura Chimica Portuguesa, Franceza e Latina: à que se adjunta o systema de caracteres chemicos adaptados a esta nomenclatura por Haffnfratz e Adet*.²⁸ Infelizmente faleceu pouco antes de fazer 40 anos, ficando por se concretizar a sua promissora carreira académica e científica. Morreu em Coimbra em 1804.

Brasileiros na Faculdade de Medicina

Na Faculdade de Medicina despontaram vários nomes brasileiros que se destacaram no desenvolvimento das ciências da saúde no Reino e no Brasil.²⁹ Após a colaboração para a criação do *Laboratório Chimico*, José Francisco Leal viria a ser nomeado no dia 3 de outubro de 1772 para reger cadeiras da Faculdade de Medicina. No dia 9 desse mês foi-lhe conferido o grau de Doutor, sendo nomeado como Lente de *Phisiologia*, *Matéria Médica* e *Instituições Médico-cirúrgicas*. Foi autor das *Instituições ou Elementos da Pharmacia, extrahidos dos de Baumé, e reduzidos a um novo methodo*, obra publicada postumamente em 1792 por Manuel Joaquim Henriques de Paiva (Castelo Branco, 1756 – Bahia, 1829).³⁰ Além

Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788-1790.

28 Publicado em Lisboa, na Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, Lisboa. 1801.

29 PITA, João Rui – Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). – *O marquês de Pombal e a universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 129-162.

30 Henriques de Paiva viveu no Brasil a partir dos sete anos de idade. Em 1772 veio para Coimbra para tirar o Curso de Medicina, frequentando antes o Curso de Filosofia, obtendo o grau de bacharel em 1775. O seu envolvimento com os franceses, durante a ocupação, aliadas às suas ideias liberais e maçónicas fizeram com que se

da prática profissional, nesta obra Francisco Leal tratou com mestria os aspetos relacionados com o ensino da Farmácia, dando à Química um papel de relevo. Este livro pode ser considerado um verdadeiro tratado de Farmácia prática. A preocupação do autor consistia em descrever as formas farmacêuticas e as técnicas laboratoriais na respetiva preparação.

Para a concretização do projeto de Reforma da Faculdade de Medicina, o Marquês de Pombal pôde contar com a colaboração de outro brasileiro: José Correia Picanço (primeiro Barão de Goiana). Nascido no Recife em 10 de novembro de 1745, viria a falecer no Rio de Janeiro em 1824. Era formado em Medicina pela Faculdade de Montpellier. Identificado com o projeto pombalino de renovação do Curso Médico, substituiu o italiano Luigi Cichi que fora afastado por *desleixo*. Correia Picanço foi nomeado opositor na Faculdade de Medicina em 1772, onde foi jubilado em 1790 como lente de Anatomia, sendo considerado o grande reformador do seu ensino em Portugal. Retornou ao Brasil com D. João VI em 1807, obtendo autorização régia para criar o primeiro curso de medicina do Brasil, na cidade de Salvador.³¹ Em 18 de fevereiro de 1808 foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia, segundo um plano inspirado nos preceitos definidos nos estatutos pombalinos da UC.³² Foi instalada no antigo Hospital Real Militar da Cidade do

retirasse para o Brasil, em 1809. Continuou os seus trabalhos científicos na Bahia. Em 1818, por ocasião da coroação de João VI, Manuel Joaquim foi reabilitado, recebendo honras, e prerrogativas que gozara e perdera. Contudo, não mais voltou para Portugal. Veio a naturalizar-se brasileiro, após a independência do Brasil em 1822. FILGUEIRAS, Carlos A. L. – As Vicissitudes da Ciência Periférica: A Vida e a Obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva. *Química Nova*. 14(2). 1991. p. 133-141. PITA, Rui João – Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme: Revista de Humanidades*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vol. 10, n. 26. 2009. p. 91-102. PINTO, Sandrine Martins; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – O contributo do Luso-Brasileiro Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) na divulgação da vacina contra a varíola em Portugal. *Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 633-644.

31 Correia Picanço foi o médico que acompanhou o parto da Imperatriz Maria Leopoldina de Áustria, do qual nasceu D. Maria da Glória, a 4 de abril de 1819, no Rio de Janeiro, futura rainha de Portugal (Maria II de Portugal).

32 Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>). Consultado em 15/11/2011.

Salvador, que ocupava o prédio do antigo Colégio dos Meninos da Companhia de Jesus, fundado em 1551. Dois meses depois, Correia Picanço fundou a Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Em 2 de março de 1812 foi criada a Junta de Direção Médico-Cirúrgica e Administrativa do Hospital Real Militar e Ultramar do Rio de Janeiro, à qual caberia a inspeção das aulas ministradas no Hospital, obedecendo os estatutos da Faculdade de Medicina de Coimbra. Em 1816 a Escola de Cirurgia da Bahia, sofreu a sua primeira reforma, adotando o plano semelhante ao aprovado em 1813 pela Escola do Rio de Janeiro. Passou a ser designada Academia Médico-Cirúrgica da Bahia e posteriormente, em 1832 deu origem à Faculdade de Medicina da Bahia.³³ O plano de reforma destas duas escolas foi da autoria de outro médico brasileiro formado em Coimbra e discípulo de Francisco Leal e Correia Picanço: Manoel Luiz Alvares de Carvalho (Bahia, 1751 - Rio de Janeiro, 1825) que se formou em Medicina em 13 de julho de 1782.³⁴

Com a *Viradeira*, ocorrida após a destituição do Marquês de Pombal, os livros proibidos proliferavam em Coimbra, e a simples posse era sancionada pelo Santo Ofício. Alguns estudantes foram alvo de processos persecutórios, entre os quais alguns brasileiros que estavam mais vulneráveis que os outros, longe da terra natal e privados do apoio dos parentes chegados onde pudessem procurar alguma proteção. Desprotegidos e vítimas de delação foram presos três estudantes oriundos do Brasil: António Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), o *Caladinhas*, que em 1778, tinha iniciado o curso de Matemática, cuja frequência no primeiro ano se exigia para os candidatos ao curso de Cânones; António de Moraes e Silva (1755-1824) estudante de Cânones; e Francisco de Mello Franco (1757-1823), natural de Paracatú, Minas Gerais.³⁵ Mello Franco foi um dos médicos que se formou no contexto de renovação dos

33 SANTOS, Roberto Figueira – No bicentenário da criação da “Escola de Cirurgia” da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*. 77 (2). 2007. p. 89-92.

34 BRENES, Anayansi Correa – História da parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 1991, vol.7, n.2, p. 135-149.

35 VILLALTA, Luiz Carlos – Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1999.

estudos médicos em Portugal e cuja obra tem merecido poucos estudos na historiografia brasileira.³⁶ Ainda com a idade de 21 anos, num ambiente universitário em grande convulsão, Mello Franco envolveu-se em 1778 na contestação à autoridade e tradições universitárias. Em 1781, em consequência do seu entusiasmo pelos enciclopedistas, foi alvo de um processo movido pela Inquisição. Daqui resultou um auto-da-fé celebrado em Coimbra em 26 de agosto, com a acusação de herege naturalista e de negar o sacramento do matrimónio. Após quatro anos de prisão, concluiu o Curso de Medicina em 1786. Reagindo à lamentável situação de que fora vítima, fez circular em 1785 um poema anónimo intitulado *O Reino da Estupidez*, ridicularizando a UC e o seu Reitor.³⁷ Para a sua divulgação contou com a ajuda de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que fez algumas cópias do poema. O texto causador de grande polémica em Coimbra, tornado público sob o pseudónimo de Fabrício Cláudio Lucrécio, foi objeto de várias publicações em Portugal (Lisboa, 1822, 1823, 1833 e Barcelos 1868), França (Paris, 1818, 1821, 1824) e Alemanha (Hamburgo 1820). Sobre este episódio, Teófilo Braga viria a escrever o seguinte:³⁸

Atribuiu-se ao Dr. António Ribeiro dos Santos, homem grave, erudito e privado de todo o espírito irónico; atribuiu-se ao jovem poeta brasileiro António Pereira de Sousa Caldas, que saíra da Inquisição de Coimbra, e se achava em 1784 em Paris; também se chegou a atribuir a Ricardo Raimundo Nogueira. Estavam todos inocentes desse louvável pecado. Ninguém imaginava que o Reino da Estupidez era uma sublime vingança do estudante de medicina Francisco de Mello Franco, que jazera nos cárceres da Inquisição de Coimbra por o acusarem de Enciclopedista.

36 ABREU, Jean Luiz Neves – A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 2, 2006. p. 65-84.

37 FRANCO, Francisco de Mello – O reino da estupidez: poema. Paris: A. Bobée, 1818; Hambourg: [s.n.], 1820; Lisboa: Imp. J. Nunes & Filhos, 1833.

38 BRAGA, Teófilo – História da Universidade de Coimbra. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, vol. III, 1898. p. 675 a 697.

Em 1787, um ano após a conclusão do curso de Medicina, Mello Franco foi admitido na Real Academia das Ciências de Lisboa, tendo chegado a vice-presidente. Em 8 de abril de 1812, um dos académicos, o médico Bernardino António Gomes (1768 – 1823) propôs “hum Arbitrio para promover a Vacinação a benefício da Saude Publica”, que esteve na origem da *Instituição Vacínica*, cujo regulamento foi aprovado em 14 de outubro de 1812. O grupo de médicos que esteve na origem da *Instituição Vacínica* era constituído por Bernardino António Gomes, Francisco de Mello Franco (brasileiro), Francisco Soares Franco e José Maria da Cunha Pessoa, a que se juntariam logo de seguida, José Maria Soares, José Pinheiro de Freitas, José Feliciano de Castilho e Francisco Elias Rodrigues da Silveira (natural do Brasil).³⁹ Mello Franco e Bernardino António Gomes foram encarregados por D. João VI, em 1817, para se deslocarem a Livorno a fim de acompanharem a princesa D. Maria Leopoldina até ao Rio de Janeiro. No domínio da saúde pública, Mello Franco realizou um estudo *sobre as febres com observações analíticas acerca da topografia, clima e demais particularidades, que influem no carácter das febres do Rio de Janeiro*.⁴⁰ No Brasil, Franco notabilizou-se como médico pediatra e é considerado o primeiro puericultor brasileiro⁴¹, tendo-se dedicado também à dietética.⁴² No final da sua vida, sentindo-se doente terá querido voltar para Portugal, mas terá falecido perto de Ubatuba, durante uma viagem marítima de Santos para o Rio de Janeiro, embora as condições da sua morte sejam objeto de alguma divergência.

39 SILVA, José Alberto – A Instituição Vacínica da Real Academia das Ciências de Lisboa: Uma rede contra a varíola. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 683-701.

40 FRANCO, Francisco de Mello – Ensaio sobre as febres com observações analíticas acerca da topografia, clima e demais particularidades, que influem no carácter das febres do Rio de Janeiro. Lisboa. Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa. 1829.

41 FERREIRA, António Gomes – A compreensão médica portuguesa sobre a concepção da criança no século XVIII. Educar, Curitiba, Editora UFPR. 2005. n. 25, p. 17-38.

42 BIZZO, Maria Leticia Galluzzi – “Tudo o que não é vivificado, é expulso deste admirável laboratório vital”: Francisco de Mello Franco (1757-1822) e a dietética iluminista. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 594-613.

Matemáticos e Astrónomos da Reforma Pombalina

Um dos primeiros estudantes brasileiros formados pela UC no contexto dos novos planos de estudos foi Francisco José de Lacerda e Almeida (São Paulo, 1750 – África, 1798). Em 1772 iniciou os cursos de Matemática e de Filosofia. Concluídos os seus estudos serviu a Coroa como Matemático e Cartógrafo em expedições no Brasil e no continente africano. Em 1777, aos vinte e sete anos, recebeu o grau de doutor em Matemática. Regressando ao Brasil, nos anos de 1780 a 1790 fez parte de uma comissão para a determinação dos limites das suas fronteiras, percorrendo as capitanias do Pará, Rio Negro, Mato-Grosso⁴³, Cuiabá, e S. Paulo, retornando a Portugal em 1791.⁴⁴ Em 1798 participou num grande projeto de travessia da costa oriental de África à contracosta de Angola, tendo falecido em outubro desse ano no decurso desta expedição ao chegar ao Cazembe – a Noroeste do Niassa, que ficou narrada no manuscrito intitulado *Instruções e Diário de Viagem que o Governador Francisco José de Lacerda e Almeida Escreveu sobre Sua Viagem para o Centro da África, Indo do Rio do Sena, no Ano de 1798*.⁴⁵ No interior africano Lacerda e Almeida tinha por objetivo descobrir uma rede fluvial que permitisse a ligação continental entre as costas oriental e ocidental, ligando Moçambique a Angola.⁴⁶ Realizou observações astronómicas

43 FERREIRA, Mário Clemente – Cartografar os Sertão: A representação de Mato Grosso no século XVIII. II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa. 2007. Disponível em http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf. Consultado em 9/12/2011.

44 ALMEIDA, Francisco José de Lacerda – Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyabá, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790. São Paulo: Typ. de Costa Silveira. 1841. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00021500#page/5/mode/lup>. Consultado em 5 de dezembro de 2011.

45 Disponível em <http://www.wdl.org/pt/item/234/>. Consultado em 27/12/2011. O Diário de viagem foi publicado nos *Annaes Marítimos e Coloniaes*, série n.º 4, p. 286-300, 303-314, 334-343, 377-381, 397-408, e na Série n.º 5, p. 29-26, 63-77, 108-120. Em 1889 a Imprensa Nacional publicou o diário com o título “Diário da viagem de Mossambique para os Rios da Sena feita pelo governador dos mesmos rios o D.or Francisco José de Lacerda e Almeida”.

46 O relatório da viagem foi publicado em Londres pela Royal Geographical Society. The lands of Cazembe – *Lacerda's journey to Cazembe in 1798* translated

feitas na África Central, incluindo cuidadosas determinações de longitude pela ocultação dos satélites de Júpiter.

Nascido em 1750, na comarca de Mariana, Minas Gerais, Antonio Pires da Silva Pontes Leme iniciou os seus estudos em Coimbra por volta de 1772. Formou-se em Matemática e Filosofia e obteve o grau de doutor em Matemática no ano de 1778. Nos dez anos seguintes, a sua atividade de matemático e astrónomo ao serviço do Reino esteve associada à de Lacerda e Almeida.⁴⁷ Foram ambos nomeados matemáticos astrónomos da Terceira Partida de Demarcação de Limites do Brasil, organizada em consequência do tratado de Santo Ildefonso, assinado no dia 1 de outubro de 1777 entre a rainha de Portugal, D. Maria I, e o rei de Espanha, Carlos III. Os dois matemáticos compunham o corpo expedicionário que partiu do porto de Lisboa em janeiro de 1780, em direção ao Pará.⁴⁸ Tendo percorrido os principais rios e explorado os limites ocidentais da Amazônia, estabeleceram as novas coordenadas geográficas que corrigiam e refaziam os mapas existentes. Silva Pontes partiu depois em expedição para o Mato Grosso.⁴⁹ Tendo regressado a Portugal, continuaria a trabalhar com Lacerda e Almeida como professores na Academia de Marinha. Em 1801 regressou ao Brasil, assumindo o governo do Estado do Espírito Santo.

and annotated by R. F. Burton. Also Journey of the pombeiros, P. J. Batista, and Amaro Jose', across Africa from Angola to Tette on the Zambeze, translated by B. A. Beadle. And a Re'sume' of the journey of MM. Monteiro and Gamitto, by C. T. Beke. Published in 1873 by John Murray in London. Disponível em http://openlibrary.org/books/OL6960360M/The_lands_of_Cazembe. Consultado em 5 de dezembro de 2011.

47 CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da – As Viagens são os viajantes: Dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. História: Questões & Debates. Editora UFRP. Curitiba. N. 36. 2002. p. 61-98.

48 PEIXOTO, Renato Amado - Impernitentes, desinteressados ou sem escolha: os Demarcadores e as demarcações portuguesas no norte do Brasil durante a década de 1780. Anais o II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Consultado em 10/11/2011.

49 MARTINS, Francisco José Corrêa – Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto. Minas Gerais. 2009. Disponível em http://www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/martins_compilar-para-conhecer-alguns-mapas-do-territorio-colonial-brasileiro.pdf. Consultado em 5/12/2011.

No Rio de Janeiro e São Paulo foram realizados importantes estudos de meteorologia e astronomia por cientistas formados segundo os planos de estudos das novas Faculdades. Bento Sanches d'Orta (Coimbra, 1739 – São Paulo 1794) frequentou os Cursos de Filosofia e Matemática. Na sequência do Tratado de Santo Ildefonso, Sanches d'Orta e Francisco de Oliveira Barbosa (?-?) foram enviados para o Brasil, sob a supervisão do lente da Faculdade de Matemática, o italiano Miguel António Ciera, onde empreenderam uma missão para a demarcação dos limites na região Sul do Brasil, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1781. Ciera já tinha iniciado este projeto de demarcação da América Meridional numa expedição realizada entre 1752/56 com o propósito de elaborar o *Mappa Geograficum quo Flumen Argentum, Paranà et Paraguay,...* oferecido ao Rei D. José I em 1758.⁵⁰ Durante sete anos os seus discípulos realizaram no Rio de Janeiro observações meteorológicas, astronómicas e magnéticas. Também determinaram a sua latitude e a longitude a partir das observações dos satélites de Júpiter. Após estes estudos seguiram para São Paulo, em 1788, dos quais resultaram as publicações dos relatórios intitulados *Observações Astronómicas e Meteorológicas Feitas na Cidade de São Paulo, América Meridional, no Período de 1788 a 1789*, e do *Diário Physico-Meteorológico de outubro, novembro e dezembro de 1788 da Cidade de São Paulo*. Alguns instrumentos utilizados na definição das fronteiras brasileiras foram encomendados pela coroa portuguesa e enviados de Inglaterra por João Jacinto Magalhães.⁵¹ Os registos efetuados no Rio de Janeiro e São Paulo podem ser considerados o início da Meteorologia no Brasil. Sanches d'Orta também aplicou os conhecimentos químicos adquiridos em Coimbra, com o seu mestre Vandelli, e durante nove anos analisou as *virtudes das águas de ribeiros e fontes*, sob as ordens do Governador e Capitão de São Paulo, Bernardo José Maria Lorena e Silveira. Outro empreendimento em que d'Orta esteve envolvido

50 COSTA, Maria de Fátima – Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*, N. Sér. v. 17. n. 2. 2009. p. 189-214.

51 MALAQUIAS, Maria Isabel – João Jacinto de Magalhães e a definição das fronteiras brasileiras. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Nº 1. Vol 2. 2003. P. 94-102.

foi a elaboração de um relatório de observações astronómicas para facilitar a entrada de navios na Baía de Santos.⁵²

Os naturalistas e as viagens *Philosophicas*

A História Natural terá sido a área científica do projeto pom-balino da reforma universitária com mais auspiciosos resultados, impulsionando um melhor conhecimento dos recursos naturais do reino e império colonial português.⁵³ O apoio do Estado garantiu que os jovens naturalistas formados por Vandelli servissem a Corte através das *viagens philosophicas* que trouxeram à luz novos conhecimentos científicos e se procedesse à prospeção dos recursos naturais dos seus domínios territoriais.⁵⁴ Entre os expedicionários formados na Faculdade de Filosofia assumiram particular destaque alguns oriundos do Brasil. O mais notável foi Alexandre Rodrigues Ferreira (Bahia, 27 de abril de 1755 - Lisboa 1815).⁵⁵ Frequentou o Curso Jurídico em 1770 e em 1772 matriculou-se no curso de Filosofia. Em 10 de janeiro de 1779 tomou o grau de doutor e começou a trabalhar no Real Museu de História Natural d'Ajuda. Aos 22 anos, Rodrigues Ferreira foi o nomeado por D. Maria I como *primeiro naturalista português* encarregado da expedição científica denominada *Viagem Filosófica*

52 NADER, Rundsthen Vasques – Bento Sanches Dorta: Um astrónomo da Corte nos trópicos. In *Scientiarium História II. Encontro Luso-Brasileiro de História da Ciência*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009. p. 529-533.

53 DOMINGUES, Ângela – Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [online]. 2001, vol.8, suppl., p. 823-838.

54 PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel – Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2005. p. 58-79.

55 RAMINELLI, Ronald – Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [online]. 2001, vol.8, suppl., pp. 969-992. VERRAN, Rossana Samarani – Inventário científico do Brasil no século XVIII: A contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da Natureza e dos índios. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

*pelas Capitânias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso⁵⁶ e Cuiabá.*⁵⁷ Começada a ser planeada em 1778, a expedição teve início a 31 de agosto de 1783, com a missão complementar a Comissão de Demarcação de Limites entre as fronteiras dos domínios de Portugal na América, prevista pelo Tratado de Santo Ildefonso. Além disso, pretendia-se um melhor conhecimento do centro-norte da colónia brasileira, até então praticamente inexplorado, a fim de lá implementar medidas para o seu desenvolvimento.⁵⁸

Outros brasileiros, alunos de Vandelli, trabalharam sob a direção do antigo mestre no Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, após a conclusão dos estudos *Philosophicos* em Coimbra.⁵⁹ Durante a fase preparatória das *viagens philosophicas* eram elaboradas instruções de viagem, compostas por Vandelli com a participação dos seus discípulos.⁶⁰ Após a experiência adquirida em viagens de exploração de recursos naturais no reino, foram incumbidos de missões no Brasil e nas colónias africanas⁶¹, procurando assim cobrir todo o vasto império colonial português.⁶²

56 COSTA, Maria de Fátima – Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. [online]. 2001, vol.8, suppl., pp. 993-1014.

57 CARVALHO, José Candido de Melo – Viagem Filosófica pelas capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793). Ed. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Museu Paraense Emílio Goeldi. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Universidade Federal do Pará. 1983.

58 AREIA, Manuel Rodrigues Laranjeira; MIRANDA, Maria Arminda; MARTINS, Maria do Rosário – Da Universidade de Coimbra ao Brasil: É muito o que nos une. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 171-183.

59 CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da – As Viagens são os viajantes: Dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. História: Questões & Debates. Editora UFRP. Curitiba. N. 36. 2002. p. 61-98.

60 PATACA, Ermelinda Moutinho – Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882030_ARQUIVO_ermelindaanpuh2011.pdf. Consultado em 6/01/2012.

61 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello – Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. Revista Portuguesa de História. Coimbra. v. 33. 1999. p. 153-190.

62 PATACA, Ermelinda Moutinho – Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas.

- Joaquim José da Silva (nasceu no Rio de Janeiro). Foi enviado para Angola.⁶³
- João da Silva Feijó (natural do Rio de Janeiro). Foi para a Ilha de Cabo Verde, onde chegou em junho de 1783. Em 1822 regressou ao Brasil onde viria a ser professor de História Natural, Zoológica e Botânica da Academia Militar do Rio de Janeiro.
- Manuel Galvão da Silva (nasceu na Bahia). Esteve em Goa e foi nomeado secretário de governo em Moçambique.
- Manuel Arruda Câmara (natural de Pombal, Paraíba). Depois de frequentar a Faculdade de Filosofia na UC⁶⁴ foi estudar Medicina na Universidade de Montpellier, em França. Foi eleito membro da Academia das Ciências de Lisboa em 15 de maio de 1793. Regressado ao Brasil, entre 1794 e 1799 fez expedições mineralógicas e botânicas entre Pernambuco e Piauí, Paraíba e o Ceará e ao longo do rio São Francisco.⁶⁵
- Joaquim Velloso de Miranda (nasceu no Inficionado – hoje Santa Rita Durão, Mariana. Era sobrinho de Frei José Santa Rita Durão). Após a conclusão do Curso de Filosofia foi lente substituto de História Natural e Química. Em 1779 regressou a Minas Gerais,

Instituto de Geociências. Campinas, SP. 2006. PATACA, Ermelinda Moutinho. A confecção de desenhos de peixes oceânicos das “Viagens philosophicas” (1783) ao Pará e à Angola. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. 2003, vol.10, n.3, pp. 979-991. PATACA, Ermelinda Moutinho – Viagens Científicas no Império Português (1755-1808). I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra. III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil. Unicamp. Campinas. 2007. p. 383-390.

63 SILVA, Joaquim José da – Notícias sobre Cabo Negro, extrahidas dos fragmentos da viagem do doutor Joaquim José da Silva. O Patriota: Jornal Litterario, Politico, Mercantil. Rio de Janeiro. n.6, 1811. p.71-77. Extrato da viagem, que fez ao sertão de Benguella no ano de 1785 por ordem do governador e capitão general do Reino de angola, o bacharel Joaquim José da Silva, enviado aquelle reino como naturalista, e depois secretario do governo. O Patriota: Jornal Litterario, Politico, Mercantil. Rio de Janeiro. n.1, 1813. p. 97-100; n.2, 1813, p. 86-98; n.3, 1813, p. 49-60.

64 AGUIAR, José Otávio – Quando o Iluminismo Científico herborizava: Manuel Arruda da Câmara e seus escritos botânicos. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa. 2011. Disponível em <http://www.iict.pt/pequenano breza/arquivo/Doc/p2-01.pdf>. Consultado em 21/12/2011.

65 ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHAES, Francisco de Oliveira – As “Disquisitiones” do naturalista Arruda da Câmara (1752-1811) e as relações entre a Química e a Fisiologia no final do Século das Luzes. Química Nova. vol. 20, n.4, 1997. p. 445-451.

onde realizou pesquisas de botânica e química e foi encarregado, por D. Maria I, de organizar coleções de objetos naturais para o Real Museu do Jardim Botânico da Ajuda. As remessas de plantas enviadas do Brasil permitiram a Vandelli a inclusão de novas classificações na sua obra *Floræ Lusitanicæ et Brasiliensis specimen*.⁶⁶ Velloso de Miranda tem o seu nome associado à origem do Jardim Botânico de Ouro Preto, criado em 1798.⁶⁷

O desenvolvimento da exploração mineira no Brasil

Os objetivos traçados pela reforma pombalina foram coroados de êxito, particularmente em relação à prospeção mineira no Brasil. A Coroa não poupou esforços para que fossem realizadas as viagens científicas orientadas para o desenvolvimento de conhecimentos de mineração e agricultura no reino e vasto império colonial.⁶⁸ A formação técnica necessária aos futuros *exploradores da natureza* era garantida por Vandelli através de trabalhos de campo, como por exemplo os realizados na Serra da Estrela, no Mondego e na mina de Buarcos.⁶⁹

Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e Sá foi um estudante que se graduou bacharel em Filosofia na UC em 1788, que além de um notável naturalista também foi um influente político

66 VANDELLI, Domenico – *Floræ Lusitanicæ et Brasiliensis specimen ... et Epistolæ ab eruditis viris Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli scriptæ. Conimbricæ: Ex Typographia Academico-Regia, apud Bibliopolam Antonium Barneoud, 1788.*

67 MAIA, Moacir Rodrigo de Castro – Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou a saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. V. 16, n. 4. 2008, p. 881-902.

68 FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M.; SILVA, Clárete P.; PATACA, Ermelinda M. – Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. Vol 13. n. 3. 2004. p. 713-729. FIGUEIROA, Sílvia F. de M. – “Metais aos pés do trono”: exploração mineral e o início da investigação da terra no Brasil. *Revista USP [online]*. 2006, n. 71, pp. 10-19.

69 FERREIRA, Martim R. Portugal Vasconcelos – 200 anos de mineralogia e arte de minas: desde a Faculdade de Filosofia (1772) até à Faculdade de Ciências e Tecnologia (1972). Coimbra: FCTUC, 1998.

no Brasil, mais conhecido como o *Intendente Câmara*.⁷⁰ O seu nome está associado a vários projetos de exploração mineira no Brasil. Existem algumas incertezas sobre o local do seu nascimento. Sabe-se que era natural de Minas Gerais, muito provavelmente em Santo Antônio de Itacambira, em territórios da Demarcação Diamantina, tendo nascido por volta de 1764. No ano de 1783 matriculou-se no curso de Leis. No ano seguinte passou a cursar também o de Filosofia. Durante os seus estudos tornou-se muito próximo de José Bonifácio de Andrada de Silva, tendo ambos um percurso muito semelhante por vários países europeus.⁷¹ Ambos foram comissionados pelo governo português para visitarem os melhores centros científicos europeus.⁷² Este apoio denota a importância dada à formação da elite estudantil coimbrã, oriunda do Brasil⁷³ com o objetivo de promover o desenvolvimento da exploração mineira e metalúrgica no Reino e Império Colonial.⁷⁴ Ambos administraram espaços governamentais no Império português ligados diretamente à mineração e à agricultura.⁷⁵

Câmara e Bonifácio foram admitidos à Real Academia das Ciências de Lisboa em 1789. Além dos seus estudos sobre a

70 VARELA, Alex Gonçalves – A atuação do naturalista Manuel Ferreira da Câmara na ilustração portuguesa: O cargo de consultor do Governo português para os assuntos de minas e metalurgia. I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra. III Simpósio Nacional sobre ensino de Geologia no Brasil. UNICAMP. 2007. p. 301-306.

71 VARELA, Alex Gonçalves – A trajetória do ilustrado Ferreira da Câmara em sua “fase européia” (1783-1800). *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12. 2007. p. 165-190.

72 VARELA, Alex Gonçalves – Um manuscrito inédito do naturalista Manuel Ferreira da Câmara: “Nota sobre a extração das minas do Principado da Transilvânia” (1796). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. v.17, n.1, 2010, p.185-201.

73 RODRIGUES, Manuel Augusto – A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. vol. 12, 1990. p. 89-110.

74 VARELA, Alex Gonçalves – A “viagem de aperfeiçoamento técnico” de José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara pelas regiões mineiras da Europa Central e Setentrional (1790-1800). *Tempos Históricos*. (13). 2009. p. 75-102.

75 VARELA, Alex Gonçalves – Textos em Viagem: As memórias científicas produzidas por José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara (1790-1800). XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276633192_ARQUIVO_TextoAnpuhAlexVarela2010A.pdf. Consultado em 12/12/2011.

conservação das matas e bosques, em 1789 Câmara submeteu à Academia a *Memória de Observações Físico-Económicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil*. A mineração foi um tema que mereceu particular destaque em várias Memórias da Academia, onde Câmara juntamente com Rodrigo de Sousa Coutinho, José Bonifácio e José Vieira Couto defenderam a recuperação mineira para o desenvolvimento económico da nação. Câmara propôs um conjunto de medidas para fomentar a exploração mineira do ferro, aço, carvão, enxofre, ouro, etc. Quando regressou ao Brasil assumiu o cargo de Intendente Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino e Comarca do Serro Frio. Em 1808 foi aprovada, sob a sua supervisão, a construção da fábrica de metalurgia do Morro do Gaspar Soares, nas proximidades do rio Tejuco, no Estado de Minas Gerais.⁷⁶ Foi inaugurada no dia 18 de agosto de 1814, onde foi instalado o primeiro forno para a produção de ferro na América do Sul (Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar).⁷⁷

Também José Vieira Couto era natural do Brasil. As suas origens são de uma rica região de atividades relacionadas com a exploração mineira. Nasceu em 1752 no Arraial do Tejuco, que posteriormente viria a receber o nome de Diamantina. Matriculou-se no Curso Matemático e formou-se em Filosofia pela UC, em 1778. Regressou ao Brasil em 1799, iniciando uma viagem pela Comarca do Serro do Frio, localizada ao norte da capitania de Minas Gerais, para fazer o levantamento dos recursos minerais da região, analisar a viabilidade da sua exploração económica. Nas suas prospeções procedeu à recolha de amostras de ouro, prata, ferro, cobre, chumbo, estanho, enxofre, caparrosa etc., que enviou para o Reino acompanhadas de um relatório sobre as descrições científicas e indicações da qualidade e quantidade existentes. A partir de 1803 iniciou estudos de prospeção de depósitos de salitre, ou nitrato de potassa, mineral de grande interesse estratégico por ser usado na fabricação da pólvora, e em

76 VARELA, Alex Gonçalves – Atividades científicas no Império português: um estudo da obra do ‘metalurgista de profissão’ Manuel Ferreira da Câmara - 1783-1820. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [online]. 2008, vol.15, n.4, pp. 1201-1208.

77 Primeira Fábrica de Ferro no Reino do Brasil – O Investigador Português em Inglaterra. Vol. XVII. Londres. 1816. P. 143-151.

1805 realizou prospeções de minas de cobalto. Além das remessas de salitre, também foram enviadas para Portugal sementes de plantas e outros produtos naturais.⁷⁸

João da Silva Feijó (Rio de Janeiro, 1760 – Rio de Janeiro 1824) fez o reconhecimento das minas de carvão de Buarcos, na companhia de Alexandre Rodrigues Ferreira, no âmbito do estudo das produções naturais no Reino, promovidas por Vandelli.⁷⁹ A permanência nas Ilhas de Cabo Verde decorreu entre 1783 e 1797, retornando nesse ano a Portugal. Durante dois anos preparou-se para uma expedição à Capitania do Ceará, onde se dedicou aos estudos de mineração, mineralogia e geologia. A provisão de D. Maria I, de 25 de fevereiro de 1799, determinava que Feijó estudasse as potencialidades naturais do Ceará. Nesta região realizou viagens a Baturité, Canindé e Serrote do Rosário.⁸⁰ Durante os dois anos de preparação em Lisboa realizou estudos sobre o salitre da Ribeira de Alcântara, o que lhe conferiu a experiência necessária para os estudos que realizou sobre as minas de salitre de Tajuba. Do Ceará foram enviadas remessas de salitre com destino à refinaria de Alcântara.⁸¹

A Universidade de Coimbra e o ensino das ciências no Brasil

José Bonifácio, juntamente com Silva Pontes e Câmara Bethencourt têm os seus nomes associados à criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, sob os auspícios de D. Rodrigo Domingos de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que em 1796 assumira a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e

78 FERRAZ, Márcia Helena Mendes – A produção do salitre no Brasil Colonial. *Química Nova*. 23(6). 2000. p. 845-850.

79 GUEDES, Maria Estela – João Silva Feijó: viagem filosófica a Cabo Verde. *Asclepio*. Vol. XLIX-1. 1997. p. 131-138.

80 SILVA, Clarete Paranhos da; LOPES, Maria Margaret – O ouro sob as Luzes: a ‘arte’ de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [online]. 2004, vol.11, n.3, p. 731-750.

81 SILVA, Clarete Paranhos da – As Viagens Filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. *História: Questões & Debates*, Editora UFPR. Curitiba, n 47, p. 179-201, 2007.

Domínios Ultramarinos. Os seus projetos de desenvolvimento do Brasil ficaram plasmados na *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*.⁸² Para a concretização do seu plano de desenvolvimento procurou obter dos antigos estudantes das Faculdades de Filosofia e Matemática da UC o competente apoio.⁸³ O ofício de criação daquela instituição foi publicado por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.⁸⁴ Este documento determinava que na Academia existisse um Curso completo de Ciências Matemáticas e Ciências de Observação, das quais constava a Física, Química, Mineralogia e História Natural, que incluísse o estudo do reino vegetal e animal. Os estatutos estabeleciam que as aulas de desenho tivessem lugar no primeiro ano do curso, e no segundo ano a geometria descritiva.⁸⁵ Daqui se depreende que o modelo de ensino das ciências experimentais para a formação dos futuros *exploradores da natureza* naquela escola brasileira tinha alguma semelhança com a organização do Curso de Filosofia e Matemática da UC.⁸⁶ Mas, as influências não se limitavam apenas à estrutura do Curso. Também os privilégios e prerrogativas da Academia Real Militar eram bem explícitos quanto ao modelo inspirador:⁸⁷

82 COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa – «Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América», 1797, in *Textos Políticos, Económicos e Financeiros, 1783-1811*, introdução e direção de edição de André Diniz da Silva, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, tomo II. P. 47-66.

83 VARELA, Alex Gonçalves – *Atividades científicas na “Bela e Barbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. 2005.

84 CONDE DE LINHARES – Transcrição da Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. *Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia*. n. 52. 2004. p. 3-13. Disponível em <http://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim52.pdf>. Consultado em 4/01/2012.

85 BUENO, Marcelo – *A importância do desenho na concepção de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil oitocentista*. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 1626-1638.

86 MORMÊLLO, Ben Hur – *O ensino de matemática na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, de 1811 a 1874*. Dissertação. UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Matemática. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica. Campinas, SP. 2010.

87 Citado em: MOREIRA, Heloi; SANTOS, Nadja Paraense dos – *A Universidade de Coimbra e o Ensino de Engenharia no Brasil*. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 1153-1163.

Os professores da Academia Real Militar, além do que fica expresso a seu respeito, gozarão de todos os privilégios, indultos e franquezas que tem e gozam os lentes da Universidade de Coimbra. Serão tidos e havidos como membros da Faculdade de Matemática, existente na dita Universidade, sem que entre os lentes da Academia e os de Coimbra, se haja interpor diferença alguma, ainda a respeito daquelas graças e franquezas, que requerem especial e expressiva menção, porque quero que também estes sempre se entendam e julguem compreendidos e serão considerados em tudo por tudo, como se realmente regessem suas respectivas cadeiras na mesma Universidade. Os discípulos que legitimamente frequentarem a dita Academia, gozarão dos privilégios que se concedem aos estudantes da Universidade.

Outra instituição de prestígio cuja origem e primeiros desenvolvimentos está intimamente ligada a personalidades formadas no contexto da reforma pombalina é o Museu Real do Rio de Janeiro.⁸⁸ Foi fundado pelo decreto de 6 de junho de 1818 que determinava a sua instalação num prédio do Campo de Santa'Anna. Tinha como objetivo “propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes no Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes”.⁸⁹ O seu primeiro diretor foi frei José Batista da Costa Azevedo, natural do Rio de Janeiro (1763-1822), antigo discípulo de Vandelli em Coimbra.⁹⁰ Além de reunir um acervo disperso de História Natural, instrumentos e coleções mineralógicas,

88 Atualmente faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conhecido como Museu Nacional.

89 SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da Silva; KUBRUSLY, Ricardo Silva – *O Archivos do Museu Nacional e a promoção do Brasil oitocentista*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300569068_ARQUIVO_Oa_rchivosdoMuseuNacionaleapromocaodascienciasnoBrasiloitocentista-texto.pdf. Consultado em 5/12/2011.

90 ZAVATARO, Thereza de Barcellos Baumann (coord.) – *Os Diretores do Museu Nacional / UFRJ*. Organizado pela Seção de Museologia. Rio de Janeiro. Museu Nacional / UFRJ. 2011.

o novo Museu recebeu também os remanescentes anteriormente pertencentes à Casa de História Natural, criada em 1784, mais conhecida pelo nome de “Casa dos Pássaros” por possuir uma vasta coleção de pássaros empalhados. No novo Museu foram integradas a coleção mineralógica de José Bonifácio e as coleções geológicas, mineralógicas e zoológicas recolhidas por naturalistas como Georg Heinrich Graf Von Langsdorff (1774-1852), Johann Natterer (1787-1843) e Friedrich von Sellow (1789-1831).⁹¹

Regressado ao Brasil em 1819 José Bonifácio elaborou o primeiro projeto para a criação de uma Universidade no Brasil, que se pode considerar ter sido inspirada na organização da UC. Não prevendo a existência de uma Faculdade de Matemática, contudo o projeto para a Universidade a ser criada em São Paulo determinava a existência de três faculdades – Filosofia, Jurisprudência e Medicina, e teria dentre outras instalações, um Observatório Astronómico. Enquanto na UC coexistiam duas faculdades, a de Filosofia e a de Matemática, no projeto da Universidade brasileira as Ciências Matemáticas eram incorporadas na Faculdade de Filosofia com três cadeiras com uma estrutura e designação semelhante às lecionadas na Faculdade de Matemática da UC: Matemática pura, Foronomia (Ciência do Estudo Geral dos Movimentos) e Astronomia. A cadeira de Astronomia deveria estar no Colégio de Matemáticas puras e aplicadas.⁹² O projeto para a criação desta Universidade é de finais de 1821, foi apresentada pelos deputados brasileiros pelo Estado de São Paulo à Assembleia Constituinte de Lisboa. Entre os proponentes deste projeto encontravam-se José Arouche de Toledo Rendon, Francisco Muniz Tavares, José Feliciano Fernandes Pinheiro, e António Carlos

91 FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira Fernandes; HENRIQUES, Deise Dias Rego – José da Costa Azevedo e Custódio Alves Serrão: Da formação na Universidade de Coimbra à importante atuação na estruturação do Museu Nacional no Brasil. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 1018-1031.

92 CAMPOS, José Adolfo; SANTOS, Nadja Paraense dos – A Astronomia nas propostas de criação de Universidades no império do Brasil. Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011. p. 1093-1105.

Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio. Segundo Fernandes Pinheiro, *o Tietê valia bem o Mondego do outro hemisfério*.⁹³

Coimbra e o prenúncio da Independência do Brasil

Os primeiros sinais da independência do Brasil também tiveram episódios em Coimbra.⁹⁴ José Álvares Maciel, nascido no ano de 1760 em Vila Rica, atual Ouro Preto, foi condiscípulo do químico Seabra Telles. Participaram ambos nas experiências de lançamento de balões de hidrogénio, realizadas na UC em 1784. A formação de Maciel também passou pela realização de pesquisas mineralógicas na Serra da Estrela, sob a orientação de Vandelli. Depois de se formar em Filosofia, Maciel passou um ano e meio estudando química e mineralogia em Birmingham e Londres. Regressando ao Brasil foi encarregado das prospeções mineralógicas em Sabará, Caeté e Vila Rica, onde permaneceu até 1789. Viria a ser um destacado elemento do movimento independentista conhecido pela *Inconfidência Mineira*. Ainda em Coimbra, no final da década de 1780 começou a participar em reuniões de conspiração contra o sistema colonial português.

O ideal libertário deste movimento foi alimentado em Portugal por conceitos iluministas de ex-alunos da UC, e de ex-estudantes brasileiros de Medicina de Montpellier. Entre dezembro de 1787 e março de 1788 Maciel encontrou-se, em Coimbra com José Joaquim da Maia (que utilizava o nome de código Vendek), também ele formado em Matemática em Coimbra, no ano de 1783, e tendo continuado os seus estudos de Medicina em Montpellier em 1785, doutorando-se em 1787, onde foi contemporâneo de outro elemento da conjuração mineira, Domingos Vidal Barbosa Lage. Em Paris, Maia estabeleceu contatos com Thomas Jefferson, à época embaixador dos Estados Unidos da América em França, que lhe

93 CAMPOS, Ernesto de Souza – História da Universidade de São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. Edição Fac-Similar. 2004. p. 27-29.

94 MAXWELL, Kenneth – Conjuração mineira: novos aspetos. Revista Estudos Avançados [online]. 1989, vol.3, n.6, pp. 04-24. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a02.pdf>. Consultado em 21/12/2011.

prometera apoio dos norte-americanos às aspirações de independência que grassavam em Minas Gerais. Outros nomes da Inconfidência Mineira com ligações a Coimbra foram Tomás Antonio Gonzaga (nasceu em Miragaia, Porto, 11 de agosto de 1744 – foi deportado e morreu na Ilha de Moçambique em 1810. Era formado em Direito - 1768), Cláudio Manuel da Costa (Vila do Ribeirão do Carmo, Minas Gerais, 5 de junho de 1729. As condições da sua morte em Ouro Preto, Vila Rica, no dia 4 de julho de 1789, assassinato ou suicídio, sempre ficaram envoltas em polémica. Estudou Cânones, 1753-54), Inácio José de Alvarenga Peixoto (nascido em 1744, no Rio de Janeiro, foi deportado e morreu a 27 de agosto de 1792, em Ambaca, Angola. Formado em Direito - 1768). Luiz Antonio Furtado de Castro do Rio Mendonça e Faro (Visconde de Barbacena) frequentou a Faculdade de Filosofia a partir de 1772 e formou-se em Direito em 1778. Viria a ser Governador de Minas Gerais à época da *Inconfidência Mineira* e ordenou a repressão do movimento independentista. A tentativa de revolta foi abortada em 1789. Em 18 de abril de 1792 foi lida a sentença no Rio de Janeiro. Doze dos inconfidentes foram condenados à morte. Em audiência no dia seguinte, foi lido o decreto de D. Maria I pelo qual todos, à exceção de Tiradentes, tiveram a pena comutada para degredo em colónias portuguesas em África. Tiradentes foi enforcado e esquartejado no dia 21 de abril de 1792 no Campo da Lampadosa. José Álvares Maciel morreu em Massangano (Angola) em 1804.⁹⁵

A Inconfidência Mineira tinha no seu programa de ação a criação de uma Universidade modelada pela de Coimbra. Nos “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira” o depoimento de Domingos de Abreu Vieira, Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria auxiliar de Minas Novas, foi bem explícito quanto a este propósito: em São João d’El Rei se haviam de abrir estudos, como em Coimbra, em que também se aprendessem leis. Por sua vez, o Capitão José Rezende Costa declarou que a sublevação pretendia libertar a colónia, estabelecendo também uma Universidade semelhante à de Coimbra, pelo que ficava escusado de enviar o

95 SILVA, J. Norberto de Sousa; BRAGA, Osvaldo Melo, pref. – História da Conjução Mineira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 2t.

seu filho para Portugal. Neste projeto estava previsto que o ensino das Ciências Matemáticas fosse atribuído a José Álvares Maciel.⁹⁶

Fundados os estudos das ciências naturais pela Reforma Pombalina, houve que recrutar entre os seus mais destacados estudantes os que no futuro seriam docentes da Universidade. José Bonifácio de Andrada e Silva, natural de Santos, Estado de São Paulo, foi um exemplo notável entre os estudantes formados na Faculdade de Filosofia que depois foi uma dos seus mais destacados professores. Regressado à terra natal teve um papel de destaque no processo da independência do Brasil.⁹⁷

José Bonifácio formou-se em Filosofia Natural e Direito Canónico, em 1787 e em 1788, respetivamente. Após a conclusão dos seus estudos em Coimbra, iniciou, em 1790, um período de estadas nos grandes centros científicos da Europa que se prolongou até 1800. Durante este período trabalhou ou conheceu os melhores institutos da França, Itália, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Suécia, Grã-Bretanha, etc. Os seus méritos científicos permitiram-lhe ser eleito membro das Academias de Estocolmo, Copenhaga, Turim, da Sociedade dos Investigadores da Natureza de Berlim, das Sociedades de História Natural e Filomática de Paris, da Sociedade Geológica de Londres, Werneriana de Edimburgo, Mineralógica e Lineana de Jena, Filosófica de Filadélfia, etc. Foi ainda membro da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

Na capital francesa teve por mestres nos seus estudos de Química os continuadores de Lavoisier: Jean-Antoine Chaptal e Antoine-François Fourcroy. Estudou Botânica com Antoine-Laurent de Jussieu. Foi discípulo de René Just Haüy, o fundador da Mineralogia em França, aprendendo com ele Cristalografia e Mineralogia. Os seus conhecimentos em Metalurgia foram aprofundados sob a supervisão de Balthazar-Georges Sage, que, na época, era o diretor da Escola de Minas de Paris. Este naturalista, reconhecendo os dotes científicos de Andrada e Silva, incitou-o a prosseguir a sua peregrinação europeia. Na Escola de Minas de

96 CAMPOS, Ernesto de Souza – História da Universidade de São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. Edição Fac-Similar. 2004. p. 26.

97 MARQUES, Adílio Jorge – José Bonifácio de Andrada e Silva, Naturalista. Um lado desconhecido da Historiografia. Norte Ciência, vol. 2, n. 2. 2011. p. 59-70.

Freiburg foi discípulo de Abraham Gottlob Werner, o mentor do neptunismo, teoria segundo a qual as rochas da crosta terrestre se tinham formado por cristalização num mar universal que cobriu toda a Terra. Nessa mesma escola, Andrada e Silva foi colega do famoso naturalista Alexander Von Humboldt, o autor de *Kosmos* e irmão mais novo de Wilhelm Humboldt.

Após dez anos de intensa atividade científica por toda a Europa, regressou a Coimbra, dedicando-se ao ensino da Metalurgia.⁹⁸ José Bonifácio foi nomeado Intendente Geral das Minas e Metais do Reino (Carta Régia de 18/05/1801). Entre 1807 e 1820 desempenhou o cargo de Superintendente do Rio Mondego e Obras Publicas da Cidade de Coimbra com a missão de executar um programa promovido pelo governo mariano que visava aproveitar o potencial natural do Reino com vistas à sua modernização.⁹⁹ Paralelamente à sua atividade docente desempenhou o cargo de Intendente Geral de Minas e Metais do Reino. Foi também Administrador das minas de carvão de Buarcos e de S. Pedro da Cova e das Reais Ferrarias da Foz de Alge, situadas num afluente do Rio Zêzere. Exerceu o cargo de Diretor do Laboratório de Docimasia da Casa da Moeda em Lisboa, onde se determinava a proporção em que os metais estavam contidos nos minérios. Foi ainda da sua responsabilidade a criação de um laboratório destinado ao apoio de prospectores mineiros em Portugal e no Brasil.

O seu nome, juntamente com o dos químicos suecos Jöns Jakob Berzelius e Johan August Arfwedson, e ainda o do francês Claude Louis Berthollet, está associado à descoberta do elemento químico lítio, o terceiro da Tabela Periódica, depois do hidrogénio e do hélio. Com efeito, foi a partir dos trabalhos publicados por estes químicos que em 1818 outro grande químico, Humphry Davy, em Inglaterra,

98 VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da – As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’ (1780-1819). História, Ciências, Saúde – Manguinhos [online]. 2004, vol.11, n.3, p. 685-711.

99 VARELA, Alex Gonçalves – A atuação do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva no cargo de Superintendente do Rio Mondego e Obras Publicas da Cidade de Coimbra (1807-1820). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307388715_ARQUIVO_TextoANPUH2011AlexVarela.pdf. Consultado em 19/12/2011.

aplicou a recém-descoberta técnica da eletrólise para isolar o novo elemento, a que deu o nome de lítio, do grego *lithos* (pedra). Andrada e Silva anunciou a descoberta de 12 novos minerais, quatro novas espécies e oito variedades de espécies conhecidas num artigo da revista alemã *Allgemeines Journal der Chemie*, publicada em 1800 em Leipzig. Entre os minerais descritos estavam a petalita e o espoduménio, que são aluminossilicatos de lítio. O artigo tinha por título (traduzido para português): *Exposição sucinta das características e das propriedades de vários minerais novos da Suécia e da Noruega, com algumas observações químicas sobre os mesmos*. A importância deste trabalho justificou a sua publicação em inglês no *Journal of Natural Philosophy, Chemistry and the Arts* (1801) e em francês no *Journal de Physique, de Chimie, d’Histoire Naturelle et des Arts* (1800). Hoje em dia uma Galeria de Minerais, cuja origem remonta à época pombalina, no Departamento de Ciências da Terra da UC tem o nome de Andrada e Silva.

Outro Andrada e Silva notável, Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Santos, 19-4-1775 - Santos, 23-2-1844), foi um naturalista com interesse especial pela mineração, também ele formado pela UC. Graduou-se em Filosofia e Matemática em 1798. Especializou-se em mineração tendo sido nomeado Inspetor das Minas e das Matas de São Paulo. Realizou um inventário mineralógico da província, pesquisa mais tarde complementada, com a colaboração de José Bonifácio, divulgada como apêndice do livro *Geologia Elementar Aplicada à Agricultura e à Indústria*. O inventário teve uma edição em francês com o título *Amerique meridionale. Voyage mineralogique dans la province de Saint Paul, du Bresil*.¹⁰⁰ Martim Francisco chegou a Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro da Fazenda do Império do Brasil (1822) e foi membro da Assembleia Constituinte em 1823 por São Paulo e pela mesma província deputado de 1836 a 1842.

José Bonifácio tinha retornado à sua terra natal em 1819. Ficou conhecido como o *Patriarca da Independência do Brasil*. A Carta que

100 VARELA, Alex Gonçalves – As viagens científicas realizadas pelo naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada na capitania de São Paulo (1800-1805). Topoi. Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. v. 8, n° 14. 2007. P. 172-205.

escreveu a D. Pedro, datada de 1 de setembro de 1822 foi decisiva para a proclamação consumada no dia 7 de setembro. Afirmava:

Senhor. O dado está lançado: de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V.A.R. quanto antes e decida-se, porque irresoluções, e medidas d'água morna, à vista d'esse contrario que não nos poupa, para nada servem, e um momento perdido he uma desgraça. Muitas cousas terei a dizer a V.A.R., mas nem do tempo nem da cabeça posso dizer.

Conclusão

Ernesto de Souza Campos, um dos fundadores da Universidade de São Paulo e Ministro da Educação do Governo do Presidente Gaspar Dutra, considerava a UC a célula-mater de toda a cultura dos povos que falam o maravilhoso e rico idioma que Camões tanto sublinhou.¹⁰¹

Entrelaçou-se, portanto, a Universidade de Coimbra não somente com o reinóis, como também com os coloniais nascidos além-mar, nestas terras de um Brasil ainda em formação, como parte integrante da civilização mundial. E de lá vieram homens fundamentais de uma nova nação. Não é possível, portanto, traçar a história da educação no Brasil sem dar o devido lugar à fonte primeira de onde emanou a energia intelectual que, por evolução gradual, chegou ao sistema universitário da atual geração.

Desde os primeiros acontecimentos que conduziram à Reforma Pombalina encontramos vários episódios da História da Ciência que testemunham uma intensa relação entre a UC e o Brasil. Os arquivos documentais brasileiros e da UC reúnem fontes da História da Ciência que são um patrimônio valioso da história dos

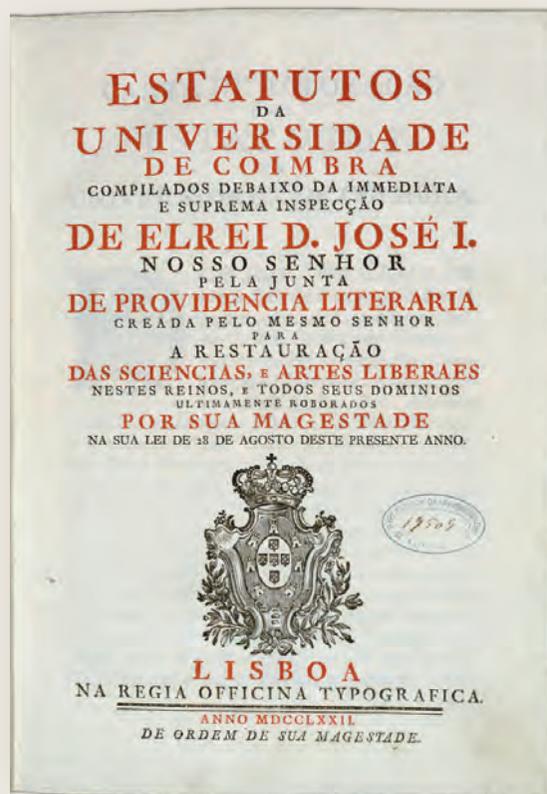
101 CAMPOS, Ernesto de Souza – História da Universidade de São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. Edição Fac-Similar. 2004. p. 14.

dois países. Além da concretização de um dos principais objetivos definidos pelos estatutos pombalinos – um melhor conhecimento dos recursos naturais do reino e império colonial – a UC foi também tomada como paradigma de referência para a criação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil. Além da organização do ensino, nestas instituições viriam a ensinar antigos estudantes de Coimbra.

A UC está, em certa medida, ligada ao processo político que conduziu à independência do Brasil. Alguns dos nomes mais destacados da *Inconfidência Mineira* tiveram a sua formação acadêmica em Coimbra e também aí teriam germinado algumas sementes do anseio independentista. O processo de independência culminou no dia 7 de setembro 1822 após uma intervenção decisiva de um antigo estudante e um dos mais distintos professores da Faculdade de Filosofia, o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, cientista internacionalmente reconhecido, e no Brasil conhecido como o *Patriarca da Independência*.

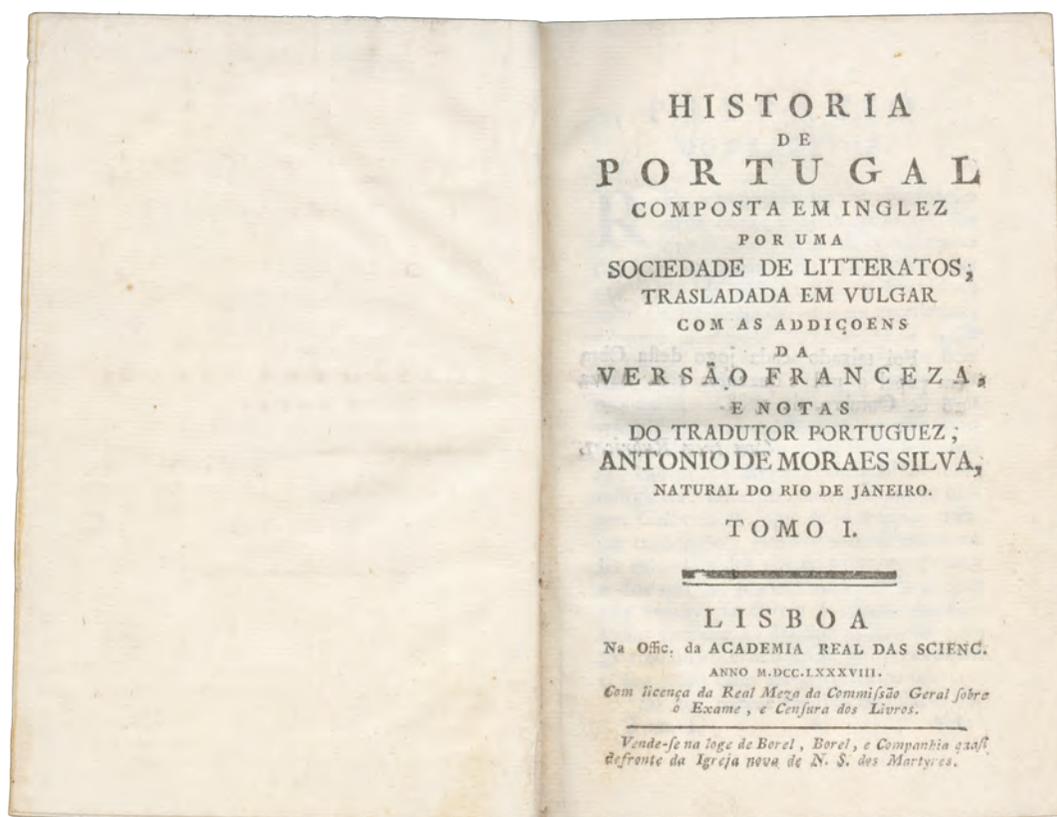
As relações científicas e culturais que ao longo dos séculos ligam a UC ao Brasil não se findaram com a proclamação da Independência da antiga colônia. O Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências, realizado em Coimbra entre 26 e 29 de outubro de 2011, no qual participaram mais de duas centenas de historiadores, portugueses e brasileiros, reforça a importância do Brasil para a História da Ciência na UC. Estas relações com fortes laços históricos continuam bem patentes e são a cada dia revigorados. Em novembro de 2011 a UC tinha estabelecido 124 protocolos de cooperação com instituições de ensino superior brasileiras. Ao abrigo destes protocolos estão envolvidos 940 estudantes brasileiros (321 estudantes de mobilidade/intercâmbio, 475 estudantes de mobilidade “especial” e 144 investigadores de pós-graduação)¹⁰². Além disso, o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) foi formalmente constituído em 27 de novembro de 2008. Envolvendo 52 instituições de ensino superior, garante a prosperidade das relações entre a UC e as suas congêneres brasileiras. O futuro também se constrói consolidado num longo e profícuo passado histórico.

102 Fonte da Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra.



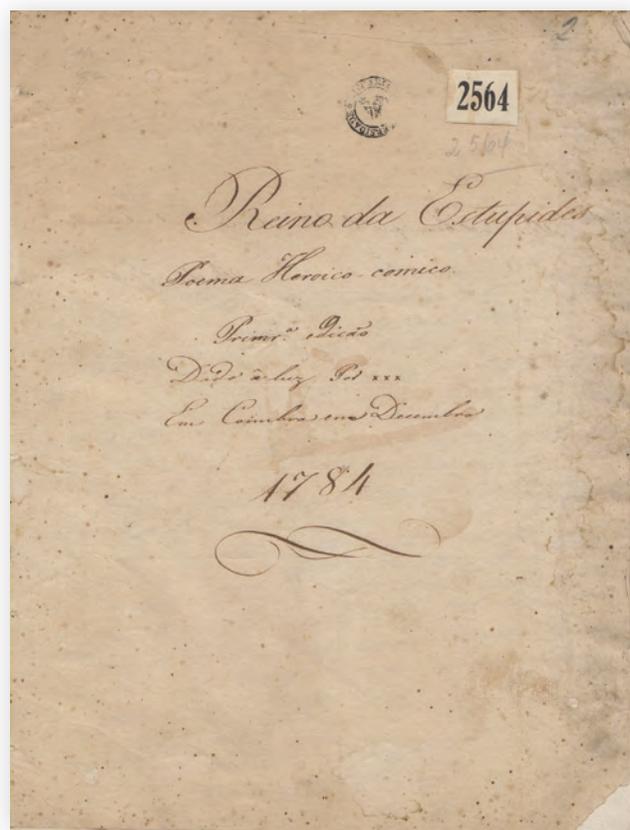
Estatutos da Universidade de Coimbra, impressos em Lisboa em 1772, que vieram impostos pelo Marquês do Pombal, no âmbito da sua reforma dos estudos.

BGUC: R-44-3



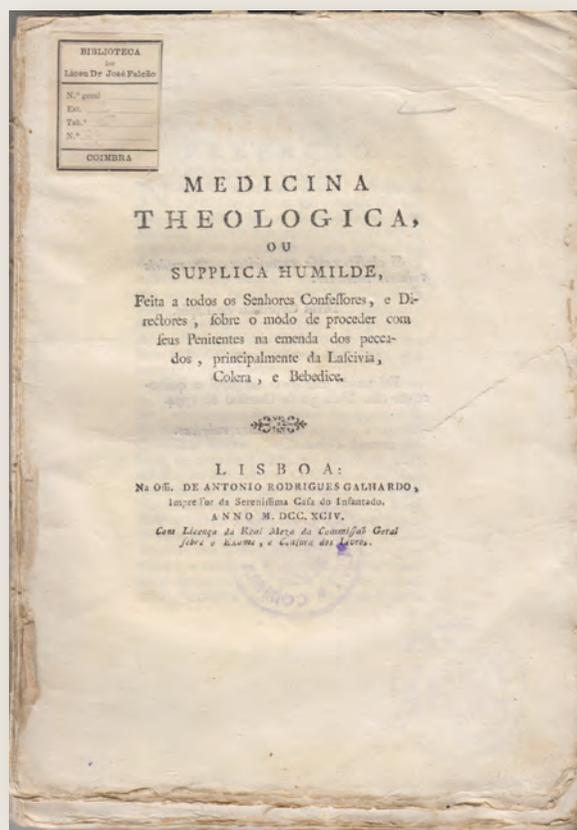
Rosto do primeiro volume da *História de Portugal* publicada por António de Moraes e Silva (1755-1824), natural do Rio de Janeiro e formado em Leis pela Universidade de Coimbra.

BGUC: 1-(d)-2-18/20



Uma das diversas cópias manuscritas do “Reino da estupidez” que inundaram Coimbra em 1782 e que José Bonifácio pode ter ajudado a copiar. Esta tem esta a curiosidade de ter uma página de título com menção “Prim.ª edição” e a data de 1784.

BGUC: Ms. 2564



Completamente aprovada pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros, esta obra de Francisco de Melo Franco publicou-se sem o nome do autor, em 1794. Apesar de examinada, foi tão grande a perturbação que causou, que veio a ser suprimida.

Medicina theologica, ou, supplica humilde, feita a todos os senhores confessores e diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice. Lisboa: Na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1794.

BGUC: J.F.-44-2-16



Pontes, António Pires da Silva *ca.* 1750/1755-1805 -
*Construção e analyse de proposições geometricas, e experiencias
practicas, que servem de fundamento á architectura naval...*
Lisboa: Offc. Patriarcal de João Procopio Correa da Silva,
1898. Disponível na Internet em <http://purl.pt/11807>.

BGUC: RB-29-24

Sonetos.



1.

Adeus, fica-te em paz, Alcina amada,
Ah! sem mim de Jolix, vive ditosa;
Qu' contra meus oráculos invejosa
E fortuna cruel se mostra brada.

São cede não vras a delicada
A linda face de jasmino, e rosa
O branco peito, as bocas graciosas,
Onde se amara tem gentil meada.

Pede, meu Bem, e fado impio mente,
Pede regar de te gozar a dita;
Pede da tua vista ter-me a frente.

Adeus, a pensar das miseras deditas
De teu cruel partida, desconsolante
Nada minh'al alma vivis eucita.

J. Bonifácio d'Andrade

2.

Adeus! Adeus! onde estás? Onde esperas?
Adeus-te não alma! que por te suspiro,
De quanto a vista se dilata, e gira,
Tanto mais de encontrante descepara!

J. B.

Poema de José Bonifácio que começa “Adeus, fica-te em paz Alcina amada...” incluído numa coleção manuscrita intitulada “Collecção de Peças Poéticas de Bom Gosto” (Coimbra, 1833), organizada por Miguel Justino de Araújo Gomes Álvares.

BGUC: Ms. 1639 (f. 3)

No último dia do mês de novembro de 2011, a minha caixa de correio eletrônico acusou a recepção de um amável convite proveniente do Senhor Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Professor Doutor José Bernardes. Informava-me o Douto Professor que a Universidade de Coimbra (UC) estava a preparar uma Exposição sobre o Brasil e que era desejo dos organizadores que o Catálogo da referida exposição integrasse textos de colegas que “têm tido algum papel nessas relações”.

Apesar do prazer sentido em ter recebido tal convite, a minha reserva em o aceitar não se fez esperar, tanto mais que reputei (e reputo) da máxima importância a ocorrência da Exposição, sobretudo pelo que pode potenciar nas relações futuras entre a UC e o Brasil. Mas, havendo na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC) uma boa meia dúzia de colegas com tanta ou mais experiência de colaboração com o Brasil, avisado me parecia que o texto pretendido fosse solicitado a um deles...

A insistência assertiva do convidante acabou por me conduzir à escrita do texto que está lendo e que, despretensiosamente, servirá apenas para ocupar espaço num Catálogo, cuja dimensão cultural seria classificada de excelente, não fora o amontoado de caracteres que, ainda assim, o leitor continua lendo...

Ora, na minha relação universitária com o Brasil, importa destacar três momentos:

Passado, e a minha primeira vez no Brasil, em 1996, na Universidade de São Paulo (USP).

Na recepção na Reitoria, o Vice-Reitor que me recebeu, Professor na Faculdade de Direito local, pergunta-me, a meio da conversa, se conhecia o Professor Gomes Canotilho. Por circunstâncias que agora não vêm ao caso, tinha estado no gabinete

do Professor Gomes Canotilho no dia anterior à minha partida para o Brasil.

Parou tudo!!!

Como? Eu conhecia pessoalmente o Professor Gomes Canotilho? Tinha estado com ele 3 dias antes?

Bem, fui quase que obrigado a apertar a mão, de novo, a todos quantos estavam na Reitoria...

Tinha virado uma espécie de apóstolo por ter falado com “Deus” havia 3 dias...

Presente, e o número de estudantes na UC, em particular na Faculdade de Farmácia, bem como os Professores da FFUC que regularmente colaboram com a formação no Brasil.

Atualmente, na FFUC, há estudantes brasileiros em todos os cursos, sendo de realçar que já no presente ano de 2012, duas estudantes brasileiras concluíram o seu Doutoramento.

Apesar das inúmeras colaborações de Professores da FFUC no Brasil, importa destacar aquelas que regular e consecutivamente vêm acontecendo, há mais de dez anos, protagonizadas pelos Professores Francisco Veiga e João José Simões de Sousa, da área da Tecnologia Farmacêutica, com as Faculdades congêneres da USP, da Universidade Federal da Bahia, da Universidade de Ribeirão Preto e de muitas outras Universidades Brasileiras, quer públicas, quer privadas.

A sapiência dos diferentes Professores da FFUC que colaboram no Brasil ocorre, sobretudo, em Cursos de Pós-graduação, Mestrado e Doutoramento, o que traduz bem a importância do conhecimento que é produzido na UC...

Futuro, e a capacidade da UC para se relacionar no Brasil.

A UC tem uma missão no Brasil: **O Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras.**

Tenho, cada vez mais, a noção de que só a reciprocidade, para não dizer, mesmo, complementaridade, pode ser a porta para a consolidação de relações fortes e permanentes.

A marca “Universidade de Coimbra” é, de facto, excelente no Brasil. Mas é tempo de essa marca perceber que só continuará com o prestígio que tem, e porventura aumentado, se se posicionar de forma pró-ativa no Mundo e no Brasil, em particular.

Não nos podemos esquecer de que é urgente aprender com o Brasil, enquanto país, onde, por exemplo e a título académico, a USP é, apenas, a melhor Universidade do Mundo Lusófono, de acordo com os rankings internacionais.

“Puxando a brasa à nossa sardinha”, não será prestigiante, para além de Lula da Silva ser Doutor Honoris Causa pela UC, que o atual Reitor da USP seja um ilustre mestre em Ciências Político-Económicas também pela UC?

Não seria apropriado, numa língua comum que se tenta aproximar pela assinatura de acordos que apenas dizem respeito à escrita, assumir os significados diferentes que algumas das palavras, nomeadamente em Portugal e no Brasil?

Já uma vez escrevi uma frase que, do ponto de vista da grafia, rezava assim,

“uma grande bicha no centro de Curitiba obrigou-me a tirar a camisola e a pôr uma camisinha, fruto do calor existente na zona polaca”,

que, lida por um cidadão brasileiro paranaense levaria a que a ideia no papel tivesse, provavelmente, a seguinte interpretação,

“um homossexual assumido no centro de Curitiba obrigou o escriba a tirar o pijama e a colocar um preservativo, em função do ambiente na zona de prostituição”...

As duas interpretações distintas desta frase comum, consoante seja lida por portugueses ou por brasileiros, diz bem da necessidade do caminho que ainda temos que percorrer para que, nos dois lados do Atlântico, nos entendamos “de facto e de direito”.

Um dos eventuais caminhos a seguir, no âmbito do Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras, seria a criação de um conjunto de cursos (poderia ser, da parte da UC, e para começar, um curso por cada Faculdade). Os cursos em apreço teriam igual duração letiva na UC e na Universidade Brasileira correspondente, com uma estrutura curricular semelhante e, uma vez concluídos, teriam um duplo certificado, um da UC e outro da congénere brasileira, desde que o estudante tivesse frequentado, com aprovação, pelo menos um ano letivo numa das Universidades.

Os brasileiros, pragmáticos como são, já têm os chamados “Doutoramentos sandwich”...

Penso que alargar o conceito aos outros Cursos de Pós-graduação e de Graduação será o caminho a seguir, e a pró-atividade da UC não deixaria de ser apreciada...

A FFUC tem estado empenhada neste processo e, no que às Ciências Farmacêuticas diz respeito, tem olhado com particular atenção os cursos oriundos do Grupo de Coimbra. Aliás, no âmbito da COIFFA (Conferência Ibero-americana de Faculdades de Farmácia), se por um lado tem feito parceria com Espanha para explicar o modelo europeu do curso conducente à obtenção do grau académico que permita o exercício da profissão farmacêutica em toda a União Europeia, não tem deixado de contribuir para uma cada vez maior adesão de Faculdades de Farmácia Brasileiras, tendo em vista a continuidade da língua portuguesa na liderança da referida organização. Não tem sido fácil. Mas a cooperação entre as Faculdades de Farmácia Portuguesas e Brasileiras pode ser tomada como exemplo na influência que, a partir da UC, pode ser alargada a toda a América Latina, sobretudo se o Brasil,

e neste caso o Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras, quiser tomar a dianteira.

Mais, creio que a parceria da UC com o Brasil pode ser também o caminho a seguir no espaço lusófono.

Agora que as relações entre os dois países estão a amadurecer (só agora?) e buscam uma fase 2, ou seja, para além das questões relacionadas com Cultura e Turismo já partilhadas pelos dois países irmãos, procuram-se novas áreas de colaboração, mas mútua.

A economia, hoje com mais poder do que deveria ter, só será mais justa quando o exemplo que o Brasil deu ao Mundo for devidamente percebido. As oportunidades relacionadas com a energia, onde até o petróleo constitui um recurso num país que pôs os carros a andar a álcool e que lidera a investigação na área dos biocombustíveis, não deve deixar de constituir uma área de conhecimento onde a UC pode, também, ter uma palavra a dizer.

A produção agrícola e pecuária que coloca o Brasil no restrito leque de Países exportadores na área da alimentação não poderá deixar de “soar como música divina” aos nossos ouvidos, dada a prioridade que o Plano Estratégico da UC concede à dita área.

Tal como os “bacharéis de Coimbra” foram capazes de dar corpo à primeira Constituição do Brasil, sejamos nós agora ca-

pazes de perceber (mas perceber mesmo e não apenas acenarmos com a cabeça a dizer “sim”) o que mutuamente temos obrigação de produzir: **Conhecimento.**

Sobretudo conhecimento capaz de se traduzir na melhoria das condições de vida de ambos os Países e dos seus cidadãos.

As cidadãs e os cidadãos portugueses e brasileiros, por mais anónimos que sejam, só podem começar, finalmente, a pensar e a agir comum e, mesmo que um Atlântico os separe, sente-se que a sua Cultura emana cada vez mais do mesmo tronco: **A língua portuguesa.**

Por ela, mas também por causa dela, o Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras tem que passar dos documentos “politicamente bem elaborados” para a realidade.

A UC não pode fugir aos seus desígnios.

A prudência dos audazes assim o exige,

e a audácia dos prudentes assim o determina...

Que a Exposição seja um êxito e que o Catálogo que dela fica consiga os seus propósitos, apesar de ter incluído este texto produzido por um generalista em banalidades,



10034

MEMORIA

S O B R E

A absoluta necessidade, que ha, de Nitreiras nacionaes para a independencia e defenza dos Estados

C O M A

Descripção da origem, actual estado, e vantagens

D A

REAL NITREIRA ARTIFICIAL

D E

BRAÇO DE PRATA:

Lida na Secção pública da Sociedade Real Maritima, Militar, e Geografica de 19 de Janeiro de 1801

PELO SOCIO

MANOEL JACINTO NOGUEIRA DA GAMA

Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Inspector Geral das Nitreiras, e Fabrica de Polvora da Capitania de Minas Geraes, Deputado, e Escrivão da Junta da Real Fazenda da mesma Capitania.



LISBOA. M.DCCC.III.

NA IMPRESSÃO REGIA.

POR ORDEM SUPERIOR.

125 - 595

Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1765-1847) formou-se em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi militar, político e professor e veio a ser o primeiro visconde com grandeza e marquês de Baependi.
Memória sobre a absoluta necessidade que ha de Nitreiras nacionais... Lisboa: na Impressão Régia, 1803.
BGUC: Misc. 641 (nº 10034)

Elle ne se dissout pas dans l'eau.

Elle se dissout dans les acides, et forme avec eux des sels sacrés. Néanmoins elle diffère beaucoup de la glucine.

Le sulfate d'yttria est presque insoluble dans l'eau, tandis que le sulfate de glucine est déliquescant.

Le nitrate et le muriate de glucine sont déliquescens.

Les dissolutions de la terre yttria dans les acides sont précipitées par le prussiate de potasse, tandis que les dissolutions de la glucine dans les acides ne sont point précipitées par ce prussiate.

L'yttria n'est point soluble dans la potasse caustique, tandis que la glucine s'y dissout.

On a donné à cette nouvelle pierre le nom de Gadolin, et on l'a appelée *gadolinite*.

Mais on a laissé à la terre le nom d'yttria; pourquoi ne l'appellerait-on pas *gadoline*?

Peut-être les minéralogistes feroient ils bien d'imiter les botanistes, et de donner aux substances minérales les noms des savans minéralogistes, tels que ceux de Wallérius, de Cronstedt, de Linnéus, de Werner, de Born, de Haüy.

Nous avons déjà quelques pierres qui ont reçu de pareils noms, tels que la *picrite*, la *dolomite*, la *wernerite*, la *gadolinite*.

NOTE

SUR LES PLANTES ET LES INSECTES

TROUVÉS PAR FAUJAS-ST.-FOND SOUS DOUZE CENTS PIEDS DE LAVE;

PAR J. C. DELAMÉTHÈRE.

Faujas a rapporté à Paris les fossiles qu'il avoit trouvés sous douze cents pieds de lave (Voyez sa lettre à Fortis, dans le dernier cahier de ce journal). Il les a fait voir à différens savans.

Justén, Desfontaines, Lamarck et Thouin ont examiné avec le plus grand soin les impressions de ces plantes; ils ont reconnu que plusieurs étoient de nos climats: telles sont, 1°. des feuilles de chataignier; 2°. des feuilles de bouleau; 3°. des feuilles de

peuplier-tremble; 4°. des feuilles du petit érable dit de Montpellier; 5°. un cône entier du *pinus silvestris*; 6°. une portion de cône du *pinus sylva*.

Fabricius et Latreille y ont reconnu l'impression d'un insecte qui est l'hydrophile commun qui se trouve dans nos eaux de fontaine, d'étang.

Nous n'entrerons pas dans de plus grands détails, parce que l'auteur de cette découverte va décrire tous ces objets en détail, et les faire graver.

Ces faits prouvent, 1°. qu'on trouve dans ces fossiles des objets analogues à nos végétaux et à nos animaux existans.

2°. Que par conséquent ces plantes et ces insectes sont aujourd'hui les mêmes que ceux de ces temps si reculés.

EXPOSÉ SUCCINCT

DES CARACTÈRES ET DES PROPRIÉTÉS DE PLUSIEURS NOUVEAUX MINÉRAUX DE SUÈDE ET DE NORVÈGE, AVEC QUELQUES OBSERVATIONS CHIMIQUES FAITES SUR CES SUBSTANCES,

PAR M. D'ANDRADA;

Adressé à M. BEYER, inspecteur des mines à Schneeberg.

Lorsque vous eûtes la bonté de parcourir quelques échantillons de nouveaux minéraux que j'avois découverts et recueillis dans mon dernier voyage en Suède et en Norvège, vous desirâtes que je pusse vous en donner au moins la liste et les noms; je m'empressai de vous satisfaire sur ce point. J'aurois souhaité pouvoir vous communiquer en même temps les descriptions que j'en ai faites, selon ma méthode, en y joignant les analyses de quelques unes de ces substances que j'ai déjà terminées, celles dont je m'occupe encore, et celles que M. le professeur *Abelgaard* a entreprises à Copenhague; mais comme je les ai distribuées en partie à l'Académie des sciences de Stockholm, en partie à celle de Copenhague, aux curieux de la nature de Berlin, et à la société philomatique de Paris, je me vois privé pour le moment du plaisir de vous envoyer une description complète. Vous ne trouverez donc ci-joint que quelques espèces, avec un court aperçu de leurs caractères et de leurs propriétés.

H h 2

O BRASIL NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Um diálogo de Geografias

Lúcio Cunha
Rui Jacinto

CEGOT e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A presente reflexão sobre a importância e o papel do Brasil na Universidade de Coimbra, particularmente na área científica da Geografia, implica uma análise retrospectiva do relacionamento entre a investigação geográfica que se foi produzindo no Brasil e em Portugal, perceber os pontos de contacto e de interação que se foram estabelecendo e entender o modo como se articulam e interagem as redes entretanto constituídas. Esta reflexão parece-nos muito importante para perspetivar o modo de construção de um futuro de cooperação, desenvolvimento e enriquecimento da Universidade de Coimbra e, no seu seio, da área científica de Geografia.

Na análise que se apresenta, necessariamente breve e, também por isso, de algum modo injusta, distinguem-se, com alguma facilidade, três períodos ou fases: a primeira corresponde basicamente à primeira metade do século XX e constitui a fase de construção do pensamento geográfico nos dois países, com contactos ainda tímidos e relativamente pouco frutuosos; a segunda corresponde às décadas de sessenta a noventa do século passado e constitui o período de afirmação da ciência nos dois países, ainda que marcado pelo divórcio no relacionamento entre as suas Geografias; finalmente, a partir dos anos 90, inicia-se uma fase de intenso relacionamento, diálogo e cooperação, baseada na criação de redes que promovem a investigação conjunta, o intercâmbio de alunos e professores e que, de algum modo, contribui para a afirmação das geografias portuguesa e brasileira nos quadros mais gerais da lusofonia e do mundo ibero-americano.

1. Geografias em construção: um diálogo incompleto dos geógrafos pioneiros

Tanto em Portugal como no Brasil o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência autónoma, embora possa vir claramente

de trás e, em especial, do século XIX, faz-se sobretudo durante o século XX. No nosso país, e na nossa Universidade, os estudos universitários de Geografia surgiram, formalmente com a criação das Faculdades de Letras em 1911 (Oliveira, 2003; Rebelo, 2003)¹. Iniciados pela mão de Anselmo Ferraz de Carvalho, vão passar quase vinte anos até à constituição formal de uma secção de Estudos Geográficos, ou seja até à institucionalização efetiva da Geografia como unidade científica autónoma, institucionalização que conheceu também um lento processo de afirmação a que estão ligados os nomes de Aristides de Amorim Girão, Virgílio Taborda, Orlando Ribeiro e Alfredo Fernandes Martins. No Brasil, essa institucionalização terá sido ligeiramente mais tardia, com a criação dos cursos de Geografia e de História e com a constituição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundada por Pierre Deffontaines, na segunda metade da década de 30, a que se seguiu uma fase de intensa preparação internacional, quer em França, quer nos Estados Unidos, que rapidamente proporcionou à Geografia brasileira um lugar de destaque no panorama internacional²³.

1 OLIVEIRA, J. M. P. (2003) – “Da evolução dos estudos geográficos na Universidade de Coimbra”. In ALMEIDA, A.C., GAMA, A., CRAVIDÃO, F.D., CUNHA, L. e JACINTO, R. – *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*. Coimbra, pp. 23-31.

Rebelo, Fernando (2003) – “A investigação geográfica em Coimbra”. In ALMEIDA, A.C., GAMA, A., CRAVIDÃO, F.D., CUNHA, L. e JACINTO, R. – *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*. Coimbra, pp. 33-41.

2 LIMA, Miguel Alves (2003) – Os anos dourados da Geografia Brasileira: antecedentes, realizações e consequências dos anos 50 e 60. *Revista Geo-paisagem*, 3. (<http://feth.ggf.br/Revista3.htm>; consultado em 6 de janeiro de 2012).

3 - MELO, Adriany A., VLACH, Vânia R. F. e SAMPAIO, António C. F. – “História da geografia escolar brasileira: continuando a discussão”. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf (consultado em 6 de janeiro de 2012).

Durante muitos anos, poderíamos dizer que quase até ao final do século XX, o Brasil, ainda que sempre presente na Geografia portuguesa, sobretudo em termos didáticos, nas aulas sobre os diferentes aspetos da natureza nos espaços tropicais, sobre geografia política global e regional ou, ainda, sobre Geografia de Portugal, ao abordar, por exemplo, os temas de emigração, andou arredado da investigação geográfica na nossa Universidade.

No entanto, algumas exceções são dignas de referência e alguns trabalhos publicados nos anos 40 e 50 do século passado na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras, a *Brasília*, dão conta das preocupações científicas e da importância que a jovem Geografia coimbrã atribuía aos espaços geográficos brasileiros. Merece uma referência especial o trabalho de A. Fernandes Martins sobre a Borracha brasileira (1946)⁴, um estudo pioneiro em Portugal sobre Geografia Económica do Brasil, em que o autor reflete acerca dos efeitos da evolução geopolítica global para justificar, o forte impacto na economia amazónica provocada pela concorrência das produções na África, primeiro, na Malásia e na Insulíndia, depois, durante as primeiras décadas do século XX. O autor refere-se também à evolução da geopolítica da borracha durante a Segunda Guerra Mundial, anunciando o que considerava ser o renovar das possibilidades económicas para a borracha brasileira e para o seu território de eleição, a Amazônia. A sua reflexão premonitória constitui uma importante chamada de atenção para a importância geoestratégica da produção de matérias-primas, designadamente as extrativas e as alimentares, que vieram dar um impulso enorme à economia brasileira nas últimas décadas, como acontece com a produção

4 MARTINS, Alfredo Fernandes (1946) – “Grandeza, declínio e novas possibilidades da borracha brasileira”. *Brasília*, Coimbra, III, pp. 341-376.

de soja, açúcar ou gado, mas também de petróleo ou de minérios de diferentes tipos, para citar apenas os exemplos principais.

No mesmo número da Revista *Brasília* podemos encontrar outro texto do autor com o título “Geografia Humana do Brasil” e que corresponde a interessante e muito bem contextualizada recensão da palestra proferida na altura, no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por Pierre Deffontaines⁵, e que ilustra a forte influência francófona nas geografias dos dois países lusófonos.

Ainda no mesmo número da *Brasília*, é possível encontrar um interessante artigo de Anselmo Ferraz de Carvalho⁶ em que o autor, numa perspetiva de enaltecimento da colonização portuguesa, utiliza os elementos físicos e, particularmente, a geologia para estabelecer comparações e confrontos entre os territórios do Brasil e de Angola no que diz respeito às suas potencialidades de desenvolvimento: “um novo Brasil na forma simples por que Angola se apresentava a tantos portugueses” (p. 143).

Finalmente, merece também uma atenção especial o trabalho de Geografia Política escrito por A. Amorim Girão para a mesma revista sobre o papel de “Portugal e o Brasil no Mundo de amanhã”⁷. Assumindo o discurso do regime, a expansão portuguesa é um tema caro ao autor que, num texto de forte pendor ideológico, debate o papel e a importância da língua de Camões, ou seja, de Portugal, entendido como estado colonial e pluricontinental, e do Brasil, como o maior país de expressão portuguesa, num mundo cada vez mais pequeno face ao “encurtamento das

5 MARTINS, Alfredo Fernandes (1946) – “Geografia Humana do Brasil”. *Brasília*, Coimbra, III, pp. 809-824.

6 CARVALHO, Anselmo Ferraz (1946) – “Angola, pequeno Brasil”. *Brasília*, Coimbra, III, pp. 141-148.

7 GIRÃO, Aristides de Amorim (1952) – “Portugal e o Brasil no Mundo de amanhã”. *Brasília*, Coimbra, VII, pp. 19-33.

distâncias pela aceleração dos meios de transporte”. Perspetiva “uma nova organização transnacional baseada na comunidade de sangue, de língua e de religião, de tradição e de costumes” e cita Gilberto Freyre que a ela se refere como “essa pátria maior, que é a unidade cultural formada pelas várias expressões do esforço português espalhadas sobre o mundo moderno e a tão grandes distâncias umas das outras”. Para a sua *Geografia Humana*⁸ (1946), Amorim Girão tinha já desenhado um mapa extremamente interessante que aponta para o Brasil a lista de topónimos portugueses, dando assim conta da influência de Portugal no processo de construção do território brasileiro (fig. 87 – Reflexo toponímico da colonização portuguesa do Brasil, p. 312; reproduzida no *Atlas de Portugal, III – Portugal e os portugueses no Mundo de hoje*)⁹.

Podem apontar-se os autores citados como pioneiros no diálogo entre a Geografia dos dois países, uma relação que abria janelas, ainda que estreitas, para conhecimento geográfico do Brasil e que seria mais afetiva que real, numa altura em que as viagens não eram fáceis. Mesmo assim, Alfredo Fernandes Martins ainda teve oportunidade de se deslocar a Salvador da Bahía, em 1959, numa missão que hoje é recordada nessa Universidade, se bem que não tenham sobrado resultados concretos em termos de colaboração institucional.

2. Afirmação das Geografias Portuguesa e Brasileira: um período de adormecimento

Os anos sessenta, setenta e oitenta do século passado foram, verdadeiramente, o tempo de afirmação da ciência geográfica em Portugal e no Brasil. Entre nós, particularmente na Universidade de Coimbra, nos anos sessenta o conhecimento dos espaços tropicais passava muito mais por missões e trabalhos de campo

8 GIRÃO, Aristides de Amorim (1946) – *Geografia Humana*. Portucalense Editora, Porto, 383 p.

9 GIRÃO, Aristides de Amorim (1958) – *Atlas de Portugal* (2ª edição). Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra

nas colónias ultramarinas do que por uma articulação efetiva com o país de economia emergente que era já o Brasil.

O tempo que se seguiu à Revolução dos Cravos foi um tempo de reestruturação, primeiro, de crescimento, depois, para chegar, só nos anos oitenta, a um tempo de relacionamento da Geografia de Coimbra com as Geografias Ibérica, Europeia e Global, mas de que o relacionamento com o Brasil ficou um tanto arredado.

Não significa isso que não houvesse alguma influência teórica da Geografia brasileira nos estudos que entretanto se faziam em Coimbra. Muitos dos conhecimentos, teorias e metodologias novas chegavam-nos mais facilmente, por causa da língua, através do Brasil. Num tempo em que se operava uma clara viragem da influência da Geografia escrita em francês para a Geografia anglófona, de uma Geografia dita clássica de sabor qualitativo para a chamada Nova Geografia marcadamente quantitativa, as obras de eminentes geógrafos brasileiros como Josué de Castro, Milton Santos, Azis Ab Saber, António Christofolletti ou Carlos Augusto Monteiro, para citar apenas os mais conhecidos, continuam a chegar-nos e a integrar as listas bibliográficas de muitas teses e artigos publicados em Coimbra sobre os mais diversos temas geográficos.

3. Desenvolvimentos recentes (o reencontro das geografias portuguesa e brasileira)

A partir dos finais do século passado, mais exatamente dos anos 90, assiste-se ao reencontro das Geografias de Portugal e do Brasil. Condições políticas, económicas e culturais do lado de cá e do lado de lá do Atlântico ditaram uma aproximação que, no caso da Universidade de Coimbra, está a ser marcada por um intercâmbio crescente de professores e alunos, pela realização de reuniões científicas conjuntas e por um crescendo de publicações que dá visibilidade internacional às Geografias dos dois países. A esta fase estão claramente ligados os nomes de Fernando Rebelo e de José Manuel Pereira de Oliveira.

Como vimos, ainda que com altos e baixos, desde sempre, a Universidade de Coimbra deu particular atenção às relações

institucionais com Universidades brasileiras. Mas terá sido com Fernando Rebelo enquanto Reitor (1998-2002) que estas relações atingiram o seu auge ou que, pelo menos, foram catapultadas para esta nova e mais intensa fase de relacionamento institucional.

Geógrafo, Professor e Reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Rebelo visitou o Brasil pela primeira vez em 1996, em viagem particular. Seguiram-se muitas mais viagens, pelo menos uma dezena, de carácter privado ou oficial. Nelas participou em reuniões de trabalho em mais de 20 universidades, proferiu conferências¹⁰ e participou em trabalhos de campo. Em consequência deste frutuoso conjunto de atividades, foram escritas crónicas de viagem, depois compiladas em livro¹¹ que dão conta, quer das diferentes geografias encontradas nos itinerários percorridos, quer das relações institucionais criadas. Aquelas repartem-se por todo o Brasil e a sua leitura permite a compreensão de realidades naturais tão distintas como a Amazónia, o Pantanal ou a costa do Rio de Janeiro, as vicissitudes de crescimento urbano em S. Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília e o modo como, um pouco por todos os recantos do Brasil, se encontra um pouco de Portugal, na arquitetura, nos costumes e na religião. Estas têm a sua expressão maior na criação do Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), um grupo de 50 universidades brasileiras “universidades nacionais – federais, estaduais, confessionais e comunitárias – que reconhecem a instituição conimbricense como *alma mater*”¹², formalmente constituído em Coimbra, no ano de 2008, mas cuja ideia nasce com a chamada “Carta de S. Paulo” assinada em 2001, por ocasião da visita do Magnífico Reitor à Universidade Presbiteriana MacKenzie.

10 Estas conferências versaram diferentes temas que vão desde o Sistema Universitário Português e a Universidade de Coimbra até temas científicos ligados à História da Geografia (USP e UEBA), aos Riscos (ditos) Naturais (UNICAMP e UFBA) e às relações entre a Geografia e o Turismo (UNIFACS e UNICAMP).

11 REBELO, Fernando (2006) – Viagens pelo Brasil. Impressões de um geógrafo. Memórias de um reitor. Minerva Coimbra, 191 p.

12 Sítio na Internet do Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras: <http://www.grupocoimbra.org.br/coimbra/index.php> (acedido em 6 de janeiro de 2011)

Outra parte importante do relacionamento da Geografia de Coimbra com a Geografia brasileira faz-se através dos muitos professores brasileiros que Fernando Rebelo convidou para os Encontros sobre Riscos Naturais Urbanos, depois Encontros sobre Riscos Naturais e, finalmente, Encontros Nacionais de Riscos, após a constituição da *Riscos, Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*, em dezembro de 2003. Muitas destas contribuições ficaram registadas em importantes artigos na Revista *Territorium* de que Fernando Rebelo foi o criador e, desde o momento da criação em 1994, Diretor. Só no último número desta revista (nº 17, 2010) são pelo menos 10 os trabalhos apresentados por especialistas brasileiros, alguns em colaboração com geógrafos portugueses, o que muito diz acerca do aprofundamento das relações científicas entre a Geografia dos dois países lusófonos. Na impossibilidade de referir todas as participações brasileiras havidas na *Territorium*, mas ante a necessidade de justiça no que se refere à importância desta participação, destacam-se, a título de exemplo, os trabalhos de alguns especialistas mais conhecidos ou reconhecidos internacionalmente na área da Geografia Física e dos Riscos Naturais, como os de Jurandyr Ross¹³, António Bueno Conti¹⁴ e António Carlos Vitte¹⁵.

Muitos outros contactos de geógrafos da Universidade de Coimbra portugueses com a realidade geográfica brasileira começaram pela mão de Fernando Rebelo, desenvolvendo-se de seguida de modo autónomo. Uma referência, uma vez mais a título de exemplo, para a bolsa de curta duração de pós-doutoramento de

13 ROSS, Jurandyr (2001) – “Inundações e deslizamentos em São Paulo. Riscos da relação inadequada sociedade-natureza”. *Territorium*, Coimbra, 8, pp. 15-24.

14 CONTI, António Bueno (2002) – “Riscos Naturais na Região Tropical Brasileira”. *Territorium*, Coimbra, 9, pp. 117-122.

15 VITTE, António Carlos (2003) – O litoral brasileiro: a valorização do espaço e os riscos sócio-ambientais. *Territorium*, Coimbra, 10, pp. 61-67

VITTE, António Carlos e FILHO Luís Ribeiro Vilela (2006) – “A urbanização, a fragilidade potencial do relevo e a produção do risco na bacia hidrográfica do Córrego Proença, Município de Campinas, Brasil”. *Territorium*, Coimbra, 13, pp. 105-114.

VITTE, António Carlos e MELLO, Juliano Pereira (2009) – “Determinação da fragilidade ambiental na bacia do rio Verde, região nordeste do Estado de São Paulo (Brasil)”. *Territorium*, Coimbra, 16, pp. 79-98.

António Campar de Almeida, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e que lhe permitiu, em 2005, visitar a Universidade de Campinas. Aí contactou os Professores António Carlos Vitte, Archimedes Perez Filho e Claudette Vitte, proferiu conferências (na Universidade de São Paulo; em Bauru e em Campinas) e, sobretudo, fez trabalho de campo para aprofundar o seu conhecimento sobre temas de análise da paisagem, biogeografia e dinâmica litoral (Campinas; Floresta Nacional de Ipanema, em Araçoiaba da Serra; litoral a sul do Estado de S. Paulo; Bauru; Rio Claro).

Outra importante fonte de articulação da Universidade de Coimbra com a Geografia brasileira está no Projeto GEOIDE, *Geografia, Investigação para o Desenvolvimento*. Este teve início numa ação do Programa ALFA, financiada pela União Europeia que, sob a coordenação de José Manuel Doutor Pereira de Oliveira, envolveu também universidades espanholas, francesas, inglesas, peruanas, mexicanas e brasileiras (1996-98).

Findo o período de vigência formal do programa financiado, aproveitaram-se e desenvolveram-se as relações entretanto criadas num projeto de algum modo informal que tem vindo a crescer através da convergência e mesmo da cumplicidade de interesses de geógrafos portugueses (da Universidade de Coimbra) e brasileiros (inicialmente da Universidade Estadual Paulista – UNESP - e que se foi alargando progressivamente a outras universidades¹⁶), mas também de outros países que falam português (Cabo Verde, Moçambique, Angola) e a que se juntam ainda colegas espanhóis que partilham connosco o seu interesse e a sua afeição pela Geografia falada em português. Trata-se de uma colaboração e de uma partilha de experiências de trabalho em espaços física e ambientalmente distintos, com diferenças paisagísticas e territoriais bem marcadas, com distintos problemas de desenvolvimento, mas tendo como base uma Geografia que se pretende moderna, rigorosa e, sobretudo, comprometida com as questões ambientais e com a coesão económica, social e territorial, ou seja com as regras que promovem o chamado “desenvolvimento sustentável”.

¹⁶ Maringá, Maranhão, Salvador da Bahia, Três Lagoas.

Tendo em conta os interesses teóricos e as áreas de trabalho dos protagonistas, o projeto desenvolve-se em torno de quatro grandes eixos temáticos:

1. Biodiversidade, paisagens, recursos, riscos e sustentabilidade: aproveitamento, gestão e ordenamento dos espaços naturais;
2. Espaços rurais, povoamento e processos migratórios;
3. Cidade e território: processos de urbanização e práticas sócio-espaciais;
4. Sociedades, culturas e mudanças: políticas públicas, valorização e reestruturação dos territórios.

No seu âmbito foram sendo desenvolvidas iniciativas diversas que incluem convites para trabalho de campo e trocas de conferencistas entre as Universidades de Coimbra e de Salamanca, por um lado, e a UNESP (Campus de Presidente Prudente), por outro, a par com a realização de vários seminários¹⁷ internacionais que permitiram formalizar a troca de experiências, fixar em textos publicados alguns dos avanços investigativos produzidos e ajudar a estabelecer uma rede que permita passar de um projeto informal para um “fórum permanente de estudo e debate que lance as bases para um observatório sobre as dinâmicas socioeconómicas e os processos de reestruturação territorial nos países de língua portuguesa”¹⁸. De algum modo, podem enquadrar-se também no

¹⁷ De entre os seminários científicos destacam-se no Brasil: S. Luís do Maranhão (Universidade Estadual do Maranhão - 2009 - I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Local e Sustentabilidade, e 2011 - II Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento e sustentabilidade – novas abordagens, velhos dilemas); em Presidente Prudente (Universidade Estadual Paulista - 2010 – Seminário Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: os países de língua portuguesa e as suas geografias: território e mudança em diferentes contextos regionais) e em Salvador da Bahia (2011 – Universidade Federal da Bahia - Seminário Ibero-Brasileiro sobre Território e Desenvolvimento em Portugal e Espanha). Em Portugal realizaram-se seminários na Guarda, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos (2009 – Seminário Internacional “Os países de língua portuguesa e as suas geografias: dinâmicas socioeconómicas e processos de reestruturação territorial) e na Universidade de Coimbra (2010 – Encontros de geógrafos do língua portuguesa - As novas Geografias dos países de Língua Portuguesa: território e mudança em diferentes contextos regionais).

¹⁸ CUNHA, L. Passos, M. e JACINTO, R. (2010) – “Os países de língua portuguesa e as suas novas geografias”, *In* CUNHA, L. Passos, M. e JACINTO,

âmbito deste projeto algumas viagens realizadas a Cabo Verde (2002; 2005; 2010; 2011) por investigadores da Universidade de Coimbra.

Parte do trabalho realizado tem já expressão formal em publicações, com destaque para o livro *As novas geografias dos países de Língua Portuguesa. Paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal*, editado pelo Centro de Estudos Ibéricos (CEI) e coordenado editorialmente por L. Cunha, M. M. dos Passos e Rui Jacinto (ob. cit.) que, organizado em torno de 3 grandes temas: 1) Paisagens, recursos, sustentabilidade; 2) Territórios, cidade e coesão urbana; e 3) Políticas públicas e reestruturação do território, inclui 22 trabalhos, dos quais 17 tratam a realidade brasileira. Neste momento está no prelo um segundo livro coordenado por Messias Modesto dos Passos e Rui Jacinto que incluirá textos de um conjunto de geógrafos da Universidade de Coimbra e da UNESP, mas também das Universidades de Cabo Verde e Eduardo Mondlane, em Moçambique. Começa a cumprir-se, assim, um dos objetivos do projeto Geoide, que é o de se alargar aos espaços geográficos da lusofonia.

Alguma institucionalização deste projeto foi conseguida com a sua aprovação pela CAPES (do lado brasileiro) e pela FCT (do lado português)¹⁹. Em funcionamento nos anos de 2011 e 2012, o projeto aponta como objetivo fundamental a estruturação de uma rede de investigação entre as Universidades de Coimbra e Estadual Paulista que funcione como embrião de uma rede mais ampla que envolva outras Universidades no Brasil e noutros países de expressão portuguesa. Deste modo ficaram reunidas condições materiais que permitem a deslocação de investigadores portugueses ao Brasil e de investigadores brasileiros a Portugal,

R. (2010) – *As novas geografias dos países de Língua Portuguesa. Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal. Iberografias, CEI, Guarda, 16, pp. 7-18.*

19 Integram o projeto:

- pela Universidade de Coimbra, Fernanda Cravidão, Lúcio Cunha, Norberto Santos, António Campar de Almeida e Rui Jacinto;

- pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Presidente Prudente), Messias Modesto dos Passos, Eliseu Spósito, Maria do Carmo Spósito, João Lima, Eda Goes; Nivaldo Espanhol; Rosângela Espanhol e Margarete Amorim.

bem como um intercâmbio de estudantes de doutoramento que se está a revelar extremamente frutuoso²⁰.

Recentemente, os cursos de Turismo da Faculdade de Letras foram integrados no Departamento de Geografia, num processo francamente enriquecedor para o Departamento e para o Grupo de docentes que o constituem. Parte significativa deste enriquecimento tem que ver com a dinâmica de relacionamento internacional, imposta por Fernanda Cravidão na coordenação destes cursos, e nomeadamente no que se refere ao Brasil. Sendo o turismo uma atividade, senão emergente pelo menos de desenvolvimento mais recente no Brasil que em Portugal, não admira que sejam muitos os estudantes da área que procuram os nossos cursos de pós-graduação. Assim acontece, quer com o curso de mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, quer com o curso de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura (que envolve, além da Faculdade de Letras, a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física) e que contam, entre os seus alunos, com um número significativo de estudantes brasileiros. O exemplo mais paradigmático desta procura, ou talvez melhor, deste relacionamento da Universidade de Coimbra com o Brasil, está num protocolo recentemente assinado entre a Universidade de Coimbra e o Serviço Social do Comércio (SESC) de Fortaleza, que permitiu a oito dos seus funcionários superiores frequentar o curso de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura e preparar, sob orientação de professores da Universidade de Coimbra, as respetivas dissertações.

A recente aproximação da Geografia e dos geógrafos portugueses e brasileiros tem tido também tradução nas reuniões de carácter internacional mais amplo em que participam, e, nomeadamente, naquelas que são organizadas em Portugal e no Brasil. Dois exemplos recentes são os Seminários Latino-Americanos de Geografia Física e as reuniões da União Geográfica Internacional (UGI).

20 No primeiro ano de funcionamento do projeto estagiaram em Coimbra três estudantes de doutoramento da UNESP e um estudante de Coimbra pôde fazer uma deslocação curta a S. Paulo.

No que diz respeito à Geografia Física, uma importante articulação tem vindo a ser estabelecida entre as Geografias europeia e latino-americana através dos chamados Seminários Latino-Americanos de Geografia Física. Iniciados em La Habana (Cuba) no ano de 2000 e, depois, realizados bienalmente em Caracas, na Venezuela, em Puerto Vallarta, no México, em Maringá e em Santa Maria, no Brasil, e em Coimbra, no ano de 2010, está prevista a realização da edição deste ano de 2012 para Manaus. Trata-se de uma organização informal que foi congregando geógrafos de diferentes países da América Latina (Cuba, México, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Venezuela, Colômbia e Brasil) a que se juntaram portugueses e espanhóis, num processo de crescimento que, em 2008, no seminário de Santo Maria, levou à decisão de formalizar estes encontros como Seminários Ibero-Americanos, destinados a promover, também, a troca de experiências científicas entre as Geografias e os geógrafos dos dois lados do Atlântico. O VI Seminário (o II Seminário Ibero-americano) organizado em Coimbra, de 26 a 30 de maio de 2010, sob o lema “Sustentabilidade da Gaia: ambiente, ordenamento e desenvolvimento”, foi o primeiro realizado fora do espaço da América Latina e terá sido, a maior reunião científica de geógrafos brasileiros fora do Brasil, já que foram cerca de 300 os geógrafos físicos do Brasil inscritos para apresentar mais de duas centenas de trabalhos, o que permitiu uma intensa troca experiências e importantes contactos para preparação de um futuro de cooperação científica. Cumprindo a curta tradição destes Seminários, num gesto que se revestiu de forte simbolismo para a Geografia Ibero-americana, foi prestada homenagem a dois destacados geógrafos de Portugal e Brasil: os Doutores Fernando Rebelo, da Universidade de Coimbra, e José Pereira de Queiroz Neto, da Universidade de São Paulo.

No que diz respeito a reuniões de UGI destacamos, pela participação ativa de Geógrafos de Coimbra, a reunião anual *Commission on Evolving Issues of Geographical Marginality*, subordinada ao tema geral *Globalização e Marginalidade*, que foi realizada na Universidade Federal de Rio Grande do Norte, em Natal, no ano

de 2005, e de cuja relevância científica internacional dão conta os três volumes que reúnem os resultados da reunião²¹.

4. Balanço prospetivo: Geografias, geógrafos e redes de cooperação

Fruto desta aproximação são, neste momento, muitas as formas de cooperação pedagógica e científica entre a Geografia de Coimbra e a Geografia brasileira.

Por exemplo, a nível pedagógico, seja na graduação, no mestrado ou em doutoramento são muitos os estudantes brasileiros que procuram a Universidade de Coimbra, para realizar integralmente, ou tão só, para complementar a sua formação. Só em cursos de doutoramento de Geografia e de Turismo são mais de uma dezena os estudantes brasileiros que nos procuraram nos últimos 10 anos²². O inverso, ou seja a procura de universidades brasileiras por parte de geógrafos de Coimbra, também é verdadeiro, ainda que a dimensão do fenómeno seja bem menor. No entanto, aproveitando as facilidades da língua, as universidades brasileiras são procuradas também por estudantes de doutoramento portugueses, sobretudo no que diz respeito a bolsas de curtas duração para desenvolver competências nas áreas da Cartografia Automática, dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) e da Detecção Remota. Esta aproximação acaba por envolver professores de cá

21 1. Globalização e Marginalidade - Transformações Urbanas (2008). UFRN, 488 p.

Globalização e Marginalidade – O Rio Grande do Norte em foco (2008). UFRN, pp. 496-756

Globalização e Marginalidade - Desenvolvimento, na teoria e na prática (2008). UFRN, pp. 767-964.

22 Até ao momento foram já defendidas com êxito na Universidade de Coimbra duas dissertações de doutoramento de estudantes brasileiros, docentes na Universidade do Estado da Bahia:

SANTOS, Miguel Cerqueira (2008) – Turismo e ambientes costeiros. Os casos do Recôncavo Baiano e da Região Centro de Portugal. Diss. Doutoramento, Coimbra, 283 p. + anexos.

SANTOS, Maria Gonçalves Conceição (2008) – Um contributo para pensar a Geografia das Migrações. A comunidade brasileiras na Região Centro de Portugal. Diss. Doutoramento, Coimbra, 388 p.+ anexos.

e de lá e, neste momento, esboçam-se algumas experiências de cotutoria que em breve darão frutos.

No plano científico, e como consequência das relações atrás referidas, há envolvimento de geógrafos da Universidade de Coimbra e de geógrafos brasileiros na realização de reuniões científicas internacionais, iniciam-se os seminários e cursos luso-brasileiros, multiplicam-se as conferências e cursos dados por geógrafos portugueses no Brasil e por geógrafos brasileiros em Coimbra, assim como se desenvolve o intercâmbio de investigadores pós-doutorados.

Hoje, importantes revistas brasileiras contam com geógrafos de Coimbra no seu corpo editorial: *Mercator* (Universidade federal do Ceará)²³, *Vivência* (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)²⁴, *Revista Espaço e Cultura* (Universidade do Rio de Janeiro)²⁵, *Clímax* (UNESP, campus de Rio Claro)²⁶. A nossa menor dimensão talvez justifique alguma falta de reciprocidade nos convites e, nas revistas da Geografia de Coimbra, apenas Jurandyr Ross (USP) consta como membro do Conselho Científico da *Territorium*.

No entanto, o CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e de Ordenamento do Território) que agrega investigadores das Universidades de Coimbra, do Porto e do Minho, tem a honra de incluir o nome e de receber a avisada ajuda de Márcio Valença, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento.

Em regra, os convites para integrar comissões científicas de unidades de investigação, de revistas ou de reuniões científicas, são apenas a tradução formal da prática de troca de experiências já realizadas. Como dissemos antes, esta prática é recente no que se refere ao intercâmbio das Geografias portuguesa e brasileira. Por isso também são poucos, ainda, os reflexos em termos de produção científica conjunta. São muitas e diversificadas

as publicações de geógrafos brasileiros em Coimbra (*Cadernos de Geografia*²⁷, *Territorium*, *Atas do VISLAGF* e em publicações de outras reuniões científicas realizadas em Coimbra, como o II Congresso Nacional de Geomorfologia, em 2004, e o VII Congresso da Geografia Portuguesa, em 2009). Serão, muito menos, mas igualmente diversificadas e importantes, as publicações de geógrafos de Coimbra em revistas de especialidade e livros de atas de reuniões científicas realizadas no Brasil. Mas, mais importantes e anunciadoras de um futuro de colaboração promissor são as publicações conjuntas que recentemente começaram a envolver colegas dos dois lados do Atlântico.

Fruto de condicionalismos históricos mais gerais ou das dinâmicas científicas e académicas específicas de cada um dos países, o relacionamento entre as Geografias de Portugal e Brasil, tem passado por fases de maior ou menos aproximação. O momento atual é de grande dinamismo neste relacionamento e a Universidade de Coimbra enriquece-se claramente com o intercâmbio de alunos, investigadores e docentes que se processa.

Para além das possibilidades de inserção em redes ibero-americanas e globais, as facilidades impostas por uma língua comum contribuem também para o relacionamento académico com outros países de expressão portuguesa. Até agora este relacionamento tem vindo a ser feito separadamente pelas Geografias portuguesa e brasileira. Com o projeto Geoide que temos vindo a desenvolver, iniciou-se já um trabalho de cooperação que envolve a Universidade de Cabo Verde e a Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Espera-se, para muito breve, poder estender o projeto a Universidades angolanas e, porventura, ainda que de modo mais pontual, também a S. Tomé e a Timor.

23 - Lúcio Cunha e Norberto Santos

24 - Fernanda Cravidão

25 - Fernanda Cravidão

26 - Lúcio Cunha

27 Como atrás fizemos para a Revista *Territorium*, também apenas a título de exemplo, citam-se:

PASSOS, Messias Modesto (1998) – “A urbanização da fronteira agrícola na Amazônia Matogrossense”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 17, pp. 175-185.

VALENÇA, Márcio Moraes (2010) – “La Gioconda, a cidade contemporânea e os centros históricos”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 29/29, pp. 151-158.

As exigências de uma Universidade moderna, tanto em termos de docência como de investigação, apontam basicamente duas vias: trabalho em equipa e internacionalização. No que à segunda diz respeito, o relacionamento internacional, em particular com a Geografia anglófona, nomeadamente, através da publicação em consagradas revistas publicadas em língua inglesa com arbitragem e circulação internacionais, é fundamental para a afirmação da Geografia moderna que se faz na Universidade de Coimbra. Mas terá sempre

de haver espaço para o Brasil, diríamos mesmo que é estratégico incrementar a cooperação com o Brasil e, através dela, desenvolver o espaço de Coimbra nas Geografias da lusofonia e do iberismo.

Em 1952, Amorim Girão citava Afrânio Peixoto: “Portugal-Brasil, unidos, reunidos, aliados, associados, económica, intelectual, moralmente. Isto será para o ano 2040... Mas queira Deus, seja antes”. Na altura faltavam quase 100 anos. Estamos agora, seguramente, mais perto de cumprir a profecia do pensador...



Rebelo, Fernando, 1943 - - *Viagens pelo Brasil: impressões de um geógrafo memórias de um reitor*.
1ª ed. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
BGUC: 8-(2)-22-2-60



A revista “Brasília”, publicação anual da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra dedicada aos estudos brasileiros.
Capa do número 3 (1946). BGUC: A-1-56

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS HUMANIDADES
pontes para a cooperação

João Arriscado Nunes

Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Em 1990, realizou-se em Coimbra o Primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. O projeto, concebido por Boaventura de Sousa Santos e realizado pelo Centro de Estudos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, constituiu uma viragem decisiva nas relações entre os cientistas sociais e as instituições universitárias de Portugal e do Brasil. Mas, para além disso, ele significou o “mostrar-se” de uma vigorosa, mas até então pouco visível enquanto tal, comunidade de investigadores e de docentes que, no domínio das ciências sociais e das humanidades, apontaria caminhos para a colaboração e para o intercâmbio científico e académico entre Portugal, o Brasil e as antigas colónias portuguesas no Continente Africano que se tornaram países independentes na década de 1970 e que poucos suspeitariam, então, que viria ter a pujança e a vitalidade que hoje conhecemos. O Brasil, naturalmente, aparecia com um formidável potencial académico e científico, comparando com um impressionante elenco de especialistas de diferentes gerações académicas. Como se recordarão os que tiveram o privilégio de assistir ao evento, foi possível ver lado a lado ou frente a frente, na mesma sala, figuras históricas do pensamento social e cultural do Brasil, como Florestán Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Sedi Hirano, Carlos Guilherme Mota, Marilena Chauí ou José Arthur Gianotti, para citar apenas alguns. A cerimónia de Doutoramento Honoris Causa de Florestán Fernandes, um dos fundadores da moderna sociologia brasileira e figura exemplar de intelectual e cientista social engajado na luta pela justiça social e pela democracia, foi um momento de homenagem a um grande vulto do pensamento social e de reconhecimento do quanto as ciências sociais em Portugal, mas também no plano internacional, deviam às contribuições muitas vezes secundarizadas, silenciadas ou marginalizadas dos nossos colegas brasileiros.

Ao longo das duas décadas seguintes, o Brasil viria a tornar-se um imenso viveiro de muitas das iniciativas científicas e culturais promovidas por cientistas sociais e estudiosos das humanidades da Universidade de Coimbra. Não só o Congresso Luso-Afro-Brasileiro se tornou um momento central da agenda das ciências sociais e das humanidades no mundo que tem na língua portuguesa um recurso central de comunicação e de partilha – 12 edições foram realizadas, em Portugal, Brasil, Angola e Moçambique –, mas da experiência do Congresso nasceu a revista *Passagens*, que passou a ocupar uma posição de relevo na difusão e partilha da pesquisa em ciências sociais e humanidades em língua portuguesa.

O Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais foi também um sintoma precoce de uma dinâmica que não cessou de crescer, ao longo dos últimos anos, através de múltiplas formas, como o intercâmbio de estudantes e de docentes, as colaborações em projetos internacionais e nacionais de investigação, a realização de encontros, colóquios e outras reuniões científicas, um impressionante volume de publicações em colaboração, a constituição de programas internacionais de pós-graduação envolvendo instituições dos dois países, ou ainda iniciativas particularmente inovadoras, como a criação, com sede na Universidade Federal de Minas Gerais, do Centro de Estudos Sociais – América Latina, uma organização que, à semelhança de instituições congéneres no continente africano e na Ásia, permitiu colocar sobre novas bases o diálogo e a colaboração científicas entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e os investigadores que, nessas diferentes partes do mundo, partilham um conjunto de preocupações perante as transformações em curso no mundo e procuram construir, num mundo em profunda e rápida mudança, conhecimentos alternativos de alternativas, como diria Boaventura de Sousa Santos.

Para os investigadores e docentes que, ao longo dos últimos anos, se têm envolvido de maneira mais ativa nas múltiplas colaborações académicas e científicas com instituições brasileiras em todo o espaço do país – que incluem desde a Universidade de São Paulo às Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais ou da Baía, passando por instituições de investigação como a Fundação Oswaldo Cruz ou a Fundação Getúlio Vargas -, é visível o prestígio continuado da Universidade de Coimbra, das suas Faculdades e unidades de investigação, dos seus docentes e investigadores no meio universitário e académico e para além deste. Figuras como Boaventura de Sousa Santos ou José Gomes Canotilho, para citar apenas dois dos casos mais óbvios, tornaram-se figuras de referência na vida universitária do país, mas também do debate social, político e cultural, figuras de intelectuais que marcam indelevelmente a reflexão sobre a sociedade brasileira e sobre a sua posição no mundo.

Mas a atração da Universidade de Coimbra no meio universitário brasileiro pode ser aferida, ainda, pela significativa presença de estudantes de licenciatura e de pós-graduação e de pós-doutorandos oriundos do Brasil, que procuram instituições como as Faculdades de Economia, de Letras ou de Direito, e que têm no Centro de Estudos Sociais uma instituição de acolhimento que, como qualquer visitante imediatamente nota, se tornou um importante polo agregador da diáspora académica brasileira. Se o movimento de estudantes e de pós-doutorandos tem sido alimentado principalmente pelos brasileiros que procuram Portugal, as coisas começam a mudar - mais lentamente do que se desejaria, certamente – com um número crescente de estudantes e de docentes e investigadores da Universidade de Coimbra que procuram universidades e instituições de investigação do Brasil para realizar parte da sua formação de licenciatura ou de doutoramento, para projetos de pós-doutoramento ou licenças sabáticas.

A Universidade de Coimbra, ocupa, seguramente, uma posição privilegiada para o desenvolvimento futuro da cooperação com o Brasil e com a América Latina em todos os domínios científicos, e em particular nas ciências sociais e nas humanidades. A visão de Boaventura de Sousa Santos, ao pensar o primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, representou um reconhecimento precoce do imenso potencial dessa cooperação, na qual a Universidade de Coimbra tem assumido um papel decisivo. No atual contexto de crise, a cooperação com o Brasil, uma potência emergente também no plano científico e intelectual, poderá ser um importante espaço para uma reflexão inovadora sobre os futuros possíveis das sociedades europeias, mas também da própria Universidade.



Capa do CD editado pelo Fórum Landf e que contém o manuscrito 81 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Organizado por Cândida Barros e António Lessa, é um exemplo do resultado da parceria entre a Universidade de Coimbra e a Universidade do Pará.



✠
O R I G E N
DE LOS INDIOS
DE EL NUEVO MUNDO,
E INDIAS OCCIDENTALES,
AVERIGUADO CON DISCURSO DE OPINIONES
por el Padre Presentado FR. GREGORIO GARCIA,
de la Orden de Predicadores.

TRATANSE EN ESTE LIBRO VARIAS COSAS, Y PUNTOS
curiosos, tocantes à diversas Ciencias, i Facultades, con que se hace varia
Historia, de mucho gusto para el Ingenio, i Entendimiento de Hombres
agudos, i curiosos.

SEGUNDA IMPRESION.

ENMENDADA, Y AÑADIDA DE ALGUNAS OPINIONES,
ò cosas notables, en maior prueba de lo que contiene, con Tres Tablas mui
puntuales de los Capítulos, de las Materias, y Autores,
que las tratan.

De sell. de la Imprenta de Madrid.
See the title of the first edition.
DIRIGIDO

AL ANGELICO DOCT. S.^{TO} TOMAS
DE AQUINO.



CON PRIVILEGIO REAL.

En MADRID: En la Imprenta de FRANCISCO MARTINEZ ABAD. Año de 1729.

Garcia, Gregorio - *Origen de los indios de el nuevo mundo, e Indias Occidentales.* Segunda impression, enmendada, y añadida de algunas opiniones ò cosas notables. Madrid: En la Imprenta de Francisco Martinez Abad, 1729.
BGUC: J.F.-52-1-9

BRASILEIROS EM COIMBRA,
COIMBRA NOS BRASILEIROS

viagem e torna-viagem da Univer(C)idade na literatura

Maria Aparecida Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Desde 1500, Brasil e Coimbra estiveram associados: primeiramente em função do nome daquele Frei Henrique, franciscano que, participante da frota de Cabral, celebrou a primeira missa. Depois, ainda no século XVI, porque de Coimbra partiria o "Apóstolo do Brasil", José de Anchieta, que iria escrever o primeiro poema épico da América, o *De Gestis Mendi de Saa*, contando os feitos do 3º Governador Geral do Brasil, irmão do poeta Sá de Miranda. Mais tarde, ainda por via dos jesuítas, os primeiros brasileiros (índios conversos, como os entendeu Gonçalves Dias) serviriam de motivo na decoração dos altares barrocos da Sé Nova.

Em 1577, vieram morar em Coimbra filhos de portugueses, nascidos no Brasil, para frequentar a Universidade, que começou, de forma sistemática e incontestemente, a influir na formação da *intelligentzia* brasileira, nos seus mais diferentes aspetos: Leis, Cânones, Matemáticas, Medicina... Eram esses estudantes oriundos principalmente de Permabuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, perfazendo, até 1914, duas mil novecentos e sessenta e sete matrículas, às quais se podem somar ainda os quarenta e quatro nomes que só figuram nos livros de Atos e Graus.

Muitos desses alunos tornaram-se poetas celebrados e Coimbra marcou-lhes a poesia na forma, no tema ou como lugar de referência. Outros ficaram conhecidos por suas criações, como o santista Bartolomeu de Gusmão, pioneiro do balão de ar quente — a "Passarola", que o popularizou como "Padre Voador"; o carioca António José da Silva, dramaturgo supliciado pela Inquisição, que Bernardo Santareno, séculos mais tarde, fez protagonizar *O Judeu*; ou Lucas Junot, o santista estudante de Matemática, criador do "Fado de Santa Clara". Outros ainda deixaram suas marcas de maneira coletiva, como na igreja do Colégio Mariano de São José (hoje Hospital Militar), onde ainda se pode ler:

"ESTA CAPELLA MANDARAM FAZER A SUA
CUSTA OS ESTUDANTES ULTRAMARINOS DA
BAHYA EM O ANNO DE 1728".

Também alguns brasileiros, ex-alunos ou não, em número bem menor, chegaram a exercer cargos na Universidade, como Frei José de Santa Rita Durão, que ensinou Teologia; Vicente Seabra, que lecionou Química; José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência" do Brasil, primeiro professor de Metalurgia; D. Francisco de Lemos, Reitor que, no tempo de Pombal, procedeu à Reforma da Universidade, fato, aliás, necessário, na visão de outro brasileiro, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o árcade Alcino Palmireno, no poema herói cômico *O Desertor* (1772).

Tão forte foi a imagem de Coimbra no Brasil que passou a ser natural lá estudarem algumas personagens literárias. Aluísio de Azevedo, no romance *O Mulato*, a obra inaugural do Naturalismo no Brasil, mostra Coimbra como o lugar para onde um pai português com recursos mandou estudar o filho Raimundo. Também um dos avós de Brás Cubas, personagem de Machado de Assis, estudou na velha Universidade. Era o filho do tanoeiro Damião Cubas, que, enriquecido no Brasil, mandara o filho Luís Cubas para Coimbra. Mesmo o Modernismo não deixou de referir a cidade. Ribeiro Couto, por exemplo, em "Serena Coimbra", associa, embora não originalmente, o mito da cidade a outro que também marca a cultura brasileira — o mito de Camões.

Com a criação da Sala do Brasil, em 1925 — para o que colaboraram alunos brasileiros —, a sua reinauguração, em 1937 — numa iniciativa política dos governos de Getúlio Vargas e de Salazar —, e, finalmente, a criação da cadeira de Literatura Brasileira pela Reforma Galvão Teles (Decreto

41.341/1957 de 30 de outubro), que a tornou obrigatória, muitos professores brasileiros foram contratados para lecionar na Faculdade de Letras da UC. Entre eles, Guilhermino César, um dos “Modernistas de Cataguases”, que divulgou Coimbra entre os brasileiros, em suas crônicas para um jornal gaúcho e incorporou a cidade em sua poesia, mostrando, como os poetas brasileiros ex-alunos da Universidade, esse fluxo e refluxo, de padrões estéticos e sentimentos que aqui, embora de forma breve, se pretende exemplificar.

Se a literatura brasileira nasce assinalada pelo Barroco, tem também a marca de Coimbra, pois é nela que se formam dois de seus mais conhecidos poetas — Manuel Botelho de Oliveira e Gregório de Matos. Em contrapartida, porém, apresenta as primeiras manifestações de nativismo. Se Botelho de Oliveira incorporou os padrões estéticos aprendidos (até para mostrar que “as luzes do entendimento” não haviam sido negadas à “antiga habitação de índios incultos”), no poema “À Ilha de Maré” pareceu querer vingar-se, louvando ufano a exuberância tropical e chegando a dizer que ao pé das laranjas baianas as de Portugal “são primas dos limões, todas azedas” (Oliveira, 1953: t. 1, p. 43 e 128).

Foi também nos nove anos passados em Coimbra, para formar-se em Cânones, conforme atestam os documentos existentes no Arquivo da Universidade, que Gregório de Matos aprendeu a dicção barroca e incorporou temas como o da limpeza de sangue e o do desconcerto do mundo, que desenvolveu tomando como base a realidade brasileira, como nos mostram sonetos do gênero dos que escreveu “Aos Caramurus da Bahia”, romances como “Senhora Dona Bahia”, ou versos como os dos “Epílogos”, em que “torna a definir o poeta os maus modos de obrar na governança da Bahia

[...]” (Mattos, 1989: 387). É, aliás, de acordo com essa dicção, branca, portuguesa, colonial, que os termos de origem tupi ou africana, incorporados à língua portuguesa, aparecem ao serviço do ludismo, como objetos exóticos. E embora a crítica brasileira, em sua maior parte queira fazer de Gregório de Matos um poeta original, porque sua “Boca do Inferno” se dirige muitas vezes à autoridade portuguesa, a sátira, que é a ponta de lança dessa crítica, era bastante cultivada pelos poetas barrocos portugueses e tinha por alvo os mais controversos assuntos. É natural, pois, que o poeta baiano, criticasse o povo e as autoridades de sua terra natal, motivado não propriamente pelo espírito nativista, mas por uma tendência das poéticas da época. Em função delas, usa imagens da cidade, para satirizar um seu oposito e parente, o Padre Dâmaso da Silva, vigário de N. Sra. do Loreto, “grande conimbricense, /sem jamais pôr pé em Coimbra”, fazendo-lhe assim o retrato: “A boca desempenada / é a ponte de Coimbra, / onde não entram, nem saem, mais que mentiras” (Mattos, 1989: 359 e 358). Ou descreve o estudante de Coimbra, como:

Mancebo sem dinheiro, bom barrete,
Medíocre o vestido, bom sapato
Meias velhas, calção de esfolo-gato,
Cabelo bem penteado, bom topete;

Presumir de dançar, cantar falsete,
Jogo de fidalguia, bom barato,
Tirar falsíδια ao Moço do seu trato,

Furtar a carne à ama, que promete;
A putinha aldeã achada em feira,
Eterno murmurar de alheias famas,
Soneto infame, sátira elegante;

Cartinhas de trocado para a Freira,
Comer boi, ser Quixote com as damas,
Pouco estudo, isto é ser estudante. (Mattos, 1989: 95).

No século XVIII, um número bem maior de brasileiros bebeu em Coimbra a poética por que se iriam pautar. Entre eles, alguns dos que estiveram envolvidos na chamada Inconfidência Mineira, como Cláudio Manuel da Costa, que se formaria em 1753. Participante da vida da cidade e da Universidade, escreveu ele em Coimbra o “Epicédio consagrado à saudosa memória do Reverendíssimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação, reformador dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra”, publicado no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, em 1753; o “Culto métrico” (1749) e o “Munúsculo métrico” (1751), ambos poemas de louvor: o primeiro a uma Abadessa do Mosteiro de Figueiró, D. Teresa Clara de Jesus Evangelista, e o segundo a D. Francisco da Anunciação, Reitor da Universidade de Coimbra, a quem também o “Epicédio” foi oferecido. Mas não parou aí: nos “Apontamentos” que enviou à Academia Brasilica dos Renascidos da Bahia, que o havia convidado para sócio extranumerário, Glaucete Satúrnio (nome árcade de Cláudio) faz menção a outras composições escritas em Coimbra, onde publicou as suas *Obras* (1768), na Oficina de Luís Seco Ferreira. Embora seja esse livro considerado o marco do início do Arcadismo no Brasil, pelos poemas que se pautam pelo estilo simples, o próprio autor reconhece que algumas das composições nele contidas ainda seguem o estilo sublime, gosto coimbrão predominante em seus primeiros tempos de estudante, quando os padrões estéticos do Barroco ainda tinham grande voga¹. Com tantas referências a Coimbra, não é de estranhar que lembrasse o Mondego e suas ninfas, como padrões estéticos de beleza e perfeição em várias ocasiões:

1 Cláudio desculpa-se pela “elegância” com que são ornados alguns poemas, pelo “muito uso de metáforas”, dizendo que a maior parte foi composta em Coimbra, “ou pouco depois [...] tempo em que Portugal apenas rincipiava melhorar de gosto nas belas letras”

Enfim te hei de deixar, doce corrente
Do claro, do suavíssimo Mondego;
Hei de deixar-te enfim; e um novo pego
Formará de meu pranto a cópia ardente.

De ti me apartarei; mas bem que ausente,
Desta lira serás eterno emprego;
E quanto influxo hoje a dever-te chego,
Pagará de meu peito a voz cadente.

Das Ninfas, que na fresca, amena estância
Das tuas margens húmidas ouvia,
Eu terei sempre n’alma a consonância;

Desde o prazo funesto deste dia
Serão fiscais eternos da minha ânsia
As memórias da tua companhia” (COSTA, 1996: 80).

É em consonância com os padrões árcades de simplicidade e equilíbrio proclamados nesses versos, que o poeta nega, em “Para terminar a Academia”, poder haver, entre os brasileiros, sensibilidade estética: “Uns gênios educados em um tão bárbaro país, em um país acostumado mais a ouvir os rugidos das feras que a harmonia das Musas, como poderiam produzir cadências que fossem dignas de chegar a uns ouvidos que se criaram entre a delicadeza, ao concerto?” (COSTA, 1996: 340)

Contudo, como nos poetas que o antecederam, o amor da Pátria é um incentivo e as Musas acabam por auxiliá-lo no canto do que é feito para os padrões árcades:

Não permitiu o céu que alguns influxos, que devi às águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo: e destinado a buscar a Pátria, que, por espaço de cinco anos, havia deixado, aqui entre a grosseria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer, que entrega-me ao ócio e sepultar-me na ignorância! [...] Não são estas as venturosas praias da Arcádia; onde o som das

águas inspirava a harmonia dos versos. Turva e feia a corrente destes ribeiros primeiro que arrebate as ideias de um Poeta deixa de ponderar a ambiciosa fadiga de minerar a terra que lhes tem pervertido as cores. A desconsolação de não poder subestabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço; mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão. Esta me persuadiu a invocar muitas vezes, e a escrever a Fábula do Ribeirão do Carmo, rio o mais rico desta Capitania que corre, e dava o nome à Cidade de Mariana, minha Pátria, quando era Vila. (COSTA, 1996: 47)

Um ano depois de Cláudio Manuel da Costa haver-se formado em Leis, iniciava os seus estudos em Teologia na Universidade, um outro mineiro, Frei José de Santa Rita Durão. Agostiniano, amigo de Frei Manuel do Cenáculo e de D. Francisco de Lemos, ele ocuparia, depois de vários problemas que o obrigaram a fugir de Portugal, o lugar de lente na Universidade, onde proferiu, em 1778, a *Pro annua studiorum instauratione oratio*.

O perfil literário de Durão não foge muito aos dos outros estudantes brasileiros: a incorporação da vida da cidade e a tentativa de falar do Brasil, ainda que em moldes europeus. Do primeiro caso, são exemplo os setenta e cinco hexâmetros em latim macarrônico da “Descrição da Função do Imperador de Eiras que se costuma fazer todos os anos em o Mosteiro de Celas junto a Coimbra, dia do Espírito Santo”². Do segundo, o célebre *Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia*, que, segundo os biógrafos de Durão, teria sido escrito em Coimbra, às margens do riacho Cuselhas, e que tanta fama alcançou a ponto de ser objeto das atenções de Ferdinand Denis e de vários outros autores franceses do século XIX, além de ponto de partida para inúmeras releituras de escritores (entre os quais o português João de Barros), músicos, pintores e cineastas.

2 Manuscrito existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, estudado por Mendes dos Remédios em “Alguma coisa de novo sobre Santa Rita Durão”, *Revista de Língua Portuguesa* (dir. Laudelino Freire), Rio de Janeiro, 1920, v. VI, p. 69-82

Nas “Reflexões Prévias e Argumento” do *Caramuru*, o poeta não deixa dúvidas quanto à sua fidelidade afetiva ao Brasil: “Os sucessos do Brasil não mereciam menos um Poema que os da Índia. Incitou-me escrever este o amor da pátria” (DURÃO, 1781: 3). O texto, porém, obedece formalmente ao melhor padrão camoniano (dez cantos, 834 estrofes em oitava rima, 6672 versos decassílabos heroicos), embora em nenhum momento a mitologia pagã tenha lugar no poema. Mas, se para além desse aspeto formal, leva ainda a marca de Camões numa releitura da “Máquina do Mundo”, coexistem com esse aspeto, a enumeração e a exploração do sensorial de sabor barroco representam, um dos traços do hibridismo da obra que, no entanto, não foge ao realismo iluminista pelo fundamento histórico, pelas notas indicativas das fontes do poema, e mesmo pela supressão do maravilhoso.

O herói da epopeia é Diogo Álvares Correia, a quem os índios chamaram Caramuru, isto é, “filho do trovão”, por ter usado uma arma de fogo. Português, cristão, homem do século XVI cujo suporte histórico é um colono naufragado nas costas da Bahia, antes da chegada do 1º governador geral, Tomé de Sousa, Diogo Álvares representa a expansão da fé e do império.

Ao ver Paraguaçu, filha de um cacique do recôncavo baiano e prometida de Gupeva, outro chefe indígena, por ela se apaixona, o mesmo acontecendo à índia. Diogo logo promete casamento à índia, mas, continuando a exercer o papel de catequista que, desde o primeiro encontro com os selvagens caracterizou o seu perfil, diz que não terá com ela nenhuma relação carnal enquanto não for batizada. Ora isto só ocorre na França, depois de uma longa viagem em que o português fala ao rei francês das grandezas da colônia e recebe dele a proposta de ficar, no Brasil, mas ao seu serviço, o que Diogo não aceita (ficando ainda mais nítido no seu perfil de colonizador, o projeto colonial do poema).

Paraguaçu, além de “princesa” indígena, o que já lhe confere um caráter excepcional, é diferente da “gente tão nojosa” (veja-se como o narrador classifica os índios): além de não ter atitudes lascivas como as outras índias, é pudica (ela aparece vestida de algodão e cora diante de Diogo) e “de cor tão alva como a branca

neve” (e o que não era neve “era de rosa”)³. De comum com sua raça, Paraguaçu tem apenas a coragem e a bravura, com que luta ao lado de Diogo, contra Jararaca e seus companheiros.

O heroísmo de Caramuru consiste, pois, em resistir à luxúria, ensinar aos selvagens os preceitos do catolicismo, propagandear no estrangeiro as riquezas da colônia de Portugal e mostrar fidelidade a seu rei, não aceitando ficar ao serviço do rei da França. Mas não para aí: é ele quem, afinal, ao fazer Paraguaçu batizar-se e ao casar-se catolicamente com ela, transforma-a em Catarina Álvares, a herdeira indígena que, em função de sua nova fé, adota um novo rei, D. João III, que faz aclamar e a quem cede as terras do Brasil e suas riquezas, através de Tomé de Sousa, o novo Governador Geral.

O poema épico de Santa Rita Durão mantém a visão colonial: os índios são maus, feios, de costumes abomináveis; o Brasil deve ser cristianizado e submetido ao rei de Portugal. Como nas cartas e relatos dos cronistas, apesar dos extensos louvores à terra fértil, sua gente é inculta. Embora o poema contenha um dado novo — o amor entre um português e uma índia — este não está ao serviço da fundação da nacionalidade brasileira. Os “sucessos do Brasil”, que não merecem menos que os da Índia, são sucessos de Portugal.

A imagem de Coimbra, como símbolo de padrão a seguir, começou a perder espaço com a Independência do Brasil e com a propagação das ideias românticas. Mas ainda assim estudar em Coimbra era o que faziam os filhos de portugueses, pois que a universidade brasileira engatinhava e, às vezes, era mais fácil chegar à Europa que deslocar-se no próprio Brasil. Foi o caso do maranhense Gonçalves Dias, que em maio de 1838, partiu para Portugal, acompanhado de um ferreiro que voltava à terra.

Em Coimbra, matriculou-se ele no Colégio das Artes e viveu primeiro na casa do padre Bernardo Joaquim Simões de Carvalho. Em 1840, começou a frequentar a Universidade indo

morar nos Palácios Confusos e a seguir, na Rua do Correio. Em 1841, Gonçalves Dias entrou em contacto com o grupo da *Gazeta Literária*, dirigida por José Freire de Serpa Pimentel. Mais tarde, fez parte da redação de *O Trovador*, que João de Lemos e outros estudantes lançaram. O medievismo de Gonçalves Dias, cuja composição mais notória são as “Sextilhas de Frei Antão”, escritas já no Brasil e que giram em torno de uma figura pertencente à Idade Média — Gonçalo Hermigues — e de duas já da Idade Moderna — a Princesa Santa Joana e o rei D. João II —, vem possivelmente dessa época.

Mas as “Sextilhas” não foram o primeiro poema de Gonçalves Dias marcado pelo medievismo próprio dos românticos. O seu *Primeiros Cantos* (1847), saudado por Alexandre Herculano como “a verdadeira poesia nacional do Brasil” (Dias, 1959: 98), reunia, para além de composições indianistas, outras, onde o gosto pela Idade Média se fazia sentir, quer nos temas quer no próprio vocabulário.

Nos *Segundos Cantos*, publicados em 1848, juntamente com as “Sextilhas” não se pode deixar de ver na “Donzela” que divagava na praia, alguém que suspira pelo amado junto às ondas (cf. “Rosa no Mar!”) como nas cantigas de Martim Codax, nem tão pouco em “Queixumes” os ecos de outras cantigas de amigo. Relacionado com a exploração literária dos temas medievais, surge o filão da presença moura na Península, “não como elemento exterior e exótico, mas como constituinte da identidade portuguesa” (Ramalhete, 1996: 67), de que António de Serpa Pimentel, amigo de Gonçalves Dias, foi o maior e melhor cultor. O poeta brasileiro não deixa de perseguir também esta tendência: “Zulmira” é um exemplo.

O medievismo bebido em Coimbra, permanece até nos Últimos Cantos, combinado até com os temas indianistas: em “Leito de Folhas Verdes”, em que alguns críticos chegam a ver uma alba, uma índia espera em vão pelo amado Zahir, enquanto o dia clareia, emitindo um canto em nada dessemelhante aos das donzelas cujo amigo tinha ido à guerra.

Mas a cultura bebida em Coimbra não deixou no maranhense apenas marcas medievistas, nem Gonçalves Dias levou dela apenas

3 Cf. *Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia*, II, 78.

gratas lembranças, como as que certamente lhe ficaram da visão dos saveiros enfeitados com flores e folhas que navegaram pelo Mondego, no festejo que, em 1841, deram os estudantes brasileiros para celebrar a coroação do Imperador Pedro II (em honra de quem o poeta escreveu o seus primeiros versos); ou do banquete na Lapa dos Esteios, durante o qual João de Lemos, Serpa Pimentel, Lisboa Serra e o próprio Gonçalves Dias declamaram; ou ainda quando andou de namoro com uma moça de Formoselhas. Se os anos de 1842 e 1843, foram férteis em termos de produção literária, o poeta — já que a madrasta lhe não enviava do Brasil a mesada necessária para continuar os estudos — teve de viver da boa vontade alheia, como se vê nesta carta que escreveu ao conterrâneo e amigo Teófilo de Carvalho Leal, datada de 28 de setembro de 1843:

Aqui estou, meu amigo, nesta terra maldita e aporrinhada — maldita de quanta poesia há no mundo — e aporrinhada de quantas aporrinhações podem aporrinhar um cristão. — As aulas dizem que abrem no dia 9 e que estão à espera de S.S.M.M. — Ora parece-me que nem aulas nem majestades me farão demorar aqui por muito tempo — Venho ver se acabo com o meu saldo — e dentro de 4 até 5 dias — estarei ou não decidido continuar por este ano com meus estudos — O que me pesa é ser este o ano do bacharel [...] Um homem — pobre — e desconhecido — assenta-se nas escadas de um palácio — ou no adro de uma igreja, nu e esfarrapado — e ninguém atenta no que ali jaz. [...] A mim já isso não me pode acontecer — sem vergonha.[...] Na Figueira tenho guarida certa e gostosa — mas tanto me têm feito que pedir mais seria descaramento — Terras há ainda onde eu poderia ficar — mas para isso seria preciso pedir. (DIAS, 1959: 797)

Talvez tenha sido esse estado de alma que, juntamente com o espírito romântico, motivasse Gonçalves Dias, em julho de 43, a glosar os versos de Goethe⁴, escrevendo a célebre “Canção do

4 *Kennst du das Land, wo die Citronen blühen, / Im dunkeln Laub die Goldorangen glühen[...] / Kennst du es wohl? - Dabin, dabin! / Moecht' ich...ziehn*

Exílio”, da qual alguns versos viriam figurar no Hino Nacional Brasileiro. Nela, diferentemente da ironia de Gregório, da reverência de Cláudio ou das observações jocosas de Durão, Coimbra surge com uma natureza de cores amesquinhas. Sem sabiá e sem palmeiras, várzeas menos floridas, com um céu menos estrelado, a cidade é o cá menos prazenteiro que se opõe ao Brasil, um lá idealizado.

Mais de um século depois, outra seria a visão, mas também a condição, do mineiro Guilhermino César. Indicado por Costa Pimpão, que o conhecera no Rio Grande do Sul, ficaria de 1962 a 1965, seria contratado pela Universidade para reger a cadeira de Literatura Brasileira, mas acabaria por lecionar também História do Brasil e o Seminário de Literatura Brasileira. Em 1967, Guilhermino César voltaria a Coimbra, para receber, no dia 14 de maio, o título de Doutor *Honoris Causa*, e retomar a lecionação apenas da Literatura Brasileira, no ano letivo de 1968-1969. Ficaria até 1970.

Muitos dos colegas e ex-alunos de Guilhermino dizem que era um professor afável, um colega espirituoso e criador de palavras, uma pessoa onde “o poeta” [...] discretamente convive com o investigador”, como notou o Doutor Walter de Medeiros, um “homem de trabalho ao contrário de outros professores brasileiros que tinham vindo do Brasil apenas para passear” (MEDEIROS, 1968: 37) ou, em observação mais fina, como a do Doutor Morujão ao fazer-lhe o elogio como candidato a Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra, Guilhermino era “o brasileiro que, apagando muitos mal-entendidos, foi o embaixador discreto e eficaz da sensibilidade e inteligência das Terras de Santa Cruz” (MORUJÃO, 1968: 31). Em suma: alguém de quem Coimbra gostou.

Mas o mais interessante de todos os depoimentos sobre Guilhermino ocorreu durante um desses fantásticos acasos que a vida nos prepara. Numa noite de alguma chuva e certo frio, numa tertúlia ao ar livre em Viana do Castelo, em que fui discutir Literatura Brasileira, eis que da assistência surge uma voz feminina

que conhecia a obra de, nada mais nada menos, que Alphonsus de Guimaraens (se coisa rara entre brasileiros, que dizer entre portugueses?). Havia feito a sua tese de Licenciatura precisamente sobre esse poeta. O orientador? “Um querido!” — dizia ela — “o Doutor Guilhermino”. Era Maria da Conceição Campos.

Quem compulsa os livros de sumário de Guilhermino César observa quão diferente dos que o antecederam (e até dos que o sucederam) foi a sua atuação na Universidade. Além da discussão de tópicos importantes da literatura brasileira, o professor preocupou-se em, de ano para ano, ir aprimorando os programas, ora ampliando o número de autores focados, (1963-64), ora dedicando um maior número de aulas ao Barroco e ao ufanismo (1964-65), ora ainda proporcionando aos alunos, no 1º semestre, uma visão panorâmica da Literatura Brasileira, desde os cronistas até ao Concretismo, à instauração Práxis, e Guimarães Rosa, para, no 2º semestre, instituir um curso monográfico, sobre “o romantismo nacional e popular”, onde o autor de *Iracema* receberia especial atenção, e dedicar várias aulas ao Regionalismo, a Machado de Assis, a Carlos Drummond de Andrade (1969-70).

Além dessas marcas palpáveis da sua passagem pela Universidade de Coimbra, Guilhermino deixou outras — as suas publicações: ‘Dona Fernanda, a gaúcha do *Quincas Borba*’, em ‘O Instituto’; ‘O messianismo político, no Brasil, e Alexandre Herculano’, na “Brasília”; *Lira Coimbrã e Portulano de Lisboa*, dado à estampa pela Livraria Almedina, e outras, ligadas à literatura portuguesa.

Lira Coimbrã mostra a relação que o poeta Guilhermino manteve com a cidade e “paisagem granulada” (“Mondegovia” in: CÉSAR, 1965: 36), relação cujo lado pitoresco (embora também por vezes lírico) ele deixou para as crônicas que publicou no *Correio de Povo*, de Porto Alegre. Coimbra o “leva / ao cativoiro desta imagem espetada / na areia, no chão, no galo de ferro da igreja, / no Caramulo, distante, — o que resta de azul e doce / na total aridez” (“Na Couraça dos Apóstolos” in: CÉSAR, 1965: 22). Em Coimbra, ele reescreve a gonçalvina “Canção do Exílio”, sem a romântica idealização do Brasil, mas igualmente

cheia de intensidade afetiva. A amizade com Miguel Torga leva-o a São Martinho de Anta, que lhe merece poema com epigrafe tirada de “I-Juca-Pirama!” e onde celebra o autor de *Bichos* (A Torga, aliás, serão mais tarde dedicados dois artigos no *Correio do Povo*, um dos quais de extrema importância, por mostrar a “antena crítica” de Guilhermino César⁵). Em Coimbra, a poesia sempre esperada (“a poesia chegará”, diz ele num “Bilhete para Cataguases”) ancora inúmeras vezes no tema da tradição e da morte. Mas a memória de Coimbra, que ecoa nas crônicas escritas em Porto Alegre, é a de um “cartão postal”, de “uma cidade extática”, onde as “janelas do casario se alternam como numa construção só, planejada por um Brueghel bêbado”, de “uma pirâmide surrealista salpicada de janelas — caranguejos arranhando a face do tempo” (CÉSAR, 4/9/1971). O cartão-postal tem, porém, “poderes ocultos” de transformar-se a cada hora do dia, e marcos vários, que o cronista domina e descreve. Entre eles, o restaurante Ó Adelino, merecedor de uma crônica que o dono do estabelecimento mandou imprimir “para oferecer aos seus clientes e amigos” (CÉSAR, 1967). Outro, a Universidade, dominando “a colina”, sempre olhada com respeito, “no esplendor (eterno!) que lhe cabe na partição geral dos bens” (CÉSAR, 4/9/1971), e que o fez *Doutor Honoris Causa*.

Guilhermino foi um marco na literatura brasileira lecionada na Universidade de Coimbra, Coimbra foi um marco na vida de Guilhermino. Coimbra gostou de Guilhermino, Guilhermino gostou de Coimbra. Mas Cataguases foi sempre a sua origem e o seu destino: “Morrer aqui / como um peixe / morre e sobe / à flor das águas / velhas / do Mondego” (“Morrer aqui” in: César, 1965: 97), foi, apenas, uma hipótese. O importante era ser “bem digerido / Pelo chão de Cataguases, reino de Minas, Brasil” (“Viagem” in: César, 1965: 97). Daí que, ao supor “morrer aqui”, em Coimbra, ele quisesse morrer de “olhos pregados neste rio que me leva / a um largo (e suas árvores) em Cataguases.” (“Morrer aqui” in: César, 1965: 97).

5 Cf. ‘A Criação do Mundo’, *Correio do Povo*, “Caderno de Sábado”, 20/5/1972.

Fonte de saber, necessidade, mito, dura realidade cotidiana, a Universidade de Coimbra assinalou a cultura brasileira durante quatro séculos, tornou-se um mito, e foi ganhando algumas marcas (talvez poucas) dos brasileiros que por aqui passaram. Hoje, continua ela a receber brasileiros, não só nos cursos de Mestrado e Doutoramento, mas, desde 2010, em números maciços, em função do Programa de Licenciaturas Internacionais. Os alunos deste programa já começaram a marcar a sua presença, criando, em 2011, a Semana Cultural Brasileira, para mostrar a Coimbra o Brasil como um mosaico de culturas. Em 2012, integrando-a na Semana Cultural da Universidade, procuram eles agora reforçar essa visão e alargá-la: a partir do mote “Navegar é preciso”, lançado pela Reitoria, alunos e professores brasileiros e de outras nacionalidades promoverão palestras, oficinas, exposições e espetáculos em torno da glosa “Viagens do Carnaval”.

Referências bibliográficas

- CÉSAR, Guilhermino, *Lira Coimbrã e Portulano de Lisboa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1965.
- CÉSAR, Guilhermino, *Da 'Arte de Viver'* (transcrição do jornal brasileiro *Zero Hora*), Nova Casa Minerva, 1967 (edição de Ó Adelino)
- CÉSAR, Guilhermino, ‘Janelas de Coimbra’, *Correio do Povo*, “Caderno de Sábado”, 4/9/1971.
- CÉSAR, Guilhermino, ‘A Criação do Mundo’, *Correio do Povo*, “Caderno de Sábado”, 20/5/1972.
- COSTA, Cláudio Manuel da. In: Domício Proença Filho (org.) *A Poesia dos Inconfidentes. Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro, Nov Aguilar, 1996, p. 41-530.
- DIAS, Gonçalves, *Poesia Completa e Prosa Escolhida*, Rio de Janeiro, Ed. José Aguilar, 1959.
- DURÃO, Fr. José de Santa Rita, *Caramuru, Poema Épico do Descobrimento da Bahia*, Lisboa, Régia Officina Typográfica, 1781.
- MATTOS, Gregório de. *Se Souberas Falar Também Falaras. Antologia Poética* (org., sel., estudo e notas, Gilberto Mendonça Teles) Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- MEDEIROS, Walter de Sousa, “Elogio do Apresentante, Doutor Álvaro Júlio da Costa Pimpão”, *Boletim do Gabinete Português de Leitura*, nº12, Porto Alegre, 1968.
- MORUJÃO, Alexandre Fradique de Oliveira, “O Elogio do Doutor Guilhermino César”, *Boletim do Gabinete Português de Leitura*, nº12, Porto Alegre, 1968.
- OLIVEIRA, Manuel Botelho, *Música do Parnasso*. Rio de Janeiro, M.E.C. / Instituto Nacional do Livro, 1953, t.1. (ed. org. por Antenor Nascentes).



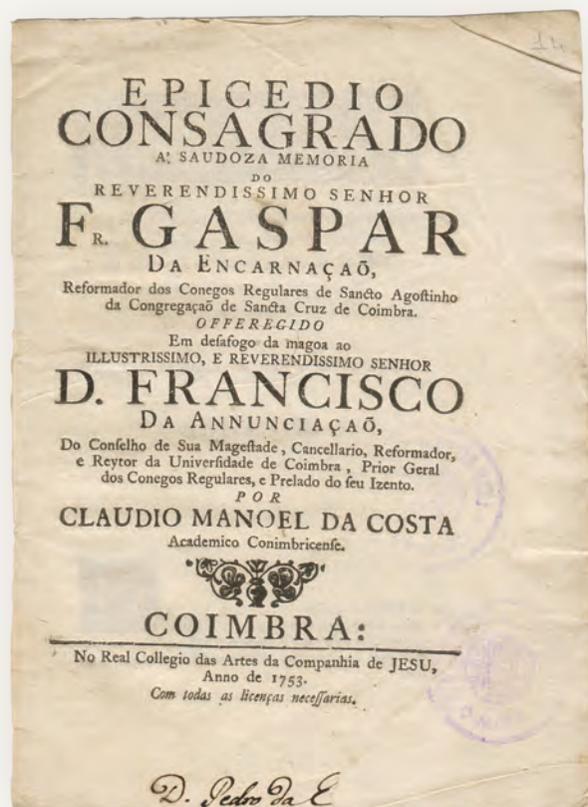
Antônio Gonçalves Dias

Retrato de António Gonçalves Dias, aluno da Universidade de Coimbra,
entre 1840 e 1845.

Rara água-forte com representação tardia do poeta, barba comprida serrada,
extraída do *Novo Almanach de Lembranças Luzo-brazileiro para o anno de 1873*.

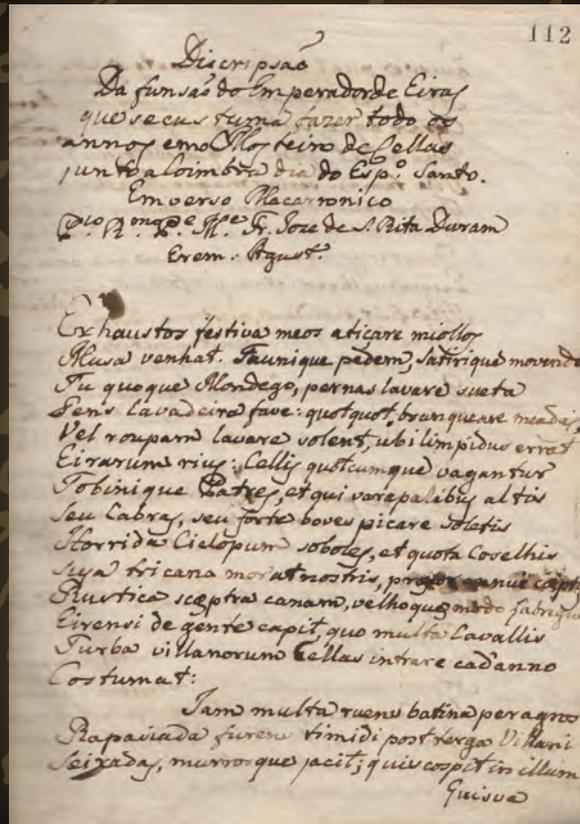
Assinado "Souza", Joaquim Pedro de Sousa (1818-1878).

BGUC: Col. de Estampas. Pasta 5, nº 3



Costa, Cláudio Manuel da, 1729-1789 - *Epicedio consagrado à saudoza memoria do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação, reformador dos Conegos Regulares de Sancto Agostinho da Congregação de Sancta Cruz de Coimbra ...* Coimbra: no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1753.

BGUC: J.F.-43-3 A-1 (14)



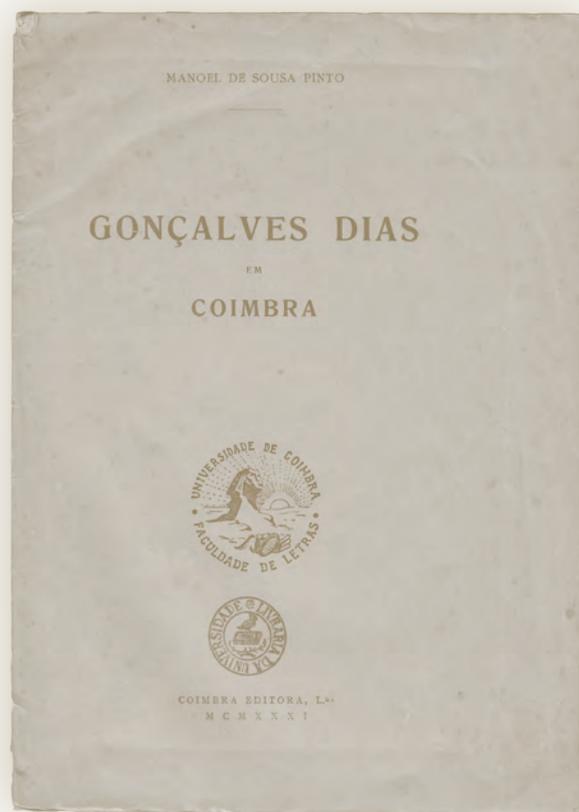
Durao, José de Santa Rita, O.E.S.A., 1722-1784 – Descrição da fúnsão do Emperador de Eiras que se costumava fazer todos os annos em o Mosteiro de Cellas junto a Coimbra dia do Esp. Santo [Manuscrito]. Cópia de João Pedro Ribeiro.

BGUC: Ms. 40

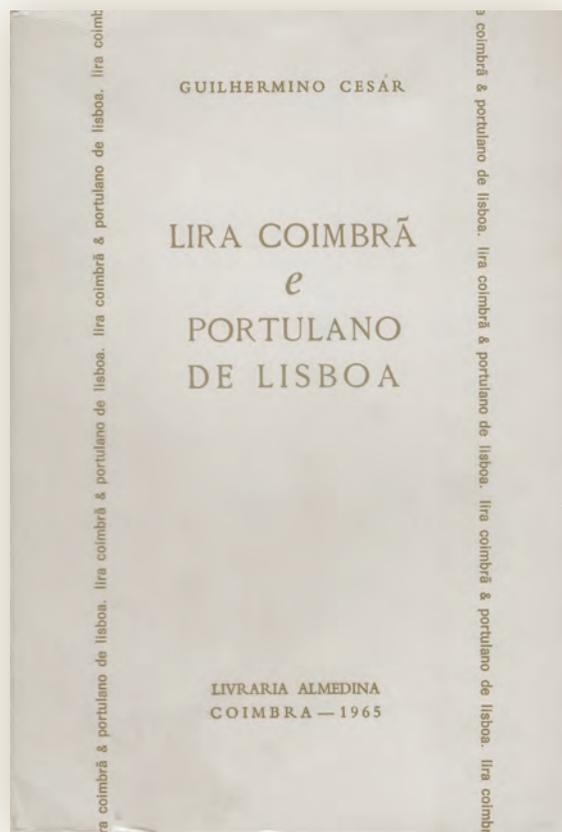




Durão, José de Santa Rita, O.E.S.A., 1722-1784 –
Caramurú: poema épico do descobrimento da Bahia. Lisboa:
na Regia Officina Typografica, 1781.
BGUC: 1-5-1-12



Pinto, Manuel de Sousa, 1880-1934 -
Gonçalves Dias em Coimbra. Coimbra: Coimbra
Ed., 1931. 17 p. Sep. de Biblos, 1931.
BGUC: O.S. 712



César, Guilherme, 1908-1993 - *Lira coimbrã e portulano de Lisboa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.
BGUC: 5-12-22-37

A Exposição procura realçar a importância da Universidade de Coimbra na história e cultura do Brasil, bem como o impacto deste país na própria Universidade, através dos muitos reitores, professores e alunos que nela deixaram marca da sua presença.

A exposição situa-se, cronologicamente, entre 1507 a 1986, reportando-se a data mais antiga à publicação do primeiro livro que se refere na Europa à descoberta do Brasil e a mais recente ao doutoramento *honoris causa* de José Sarney, pela Universidade de Coimbra.

Além do primeiro livro sobre o Brasil, apresenta-se o primeiro livro impresso na colónia, o primeiro que se escreveu sobre a sua história (Brito Freire) e talvez um dos mais belos que sobre ela se publicou (Barlaeus), além de documentação manuscrita do Arquivo da Universidade e da Biblioteca Geral e de peças do espólio museológico do Museu da Ciência e do Museu Académico.

Subordinada ao tema *A Universidade de Coimbra e o Brasil*, a exposição foi delineada de forma a ilustrar seis temas concretos: 1. Alunos brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra; 2. Mestres e reitores oriundos do Brasil; 3. História do Brasil (geografia, exploração de recursos naturais, o papel da igreja, a missão e as populações indígenas, política, ciência, etc.); 4. Literatura luso-brasileira; 5. O prestígio da Universidade de Coimbra no Brasil; 6. Atos solenes na Universidade (doutoramentos *honoris causa* de personalidades brasileiras do mundo da cultura, da ciência e da política) e visitas de chefes de Estado (nomeadamente a visita dos Príncipes Imperiais D. Isabel e D. Gastão de Orleães, em 1865 e a visita do Imperador D. Pedro II, em 1871).

A Universidade de Coimbra e o Brasil

De 1 de março a 6 de maio de 2012 • Biblioteca Joanina

- 1 • *Alunos brasileiros da Universidade*
- 2 • *Mestres e Reitores*
- 3 • *História do Brasil*
- 4 • *Literatura luso-brasileira*
- 5 • *O prestígio da Universidade de Coimbra no Brasil*
- 6 • *Atos solenes na Universidade*

Ca

Exp

*tálogo
osição*

1

*Alunos
brasileiros da
Universidade
de Coimbra*

*Máscara recolhida na Amazónia
por Alexandre Rodrigues Ferreira*

O espólio botânico, zoológico, geológico e etnográfico enviado do Brasil por Alexandre Rodrigues Ferreira da sua “viagem filosófica”, entre 1783 e 1792, dispersou-se por várias instituições, entre Portugal, Brasil, Espanha e França. No Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, conservam-se 13 das máscaras recolhidas pelo naturalista na povoação de Caldas, no noroeste da Amazónia, entre os Jurupixuna. A esta, por não ser (como as demais) zoomórfica ou antropomórfica, chamou Rodrigues Ferreira “*hum mero caprícho de seu entusiasmo*” e está ilustrada numa conhecida aguarela de Joaquim José Codina, que evidencia melhor as suas cores originais.



L

*Manuel
de Paiva
Cabral,
ca. 1560-
após 1590*

Trata-se do primeiro aluno natural do Brasil que terá estudado na Universidade de Coimbra, de acordo com a identificação feita por Francisco Morais. Estudou Leis e Instituta em Coimbra, desde 1574, e obteve a sua formatura em Leis em 3 de julho de 1586. Nos livros de Matrículas e Atos e Graus não especifica a sua naturalidade e aparece inscrito apenas como “natural do Brasil”. Um documento, no entanto, encontrado durante as investigações realizadas para esta exposição, permite afirmar que não só seria natural de Pernambuco, como se encontrava na Universidade desde 1574. Adiantam-se, assim, três anos sobre a data de 1577, tradicionalmente considerada como a da matrícula do primeiro estudante identificado como brasileiro nesta Universidade.

1577, OUTUBRO, 3. Coimbra - Matrícula, na Faculdade de Leis, do aluno Manuel de Paiva Cabral, filho de António Anes de Paiva e “natural do Brasil”.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; **SR:** Matrículas da Universidade de Coimbra, vol.1 (1573 – 1589), 2º caderno, fl.16v

IV – 1ªD – 1 – 3 – 9

Biografia

Filho de António Anes de Paiva, nasceu em Pernambuco e chegou a Coimbra, em 1574. Pode ter tido de regressar ao Brasil, onde aparece como testemunha no testamento de Jerónimo de Albuquerque, o “Adão de Pernambuco”, em Olinda, a 13 de novembro de 1584. Onze anos depois da primeira matrícula, de novo em Coimbra, forma-se a 3 de junho de 1586. Deve, então, ter ficado pelo Reino, onde se regista como Juiz de Fora de Portalegre e morador em Torres Vedras, em 1590, com sua mulher D. Brianda Barreto (ou D. Brianda de Brito), de quem deixou geração.

Francisco José de Lacerda e Almeida, 1753-1798

A Biblioteca encadernou nesta miscelânea as teses de dois brasileiros que a vida também se encarregaria de juntar: é o manuscrito minucioso de Lacerda e Almeida e a tese muito corrigida do aluno António Pires da Silva Pontes Leme (Repetente, 1777). Doutorados ambos em Matemática, astrónomos e finalmente geógrafos forçados, explorariam juntos o norte do Brasil, durante 10 anos. Quirino da Fonseca (1956) já tinha considerado provável que Lacerda e Almeida (como este se assinava) tivesse sido aluno de J. Anastácio da Cunha, o que agora se pode confirmar pela rubrica patente no fim desta tese.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e, 1753-1798

Tese [sem tít. sobre o ensino da Matemática]

BGUC: Ms. 1367 (f. 213-217)

Biografia

Geógrafo, matemático e astrónomo, foi lente de Matemática da Academia Real dos Guardas-Marinhas e chegou a sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Foi nomeado pela Coroa portuguesa, em 1780, com outro jovem brasileiro formado em Coimbra, o mineiro António Pires da Silva Pontes Leme, para a execução do Tratado de Santo Ildefonso (1777) e a delimitação das fronteiras entre as terras de Portugal e Espanha. Participou, sob a direção do primeiro comissário João Pereira Caldas (Governador do Grão-Pará) nas equipas portuguesas da terceira partida, Região Centro-Oeste, e da quarta partida, na Região Norte, de 1780 a 1790.

A criação recente (1979) do município de Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, homenageia estes dois exploradores que foram estudantes de Coimbra.

Nomeado governador da região de Tete, em Moçambique, viria a falecer de fadiga e de doença, durante uma tentativa de travessia terrestre entre Moçambique e Angola.

Septingentesimo quinquagesimo quarto, ad Eliaen, Calenide
Sulis, seu ad solis ortum, huius Comparatio, seclatior est emen-
davit anno millesimo septingentesimo quinquagesimo quin-
ta, ita ut à veritate duobus minutis tantum aberrant; Cumque
Syl Tabula Septem, huius cetero minutum errorum, illustratur.

J. Anastasi

P

à la per m. p. s. e. a. g. r. v. a.

P

Amicae J. J. de la Corda et H. de



*Antônio Pires
da Silva Pontes
Leme
e Camargo,
ca. 1750/
1755-1805*

Percorreu com Lacerda e Almeida durante 10 anos o território, fazendo as observações astronômicas necessárias à correção dos mapas existentes. Esta Carta geographica de projecção espherica e ortogonal da Nova Luzitania, produzida em 1797, é considerada uma verdadeira síntese da cartografia de Setecentos. Nesta representação monumental constam ainda, em pequenos encartes, três mapas de detalhe: as plantas das barras do Rio de Janeiro, da Baía e do Rio Grande de S. Pedro, sendo esta última do brigadeiro e engenheiro José Cofídio de Sá e Faria. São conhecidos, pelo menos, mais dois exemplares desta carta: um no Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro e um outro, datado de 1803, localizado na Biblioteca Nacional de França (que terá sido objeto do saque no Palácio da Ajuda, em Lisboa, por ocasião das invasões francesas). Nas suas várias comissões ao serviço da Coroa, julga-se que Pontes Leme terá percorrido maior distância do que qualquer outro geógrafo ou viajante do século XVIII.

Carta geográfica

Carta geographica de projecção espherica e ortogonal da Nova Luzitania / Antônio Pires da Silva Pontes Leme [Lisboa], 1797. 142 x 128cm.

MCUC: Col. do Observ. Astronómico D-027.

Biografia

Pontes Leme era natural de Inficionado (Mariana) e obteve o doutoramento em Matemática na Universidade de Coimbra, em 24 de dezembro de 1777, no mesmo dia do seu contemporâneo e amigo Francisco José de Lacerda e Almeida, com o qual viria a trabalhar, em viagens de exploração para delimitação do território brasileiro, por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha. O seu trabalho de cartografia foi notável ao corrigir demarcações anteriores e cotejar os mapas que já existiam. Atente-se na referência que insere na legenda da sua carta de 1797, de ter compulsado 76 cartas anteriores. Ao comunicar à Real Academia das Ciências de Lisboa o próximo envio do mapa que estava a elaborar no Brasil, o sócio Pontes Leme anuncia a remessa de uma coleção de amostras de minérios brasileiros devidamente legendados, que efetivamente foi recebida em Lisboa. Deixou à Academia os diários das suas viagens. Foi professor na Real Academia de Marinha, em Lisboa, mas regressou ao Brasil em 1798 como governador da capitania do Espírito Santo.

4

*Cândido Ladislau
Japiassú
de Figueiredo
e Mello,
1799-1861*

Quando era quartanista de Direito em Coimbra, o baiano Cândido Ladislau Japiassú (ou Japi-Assú) destacou-se como editor de um efêmero e raro jornal favorável à Independência do Brasil, em 1823, numa data em que esta ainda não tinha sido reconhecida por Portugal, o que só veio a suceder em novembro de 1825. Em Coimbra, o jornal foi proibido para acalmar a irritação pública e o seu redator teve de sair da cidade. Em requerimento de junho de 1825, que fez para ser admitido ao exame do 4º ano de Leis, Cândido Japiassú justificou as 55 faltas dadas nesse ano: “cometeu aquellas faltas de aula pelo notório partido contra os brasileiros nesta cidade, por moléstia de febre intermitente (...) e pela remoçam por ordem judicial, em 5 de abril ultimo para a villa de Cea” (i. é Seia). Obteve a sua formatura em Leis, em 1824, e teve uma malograda carreira de ouvidor em S. Paulo. Acabou advogando no Rio.

O Brasileiro em Coimbra. Coimbra, 1823

O Brasileiro em Coimbra / red. Cândido Ladislau Japiassú. Coimbra: Imprensa da Rua dos Coutinhos, Nº 1 (3 Abr. 1823).

BGUC: RB-40-20

Biografia

Expulso de Coimbra na sequência da proibição de *O Brasileiro em Coimbra*, este liberal baiano pode ter fugido para França. Mas, regressado ao Brasil, tornou-se um conservador, antiliberal ferrenho e foi nomeado, por D. Pedro I, Ouvidor em São Paulo. Perdeu o cargo por suspeitas (infundadas?) de ser o mandante do assassinato de Libero Badaró. Obrigado a fugir à fúria popular, veio para a Corte, onde seria julgado e absolvido de todas as imputações. Passou a advogar como causídico no Rio de Janeiro, onde se celebrou por arengas “épicas” e empolgadas.

Num folheto que publica mais tarde, foi o primeiro a chamar a José Bonifácio “Pai da Pátria” e “Patriarca da Independência”, epítetos com que este veio a ficar conhecido.

O BRASILEIRO EM COIMBRA.

R. 6
46
20



*Sol iudicat, non recriminat,
Et hinc per un pendet secret,
Civis se hinc de se salutat,
Et in se quille qu'il regit.*
Gresset.

QUINTA FEIRA 3 DE ABRIL.

AOS BRASILEIROS.

O Ra país, meus Compatriotas, dignifico-me (quem diria!) a escrever para o Publico! Termina tambem o Nosso papel, para dissemulo, por meio da imprensa as nossas verdadeiras opiniões, e mesmo entremalhadas neste País, em que habitamos. E' preciso dizer ao Publico de Portugal os nossos sentimentos; já que Elle pensa que Nós somos curvados somente por quereamos ter representação no Mandoparlamento! — Vanda bem concluem o nos conceito, Vanda bem sabem, que o Amor da PATERIA é quem me obriga a escrever, este Amor da PATERIA, que se não conhece algum Brasileiro degeralmente... (1) E' preciso que Vós todos me oprimis; porque a causa de todos. Cada um, e todos juntos tem o seu direito, mas ainda obrigados de corrigirnos, como irmãos, amigos, etc. — Ninguém duvida que da verdade, ou falsidade das noticias politicas dependa a liberdade; que a dignidade,

(1) V. g. Manoel Gustavo Soares, Manoel José Cardoso Junior, Luiz Paulino de Fraga, e sua Exa. o Sr. Bispo de Pará.

nem so do Brasil, mas até de Portugal. — Cumpro-Nos por tanto, não so dizer ao Brasil o que se passa em Portugal; porem ainda dizer a Portugal o que se passa no Brasil.

O Portugal sabendo com exactidão as forças, e os propósitos do Governo Brasileiro, não quereá arriscar os seus soldados, e o seu dinheiro, contra um País, que não pode, e não podera jamais conquistar; o Brasileiro sabendo que existiam a que se passa em Portugal, quereá fazer esforços para receber imaginarios conquistadores.

Ataques em nam seja um Politico, com tudo não nos esquecerem as em um Circulo de sociedades; algumas vezes também lembrarei a'quã aos Nossos Brasileiros alguma coisa que lhes convenha; e tudo será dictado por o Amie que Beateudo. — Reflexões politicas sobre o Governo interior; e exterior de Portugal, se teram collocadas neste papel, assim que tiverem relação com o Nosso. Si fovermos bons, e apropriaes o Nosso Brasil, si o não forem, fiquem no esquecimento; e sem o menor descontentamento, nada por que no esquecimento fôrão até comamul heus... Tambem é meu subdito desejo, que os Patriotas, assim acharem bem caso.

*Journal de Coimbra...
Luz Paulo de Fraga...
Coimbra, 3 de Abril de 1823.*

Hipólito José
da Costa Pereira
Furtado de
Mendonça,
1774-1823

O Correio Brasiliense é geralmente considerado o primeiro jornal brasileiro e o seu redator, Hipólito José da Costa, considerado o decano dos jornalistas. Talvez porque se tratava (em Portugal e no Brasil, nessa época) de um jornal clandestino, as suas existências na Biblioteca Geral são infelizmente muito incompletas. Falta, por exemplo, o famoso número de março de 1813 em que Hipólito defende a transferência da capital para o interior do país, onde seriam lançados “os fundamentos do mais extenso ligado e bem defendido e poderoso império que é possível exista na superfície da Terra”, prefigurando, assim, em século e meio, a moderna fundação de Brasília.

Correio brasiliense. Londres, 1808

Correio brasiliense / Hipólito José da Costa. Londres: Impresso por W. Lewis, 1808-1822. Vol. 1, nº 1 (Jun. 1808) - vol. 29, nº 175 (Dez. 1822).

BGUC: RP-10-3

Biografia

Nascido na Colónia do Sacramento, então domínio da Coroa portuguesa (hoje pertencente ao Uruguai), foi jornalista, diplomata e *maçon*. Formou-se em Leis, Filosofia e Matemática (1798). Depois de uma viagem a Londres destinada a adquirir livros para a Biblioteca Pública e máquinas para a Imprensa Régia, constou que teria estabelecido contactos com *maçons* britânicos, pelo que foi preso pela Inquisição. Conseguiu evadir-se e fugiu para Londres, de onde passou a editar regularmente aquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, introduzido clandestinamente no Brasil.

XIX.—*Hanover, Hesia, Baden.*

Estão actualmente entabuladas negociações a respeito dos regulamentos Ecclesiasticos.

XX.—*Canada e Colonias Inglezas.*

O Rey de Inglaterra nomeia para cada Sé que vaga, e o Bispo he depois confirmado pelo Papa.

O Appendix contém documentos relativos ás Eleições pelos Cabidos.

*Reflexões sobre as Novidades deste Me.*REYNO UNIDO DE PORTUGAL, BRAZIL E ALGARVES.
Guerra do Rio-da-Prata.

(Com um mappa.)

O Jornal Pseudo-Scientifico, no N.º 62, declarou-se contra a medida da guerra no Rio-da-Prata, dizendo, que ao Brazil nada convinha senão a paz; e como aquelle Jornal tem tantas vezes diversificado em opiniaõ com o nosso, reprovando nós algumas medidas do Governo do Brazil; não será cousa que lhe pareça feia defendermos nós aquelle Governo, quando as suas medidas são desapprovadas, sem razão, pelo mesmo Scientifico.

Os nossos Lektres, que não tenham visto o tal N.º 62 do Scientifico, talvez lhes custe a crêr, que semelhante Jornal, digna creatura Roevídica, e cortezã por essencia, ousasse reprovár uma medida do seu mesmo partido, e da côrte e Governo, de quem tem sido o mais rasteiro clogiador. Porém aos que fizerem semelhante reparo só temos de lembrar, que isto he mui natural; e que seria muito para admirar, que um Jornal, instituido pelo Conde Funchal, fosse começante em seus principios, ou fiel ao partido, que abraçou; porque essa consequencia com si mesmo, ou estabilidade de character, nunca a observamos nem no Instituidor do tal Jornal, nem em pessoa alguma, que com elle obrasse: assim seria notável aberraçã



Manuel Joaquim Henriques de Paiva, 1752-1829

Já em 1772, num trabalho lido na Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro, academia fundada por seu pai e seu irmão com o apoio do Marquês do Lavradio, Paiva referia o “atraso” de Portugal em não possuir uma farmacopéia oficial. Esta sua obra, adianta-se à Farmacopéia Geral do Reino, que só ficou pronta em 1794. Na 2ª edição (Lisboa, 1802), adotará a nova nomenclatura química (resultante dos trabalhos de Lavoisier) e incluirá uma lista de plantas medicinais brasileiras. Lá estão, na primeira parte da Matéria Farmacêutica: abutua ou parreira brava, almecega do Brasil, copaíba, barbatimão, cacau, café, canafístula, ipecacuanba ou raiz de cipó, contraerva, espigelia, gengibre, erva santa ou tabaco, jaborandi, jalapa, mamona, mechoacão ou batata de purga, salsaparrilha, sassafrás, entre outras.

PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de, 1752-1829

Farmacopéia lisbonense ou coleção dos simples, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso. [1ª ed.]. Lisboa: na officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.

BGUC: 4-1-24-18

Biografia

Nascido provavelmente em Castelo Branco (Portugal) viajou para o Rio com o pai, médico cristão-novo fugido à Inquisição, em 1769. Nos poucos anos que ali passou, chegou a presidir à Secção de Farmácia da efémera Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779). Correspondia-se então com o distinto médico Jacob de Castro Sarmiento e estudou a jalapa, a mucuná (fava purgativa) e a guaxima. Regressa para frequentar a Universidade de Coimbra, onde se destacou por juvenis provocações que chamaram a si a atenção do Santo Ofício. Formado, viajou por França e praticou no Laboratório de Gay-Lussac. Regressado a Lisboa, lecionou pública e gratuitamente na Botica do Azevedo, fundada em 1775 como Botica do Rossio, segundo anúncios de 1783 publicados na *Gazeta de Lisboa*. Foi nomeado, em 1804, para a cadeira de Farmácia da Faculdade de Filosofia, ministrada em Lisboa, no Laboratório da Casa da Moeda. Escreveu e traduziu mais de 50 obras. Caiu em desgraça depois das invasões francesas devido às suas simpatias francesas e liberais e foi desterrado para Salvador da Baía, onde exerceu medicina e lecionou. Perdoado em 1816, não quis regressar ao Reino. Regeu a partir de 1821 a cadeira de Matéria Médica, Farmácia e Terapêutica na Escola de Cirurgia da Baía. Naturalizou-se brasileiro em 1822.

4
1
24
18

23-46-C.2

206

77

Foi: 4-22-6

4
1
24
18

FARMACOPÉA
LISBONENSE

o u

COLLECÇÃO

Dos Simples, Preparações, e Com-
posições mais eficazes,
e de maior uso.

P O R

MANOEL JOAQUIM HENRIQUES
DE PAIVA

M E D I C O .



L I S B O A

Na Officina de Filippe da Silva e Azevedo.
Anno M. DCC. LXXXV.
Com licença da Real Mesa Censoria.



*António
de Moraes
e Silva,
1755-1824*

Estamos em presença de uma prova tipográfica do documento oficial que depois era impresso em pergaminho, selado e entregue ao aluno. Note-se que nesta prova tipográfica ficou corrigido julho para junho. A formatura deste famoso Moraes, autor do Dicionário da língua portuguesa (1789), ocorreu, portanto, aos 16 dias de junho de 1779, mas a carta só foi pedida pelo aluno, entretanto exilado em Inglaterra, em 1788.

1788 – Carta de formatura (cópia) de António de Moraes e Silva pela Faculdade de Leis.
AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Processos de carta de curso, 2ª série, cx. 54
IV-2ª-D-12-4-20

Biografia

Sacramento Blake no seu *Dicionário bibliográfico brasileiro* diz que Moraes não chegou a receber o grau de bacharel em Leis: “No ano em que devia tomar o grau, e pouco antes do ato, tendo notícia que o Santo Ofício o mandara prender... fugiu o lexicógrafo brasileiro para Inglaterra sem ter podido receber o grau e foi então ... que ele compôs o seu excelente dicionário da língua portuguesa” o que é errado. A documentação conservada no Arquivo da Universidade de Coimbra confirma que se bacharelou em 17-07-1778 e se formou em 16-06-1779. Este carioca ainda exerceu advocacia em Lisboa, tendo depois seguido a carreira da magistratura. Durante o seu exílio em Inglaterra, redigiu um conhecido *Dicionário da língua portuguesa* e outras obras patrióticas, como uma *Historia de Portugal*, em três volumes. Só em 1812 regressou a Portugal, tendo seguido para o Brasil, onde veio a ser capitão-mór do Recife.

M NOME DE DEOS, AMEN.

D FRANCISCO RAPHAEL DE CASTRO,



Principal da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, e Reformador Reitor della Universidade de Coimbra, &c. Faço saber, que, ANTONIO DE MORAES SILVA, filho de ANTONIO DE MORAES SILVA, natural do Rio de Janeiro, havendo conseguido o Grão de Bacharel na Faculdade de Leys como mostrará por sua Carta, e havendo continuado mais hum anno de frequencia, e ouvido as Lições de sua obrigação, conforme os Novos Estatutos desta Universidade, com prova delle se habilitou para fazer, como fez com effeito, a sua Formatura em XVI de Julho de MDCCLXXIX. no qual Acto sendo examinado pelos Doutores seus Mestres, e sendo distribuidos, e regulados os votos, foi approvado NEMINE DISCREPANTE, como consta do Assento, que d'isso se fez no Livro dos Exames, Actos, e Grãos do dito Anno fol. 200. vers. o qual me foi presente ao assignar della. E porque com o referido Acto, e Approvação conforme a Ley do Reino, e Estatutos desta Universidade, pôde uzar de suas Letras livremente em qualquer parte, lhe mandei passar a presente por mim assignada, e sellada com o Sello da mesma Universidade. Dada em Coimbra aos _____ de Março de mil setecentos e oitenta e oito,



*José Filipe
Ferreira Cabral,
ca. 1765?- ?*

José Filipe Ferreira Cabral escreve ao Bispo-Conde de Coimbra e Reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, pedindo auxílio, uma vez que se encontra sem meios de subsistência, por não receber de sua família, no Brasil, o dinheiro necessário. Diz nunca ter suspeitado que teria “hum dia de sofrer a má sorte de quase todos os Brasileiros que ainda no breve curso dos seus estudos académicos experimentão nas correspondências e faltas de dinheiro...” e indica quem poderia dar de si boas informações: os seus conterrâneos José Joaquim de Azeredo Coutinho e José Joaquim Vieira Godinho.

1782, setembro, 6 (Lisboa?) - Carta de José Filipe Ferreira Cabral a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho

AUC: FD: Cabido da Sé de Coimbra; SR: Petições ao Cabido, cx. 10

III-1.ªD-6-4

Biografia

Conhecido também como José Filipe Ferreira dos Santos, nome que usou nas diversas matrículas localizadas, era natural de Guarapiranga (Vila Rica) e frequentou a Faculdade de Leis desde 1773, tendo concluído a sua formatura em 17 de junho de 1778. Foi-lhe passado diploma com o nome de José Filipe Ferreira Cabral, de que existe prova tipográfica no Arquivo da Universidade de Coimbra.

*Mestres
e Reitores*



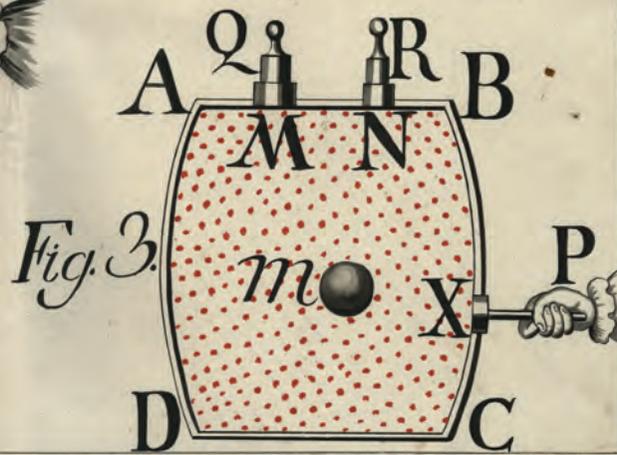
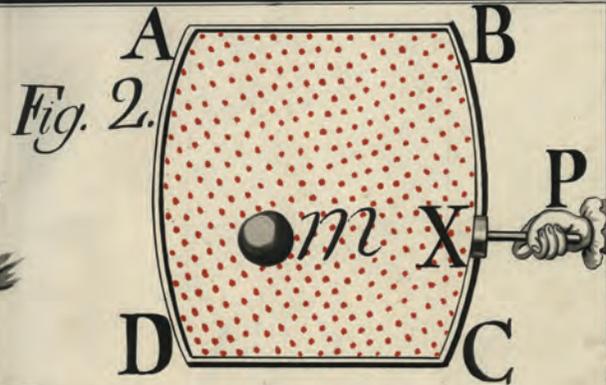
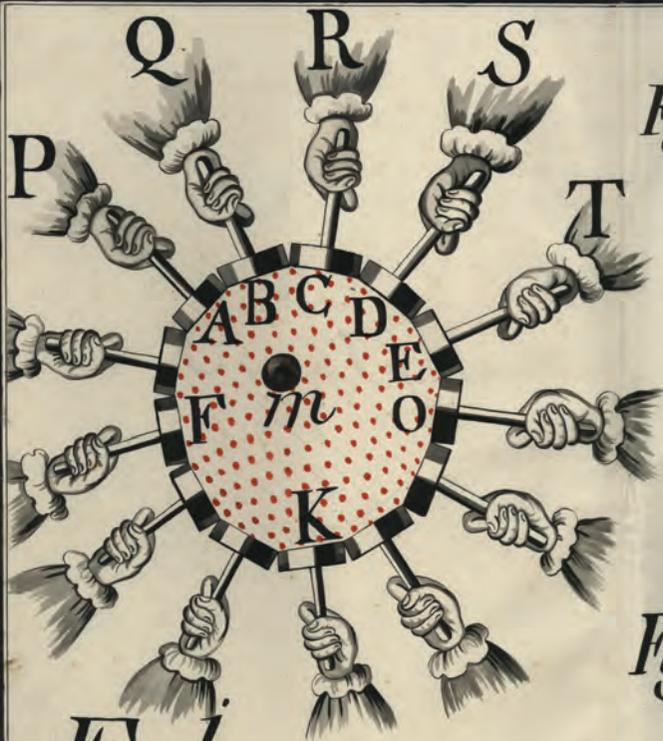
Figuras de hydrodynamica

Desenho que abre o álbum “Figuras de hydrodynamica”, realizado sob as indicações de José Monteiro da Rocha (1734-1819) pelo oficial mecânico Joaquim José da Silva Nogueira, “abridor de cunhos” da Imprensa da Universidade.

Álbum concluído e encadernado em 1780.

A Biblioteca Geral tem este e mais dois álbuns semelhantes e no Museu de Ciência conserva-se um quarto, pertencente à coleção do Observatório Astronómico.

BGUC: Ms. 3153, f. [1]



D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, 1735-1822

O Reitor D. Francisco de Lemos foi uma das personalidades mais relevantes da Universidade no final do século XVIII. Por seu empenho e sob sua proteção, muitos filhos de ricos fazendeiros brasileiros vieram para Coimbra, sobretudo tendo em vista carreiras técnicas e científicas: faziam falta à colônia botânicos, mineralogistas e metalúrgicos esclarecidos. Durante o primeiro reitorado de D. Francisco de Lemos, foi recebido em Coimbra o Marquês de Pombal como visitador e reformador da Universidade, tendo permanecido na cidade desde 22 de setembro até 24 de outubro de 1772. De acordo com o Diário da visita do Marquês, redigido pelo Dr. Miguel Carlos da Mota e Silva, secretário da Universidade, os alunos brasileiros proporcionaram-lhe, no dia 4 de outubro, uma festa que, em ação de graças, fizeram na igreja de S. João de Almedina. Nesse dia, fez uma pregação José Alexandre de Sousa Gorgel do Amaral, que então frequentava o 6.º ano de Cânones. Também na noite de 24 de setembro erigiram luminárias no frontispício da mesma igreja. Nesse ano letivo de 1772-1773, frequentavam a Universidade 80 alunos brasileiros. De entre a inúmera documentação que se refere a D. Francisco de Lemos, optou-se por este inventário de umas das suas bibliotecas, a “Livraria Grande” que estava nos Paços Reais da Universidade, formada por 636 obras, num total de 1830 volumes, organizados pelos seguintes temas: História, Belas Artes, Teologia e Direito.

1815, junho – *“Inventário da Livraria Grande existente nos Paços Reaes da Universidade pertencente ao Ex.mo Sr. Bispo conde Reformador Reitor”.*

AUC: FD: Mitra Episcopal de Coimbra; SR: Inventários, mç. 7; DC: *“Inventário da Livraria Grande existente nos Paços Reaes da Universidade pertencente ao Ex.mo Sr. Bispo conde Reformador Reitor”.*

II-2.ªE-4-5

Biografia

D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho era natural de Marapicú, Santo António de Jacotinga (Rio de Janeiro), onde nasceu, em 5 de abril de 1735. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1748 e doutorou-se na Faculdade de Cânones aos 19 anos. Tendo vagado o lugar de deão da Sé do Rio de Janeiro, Francisco de Lemos pediu para ser nomeado para esta dignidade, mas o Marquês de Pombal terá despachado deste modo: *“Não lhe convém tal emprego, não limite tanto as suas vistas”.* Com efeito, este brasileiro veio mais tarde a ser Bispo de Coimbra (1779-1822). É reconhecido como o grande obreiro da reforma pombalina e foi por duas vezes Reitor da Universidade de Coimbra (1770-1779 e 1799-1821).

Ann.	Vol.	Étante 4 ^e	Col.	8 ^e
Jan	505			
99	3	L'Esprit des Vieux, et des coutumes des différens peuples - par M. de M... = à Genève = 1786 - in 8 ^e - - - - -	2	17
100	1	Memoire pour les Sieurs Seigneurs et le Roi - Contre l'Élection de l'Élection de Paris = à Paris = 1786 - in 8 ^e - - - - -	2	20
101	8	Monarchie Péninsulaire des Indes de la Grand - par le Comte de Colonna - Landri = 1788 - in 8 ^e - - - - -	2	21
102	3	Corps Politiques et de leur Gouverne ment = à Lyon = 1788 - in 8 ^e - - - - -	2	22
103	17	Nouvelles Recherches = à Paris = 1788 = 1789 - in 8 ^e - - - - -	2	1
104	12	Recueil des Actes, Papiers et Mémoires concernant les Officiers du Clergé de France = Paris = 1788 - in 4 ^e - - - - -	4	18
Jan	551			

Ann.	Vol.	Étante 5 ^e	Col.	8 ^e
Jan	551			
105	1	Origine de la Grande de la Cour de Rome - par M. de l'Église de Vertè - à Louvain = 1745 - in 8 ^e - - - - -	1	1
106	4	Résumé de l'Académie Française - par M. de l'Académie Française - à Paris = 1750 - in 8 ^e - - - - -	1	2
107	2	Examen de l'histoire de la République de Venise - par M. de l'Académie Française - Paris = 1771 - in 8 ^e - - - - -	1	6
108	4	Discours sur l'histoire de l'adminis tration, les Vices, la littérature, et les arts - par M. de l'Académie Française - Paris 1782 - in 8 ^e - - - - -	1	8
109	6	Recherches et considérations sur les Finances de France = à Liège = 1753-8 ^e - - - - -	1	12
110	4	Histoire Générale de la République et du progrès de la Compagnie Indienne 1761 - in 8 ^e - - - - -	1	18
111	2	Instabilité des Historiens précédentes à l'Académie Française - par M. de l'Académie Française = à Ingolstadt = 1722 - 8 ^e - - - - -	1	22
112	2	La Vie de saint François Xavier de la Compagnie Indienne = Paris = 1754 - 8 ^e - - - - -	1	24
Jan	576			

*Vicente Coelho
de Seabra
Silva Teles,
ca. 1764-1804*

Vicente Coelho de Seabra Silva Teles era ainda aluno quando escreveu este manual em dois volumes, que começou a publicar na Real Imprensa da Universidade. Como se lê no rosto, destinava-se ao curso de Química que, aparentemente, pretendia estabelecer a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, mas que não chegou a organizar-se. Foi o primeiro livro em português a abandonar a teoria do flogisto e a optar pela nova química de Lavoisier. Nem se tratava, porém, do primeiro livro que publicava o jovem Vicente. Precoce e prolífico, a sua importância para a implantação em Portugal das novas ideias químicas fica estabelecida, sobretudo, através da obra que publicou no fim da sua curta vida, uma Nomenclatura química portuguesa, franceza e latina... (1801), saída na famosa Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa.

TELES, Vicente Coelho de Seabra Silva, ca. 1764-1804

Elementos de química oferecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de química. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788-1790. 2 vol.

BGUC: 4-1-19-17

Biografia

Natural de Congonhas do Campo, ingressou na Universidade em 1783 e obteve a formatura em 13 de março de 1791. Foi doutorado graciosamente na Faculdade de Filosofia, por carta régia de 24 de janeiro de 1791. Nesta Faculdade, seguiu a carreira docente, primeiro como demonstrador de Química e de Metalurgia, de 1791 a 1795 e depois como lente substituto, subindo a 2.º lente em 1801 nas cadeiras de Zoologia, Botânica e Química. Foi sócio efetivo da Classe de Ciências Naturais da Academia Real das Ciências, a partir de 1798.

EXPLICAÇÃO DO APPARELHO
PNEUMATO-CHIMICO.

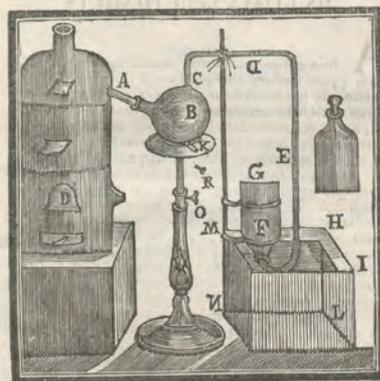
A. Bico da retorta, que está metida no forno de Reverberio (póde também estar posta em B. A. ou em B. M.): O bico está lutado no balaõ, ou recipiente B: na parte superior deste está metida huma extremidade do syphaõ C, D, E, F. A extremidade F do syphaõ está introduzida na garrafa G. pela boca, que está metida no cubo H, I, L, M, N. cheio de mercurio até affima da extremidade F do syphaõ.

Serve para extrahir geralmente todos os acidos, e gazes ao mesmo tempo sem perigo algum dos manobrantes. Para isto mettem-se as materias, de que se quer extrahir o acido, e o gaz dentro da retorta: e luta-se de maneira, que sem se perca vapor algum pelos lutos. Enche-se a garrafa G de mercurio; emborca-se, e põe-se com o reprezenta a figura; de maneira, que ao emborcar-se não se vaz o seu mercurio. Neste estado procede-se a fazer fogo. O acido passa para o balaõ, e o gaz passa pelo syphaõ para a garrafa; e em razão da sua menor gravidade especifica vai occupar o fundo da garrafa; e a proporção que vai entrando; o mercurio vai descendo para o cubo por entre o syphaõ, e a boca da garrafa; que por isso deve o bico do syphaõ, entrar francamente pela boca da garrafa. Quando o mercurio tem descido até o bico do syphaõ F, tira-se a garrafa deste, e tapa-se mesmo dentro do mercurio (para se não perder o gaz), e tira-se para fora. Mette-se outra do mesmo modo, e vai-se assim recolhendo todo o gaz. Em lugar do mercurio pode-se pôr agua.

O bico K do tubo, que sabe do balaõ, está bem tapado com a rolha R, e por elle separa-se á vontade os diferentes liquidos, que se ajuntão no balaõ. Este he o que chama

apparelho pneumato-chimico com balaõ.

APPARELHO PNEUMATO-CHIMICO
COM BALÃO.



II

*José Bonifácio
de Andrada
e Silva,
1763-1838*

Nesta carta autógrafa, e que se mostra pela primeira vez ao público, o então Lente de Metalurgia José Bonifácio dirige-se ao Bispo-Conde Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra, propondo-lhe um plano de estudos para os cursos Filosófico, Matemático e preparatório de Medicina. O projeto, todavia, parece ter sido inconsequente. Uma vez que este não se inclui entre mais de um milhar de documentos de sobre José Bonifácio, na grande base de dados brasileira Obra Completa <<http://www.obrabonifacio.com.br>>, pode considerar-se inédito. Deverá ser publicado brevemente, no projetado segundo volume da “Brasiliana da Biblioteca Joanina”.

1807, janeiro, 17, Coimbra - Carta do Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho

BGUC: Ms. 2536, nº 12

Biografia

Natural de Santos, filho do coronel Bonifácio José de Almeida, ingressou na Universidade de Coimbra em 1783, na Faculdade de Leis, passando no ano seguinte, também, à Faculdade de Matemática e Filosofia, concluindo os seus estudos em Leis em 5 de julho de 1788 (como bacharel formado) e como bacharel em Filosofia, em 16 de julho de 1787. Por carta régia de 15 de abril de 1801, foi nomeado lente da cadeira de Metalurgia. Apesar de não ser doutor, veio a obter o grau, sem prestar provas, em 20 de junho de 1806.

Durante o cerco de Coimbra por ocasião das invasões francesas, ficou responsável pelo fabrico de cartuchos, no Laboratório Químico, com a pólvora produzida por Tomé Rodrigues Sobral (1759-1829). Obteve a jubilação em 1814 e seguiu depois a carreira da magistratura, como Desembargador do Tribunal da Relação do Porto. Regressou ao Brasil, iniciando uma carreira política que o levaria a Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros do Brasil, em 1822. Membro de diversas Academias culturais e científicas foi também grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, em 1822 e 1831-38 e um dos obreiros da redação da primeira constituição brasileira. Os seus irmãos António Carlos de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva foram também estudantes em Coimbra.



Devido eu expor a V. Ex.^a o plano dos estudos que julgo mais util para a Faculdade de Theologia, mezo establico alguns Principios que me servao como de Babilhas - creio que nenhum homem instruido na materia duvida da sua verdade, e quando haja, ser-me ha demonstrado m^o facil.

- 1^o O ensino das sciencias Philosophicas deve abranger todos os ramos, que he das sciencias.
- 2^o A marcha das Liçoes e Doutrinas deve ser propriamente do particular ao geral, do particular ao applicado, e preliminar ao principal.
- 3^o Não se deve ^{gastar tempo} com doutrinas menos necessarias, ou inutilis, quando ha falta delle para as indispensaveis e essenciaes.
- 4^o As sciencias de applicação a theoria dos arts, sempre estudada e acompanhada da pratica.
- 5^o O ensino das Faculdades Mathematica e Philosophica, que pela sua natureza, relação mutua, e p^oxi constante de todas as Vices e Vices de Europa culta, formão hum só todo, deve ser de modo combinado, que as suas diferentes Doutrinas se ap^otem reciprocamente, e nunca se rompa a cadeia intellectual de idéas, e noçoes.

Admitidos estes Principios, e combinados com as maximas e espirito dos nobres Filios Chatholicos, o numero, e coordinaçao das Cadeiras não podem ser senao os seguintes =

Curso Philosophico.
Aulas do 1^o anno.

*António Luís
de Seabra
e Sousa,
visconde
de Seabra,
1798-1895*

Como se pode deduzir por este documento, António Luís de Seabra nasceu em circunstâncias curiosas, em 2 de dezembro de 1798, no mar, ao largo da cidade do Rio de Janeiro, a bordo da nau Santa Cruz, partida de Lisboa. Reitor da Universidade (1866-1868), juiz do Supremo Tribunal em Portugal, deixou sobretudo o seu nome ligado à autoria do Código Civil Português que, promulgado em 1867, se manteve em vigor até 1966. Num cofre da Biblioteca Geral, conservam-se as insígnias da Imperial Ordem da Rosa, com que foi agraciado este Reitor da Universidade de Coimbra. O AUC também conserva nos seus fundos documentais o manuscrito deste Código Civil de 1867.

1822, fevereiro, 22 – Cópia autêntica, passada pela Secretaria da Universidade, da certidão de batismo entregue por António Luís de Seabra quando fez a sua matrícula no 1.º ano jurídico, em 1815. Aquele documento certificava que fora batizado no Rio de Janeiro, aos 9 de fevereiro de 1799, no oratório particular do coronel Manuel Alves da Fonseca Costa.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Certidões de Idade, vol. 6, fl. 39 e ss.
IV-1.ªD-5-2-6

Biografia

Em 1814, ingressou no Colégio das Artes, para concluir os estudos preparatório para o ingresso na Universidade de Coimbra e no ano seguinte está já na Faculdade de Leis, concluindo a formatura em 1820. No ano seguinte parte para Alfândega da Fé como juiz de fora e em 1825 transita, com o mesmo cargo, para Montemor-o-Velho. A sua carreira da magistratura levou-o aos cargos mais elevados, como juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Foi ainda Ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos em 1852. A sua adesão à causa liberal obrigou-o a exilar-se, devido ao envolvimento na conspiração contra D. Miguel. Só regressou ao país depois da vitória liberal. Foi eleito deputado em diversas legislaturas, entre 1834 e 1851 e posteriormente Presidente da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Pares. Em 1866, recebeu a sua nomeação para Reitor da Universidade, exercendo apenas até 1868, para de novo ser Ministro da Justiça. Durante o seu ministério foi aprovada a Lei de 25 de fevereiro de 1869, proclamando a abolição da escravatura em todo o território português, enquanto no Brasil só pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888 tal viria a acontecer.

Vicente José de Varconello, Alcaide
vallejo da Ordem de Christa, Secretário
e Mestre de Contas da Universidade
de Coimbra etc.

Certifico que o Supplicante Antonio
Luis de Saba Juntou a Matricula dos
Primeiros Anos Juridica, no Anno de
1715, para 1716, a certidão de vida
de cujo teor he seguinte = Paqueri-
mento = Illustrissimo Governador
Senhor = Don Antonio Luis de Sa-
ba e Sousa, filho de Antonio de Saba
da Motta, Soba, e Dorothea Bernardi-
na de Sousa Soba, esta natural de Bis-
pado de Coimbra e aquelle baptizado na
Cidade de nove de Setembro de mil
sete cento e vinte e nove, por cerca de
dois otheos de se baptizarem, e esta, com =
Coste a Vossa Senhoria se digno mandar que
se apresentem Livros de pagas = e Ace-
lhos de Matr. = Despachos = Capis = Ul-
traes Reaes = Certidões = Antonio Costa
de Santa Cruz Contador, Provedor Real da
Realidade da Frequencia de S. José desta Ci-
dade de Rio de Janeiro, Certifico que re-
sendo o Livro quarto do Baptizame-
to, nelle se achou duas vezes o nome e sobra-
nome, e sobrenome do referido de seguinte:
ho nome Luis de mes de Setembro de mil
sete cento e vinte e nove, e nove annos, pa Des-

pacho de sua bacallaria Antoni
na Cratoira da Cruz de Governador
el Rey da Serrana Costa, em que
se acha baptizado e sua mãe Santa Ochoa,
Antonio innocente, filho legitimo de Qui-
to de Villa de Guayma, e Justifi-
ca, Antonio de Saba da Motta e
Saba, natural de Bisopado de Com-
bra, filho legitimo de Jacinto de Saba
e Motta, natural de Mosagoras da dita
Bisopado, e de sua mulher Dona In-
essa Louquima da Motta, natural da
mesma Bisopado, e de sua mulher a
Illustrissima Dona Dorothea Roman-
dina de Sousa Soba, natural da dita
Bisopado, filha legitima de Antonio por-
calves Ferriz, natural de Villalboa,
Bisopado de Vizeu, e de sua mulher
Dona Maria Joanna de Sousa Soba
natural de Vizeu, nasce em oito de
Dezembro de mil setecentos e
sete annos, a bordo da Navia Santa
Cruz, vinde de Saba, passa a Brazil
com encargo, no Rio de Janeiro, foy
Indoimento o Chancelles desta Realidade
e Illustrissimo Luis Brito de Souza
d'Almeida, e Dona Josefa ^{de} ~~Costa~~ ^{de} ~~Costa~~
este presente, e ^{de} ~~Costa~~ ^{de} ~~Costa~~ ^{de} ~~Costa~~ ^{de} ~~Costa~~
obervancia do Despacho retro pagui
a presente por mim feita e assignada,
que por in verba Cariché. Rio de

Peça em gesso, da autoria de João Rodrigues Vieira (1856-1898). Desconhece-se a localização do trabalho final, se é que veio a ser executado. Uma vez que o escultor (também pintor) foi professor de Desenho nesta Universidade, de 1887 a 1898, provavelmente este busto estava colocado na aula de Desenho. Deste autor, conhecem-se obras no Museu Machado de Castro, Museu José Malhoa e Museu de Arte Contemporânea, além de outras coleções. Existe na Universidade de Coimbra pelo menos outro retrato do “patriarca da Independência” brasileira: um busto em mármore na Galeria dos Minerais do Museu de História Natural, executado em 1909 pelo escultor conimbricense João Machado.

Séc. XIX - Busto de José Bonifácio de Andrada e Silva

Gesso. 600x582x350 mm

MA





*José da Silva
Lisboa,
visconde
de Cairú,
1756-1835*

Natural da Baía, era filho do arquiteto Henrique da Silva Lisboa. Sob o patrocínio de D. Francisco de Lemos, chegou a Coimbra para frequentar a Universidade como, dois anos mais tarde, chegaria o seu irmão, Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840), que viria a ser magistrado, notável naturalista e historiador.

Mais conhecido no Brasil pela sua obra de legislador, de economia e de política, José da Silva Lisboa foi também um naturalista, aluno de Domingos Vandelli, em Coimbra. Nesta Universidade, chegou a reger cadeiras de Grego e Hebraico, no Colégio das Artes.

1775 – Petição de José da Silva Lisboa, aluno da Faculdade de Cânones na Universidade de Coimbra, para que lhe seja passada certidão dos exames efetuados. Segue-se, no mesmo documento, a certidão do exame do 1.º ano jurídico, a que foi sendo acrescentada a sequência de todos os exames realizados, até concluir o 5.º ano, em 8 de junho de 1779.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Processos de carta de curso, 2.ª série, cx. 30
IV-2.ªD-12-3-24

Biografia

José da Silva Lisboa ingressou em 1774 na Universidade de Coimbra, onde se lhe juntaria, depois, seu irmão Baltasar da Silva Lisboa que também aqui concluiu o doutoramento em Leis, em 1783.

Logo após a sua formatura em Cânones, em 1779, foi nomeado professor do Colégio das Artes, anexado à Universidade. Pouco depois seguiu para a Baía, onde viria a ser professor de Filosofia Racional e Moral e também de Grego.

Foi um economista de renome, defensor do liberalismo económico, iniciando a publicação dos seus trabalhos em 1801 com uma obra sobre o direito mercantil que tem sido considerada a primeira obra de economia escrita em português.

Entre os cargos exercidos pode citar-se o de deputado da Real Junta do Comércio, Desembargador da Casa da Suplicação, Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço, etc. Deve-se-lhe a preparação e publicação de diversa legislação, tendo sido encarregado da preparação do código comercial.

Defensor da união de Portugal e Brasil, lutou pelo seu ideário na publicação que fundou *O conciliador do Reino Unido*, mas quando viu que não seria vencedor, aliou-se a D. Pedro como seu acérrimo defensor, obtendo a recompensa da sua gratidão, após a independência do Brasil, ao receber o título de Visconde de Cairú, em 1826.

Secretaria thesi pro
Paiz das Escollas 44 de
Mey de 1773

R. M.

#2
M.º Escoll.º 1.º

Do Ioz das Albas Libras f.º de Henrique
das Albas Libras natural da c.º de do D.º de, e
p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de
de p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de

Paiz Escoll.º 1.º
M.º Escoll.º 1.º
de p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de

R. M.

Do Ioz das Albas Libras f.º de Henrique
das Albas Libras natural da c.º de do D.º de, e
p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de
de p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de

R. M.

Do Ioz das Albas Libras f.º de Henrique
das Albas Libras natural da c.º de do D.º de, e
p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de
de p.º de a f.º de, como se v.º da c.º de do p.º de

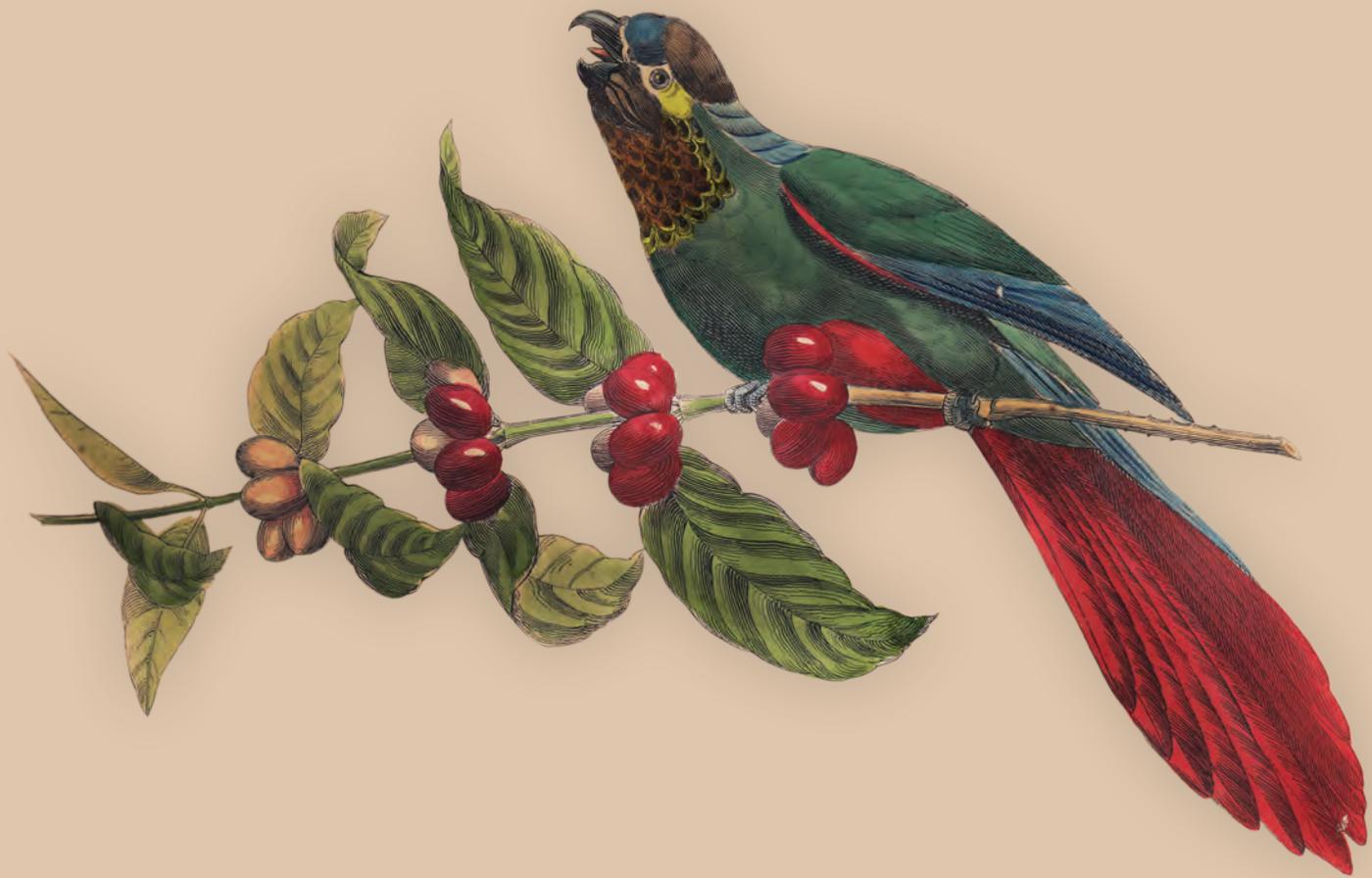
*História
do Brasil*

5

Arara num ramo de café

Litografia colorida de Alphonse Bigot, ca. 1828-1872. In: KIDDER, Daniel Parish, *et al.* - *Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia; London: Childs & Peterson-Trubner & Co, 1857.

BGUC: 5-46-15



*Geografia e
Exploração
de Recursos
Naturais*

Sobre o comércio do tabaco com o Brasil

Este Novo Regimento da Alfândega, de 16 de janeiro de 1751, inclui-se numa miscelânea inteiramente composta de legislação avulsa sobre o tabaco, o que constitui demonstração clara da importância deste produto no século XVIII. Essa legislação reformaria as Juntas e os contratos-gerais, e estabeleceria na Baía, Rio, Pernambuco e Maranhão novas Casas de Inspeção para o tabaco e o açúcar. No final, o folheto apresenta um colophon divergente do da página de título: “Impresso na Chancelaria Mór da Corte e Reyno”. No mesmo volume, encadernam-se Alvarás posteriores que visam “cessar as fraudes, com que no estado do Brazil se tem procurado illudir a observancia do capitulo sexto” deste regimento.

PORTUGAL. Rei, 1750-1777 (José I)

Novo Regimento da Alfândega do Tabaco. In: Regimento da Junta da Administração do Tabaco. Lisboa: off. de Jozé Fillipe, 1760.

BGUC: J.F.-39-3-3



17

Medidas dos Governadores contra a falsificação do açúcar

A Coleção Conde de Arcos reúne documentação relativa aos governadores da Baía, Goiás, Pará, Maranhão e Pernambuco, e às disposições legais por eles tomadas no que toca a questões militares, à evangelização, à exploração de recursos naturais, etc.

Entre os diversos assuntos versados, verifica-se a proteção do comércio nas capitanias, nomeadamente o comércio do açúcar. Uma das grandes preocupações era reprimir abusos e falsificações, possibilitando a identificação da proveniência das caixas em que fosse encontrado açúcar adulterado, açúcar branco misturado com mascavado ou peso falsificado, antes do seu embarque nas frotas, com destino a Portugal.

1709, outubro, 2 (Pernambuco) – Ordem do governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, para que viessem assinaladas com marcas de fogo as caixas contendo as safras de açúcar, dos senhores de engenhos e lavradores.

AUC: Coleção Conde de Arcos; “Dispoziçoens dos governadores de Pernambuco, T. 2”; Copiador de correspondência, fl. 70v-71

VI-3.ª 1-1-32



18

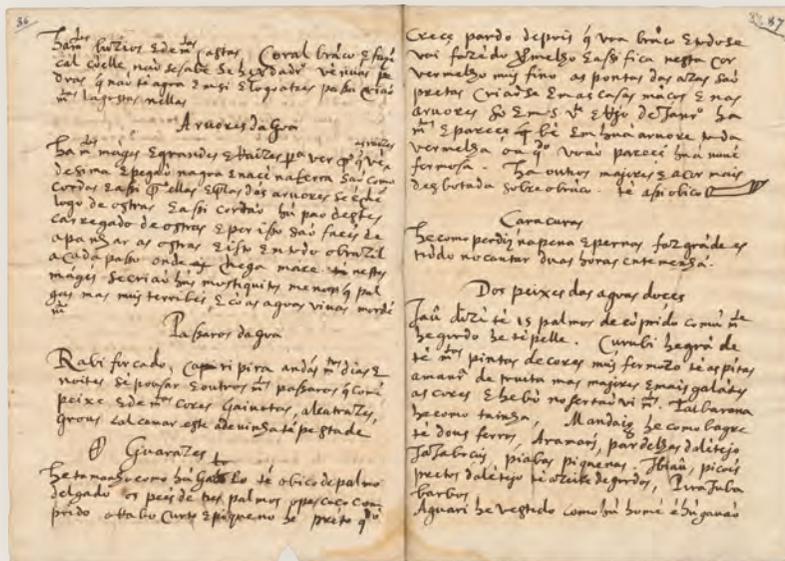
Manuscrito das "Coisas notáveis do Brasil" séc. XVI

O texto desta importante memória quincentista anónima, publicada pelo Instituto Nacional do Livro (RJ) em 1966, foi estabelecido a partir do Manuscrito 254 da Biblioteca da Real Academia de la Historia de Madrid, e deste manuscrito 54 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que se mostra, apesar do seu atual mau estado de conservação. Publicado primeiro entre 1904 e 1906 no Archivo bibliográfico da Biblioteca da Universidade (vols. 4-6) e numa miscelânea de Inéditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 1924, voltou a ser publicado em Portugal, transcrito pela bibliotecária Maria da Graça Pericão, sob a coordenação do Prof. Luís de Albuquerque, em 1989. Segundo Serafim Leite, esta seria obra do Padre Luís da Fonseca (2º) e datável entre 1591 e 1594.

SOARES, Francisco, S. J., 1560?-1597

De algu[m]as cousas mais notaveis do Brazil [Manuscrito]. [S.l. 159-].

BGUC: Ms. 54



*Sobre a
descoberta
de ouro no
Amazonas
e Pará*

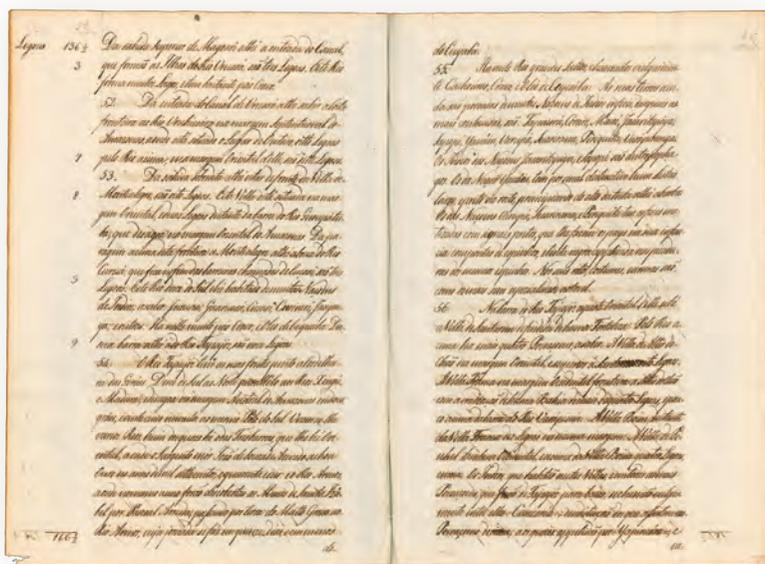
Este documento é mais uma cópia da obra do P. José Monteiro de Noronha (1725-1794), redigida em 1768. São conhecidas outras cópias, na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mas esta anda até agora omissa da bibliografia que a esta obra se refere. O roteiro é fruto de um espírito sistemático, escrupuloso e científico, estranhamente pouco eurocêntrico nas muitas referências que faz aos indígenas e seus costumes. Refere a descoberta de ouro, pelo sargento-mor João de Sousa de Azevedo, num dos afluentes do Rio Tapajós, assim como a descoberta das Minas de Santa Isabel.

Noronha, José Monteiro de, 1723-1794

Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas Colonias dos Dominios Portuguezes em os Rios Amazonas e Negro ilustrado com algumas noticias, que podem interessar a curiosidade dos navegantes, e dar mais claro conhecimento das duas capitánias do Pará, e de São Jozeph do Rio Negro.

AUC: Coleção Conde de Arcos; DC: Roteiro da viagem da cidade do Pará..., fl. 24v-25

VI-3.^a 1-1-29



*Igreja,
missionação
e populações
indígenas*

20

*Tanga recolhida
na Amazónia
por Alexandre
Rodrigues Ferreira*

O espólio botânico, zoológico, geológico e etnográfico enviado do Brasil por Alexandre Rodrigues Ferreira na sua "viagem filosófica", entre 1785 e 1792, dispersou-se por várias instituições, entre Portugal, Brasil, Espanha e França. No Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, conservam-se inúmeras peças do maior valor antropológico, como este adereço.

Tanga (séc. XVIII)

Sementes e linha de algodão, com remate de penas multicores

265 x 317 mm

MCUC: ANT.94.5.31



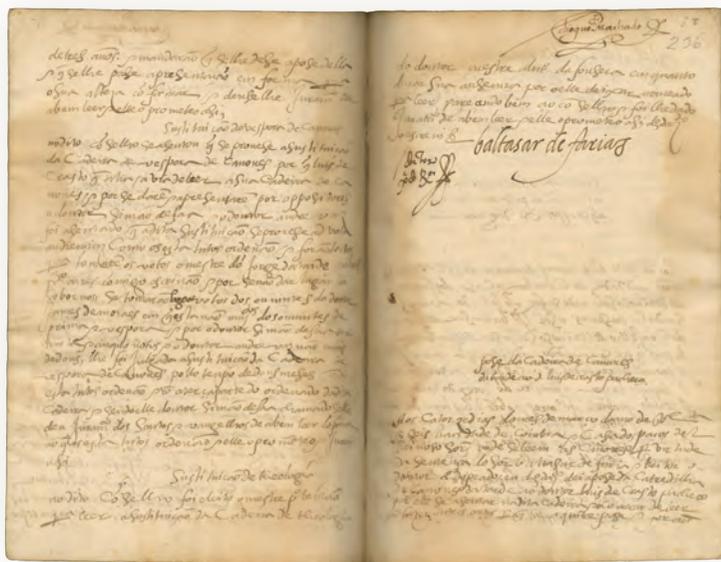
21

D. Pedro Leitão segundo bispo do Brasil, nesta Universidade

D. Pedro Leitão (ca.1519-ca.1573), natural de Beja, estudou na Universidade de Coimbra, onde obteve os graus de licenciado em Artes (em 26.05.1549), mestre em Artes (em 06.06.1549) e bacharel formado em Teologia (em 15.05.1556). Foi o 2.º bispo do Brasil, tendo sido preconizado pelo Papa Paulo IV, por bula de 23 de março de 1558, para a diocese da Baía, cargo que ocupou até cerca de 1573, data em que terá falecido.

1556, março, 14 - Ata do Conselho da Universidade, órgão colegial presidido pelo desembargador Baltasar de Faria (visitador da Universidade) e pelo reitor Doutor Afonso do Prado. Entre outros assuntos, foi decidida a substituição na cadeira de Teologia, lecionada pelo Doutor Álvaro da Fonseca, tendo sido eleito para ler nesta cadeira o Mestre Pedro Leitão.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Atas dos Conselhos, vol. 2, (3.º cad.), fl. 37v-38 IV-1.ªD-1-2-51



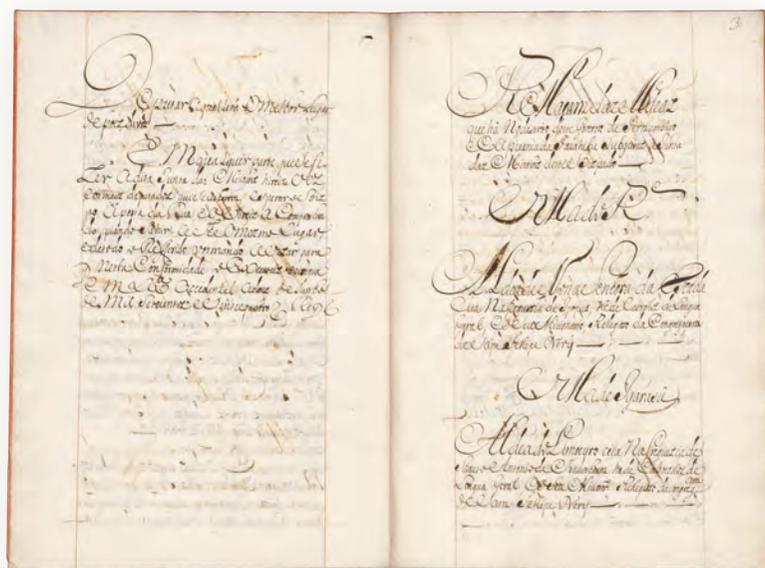
22

Relação das aldeias indígenas em Pernambuco e Paraíba

Informação detalhada sobre as missões de religiosos das Congregações de S. Filipe Nery, do Carmo, de S. Bento, de Santa Teresa, da Companhia de Jesus, etc., com indicação das aldeias e índios que estão sob sua proteção, em todas as capitanias. São nomeados os índios tapuiós, tabajaras, tramaêz, tapaios (?), jenipapos, etc.

Séc. XVII (?) – “Relaçam das Aldeas que há no destrito deste Governo de Pernambuco e Capitania de Parahiba subgeitas a Junta das Missoens deste Bispado”

AUC: Coleção Condes da Cunha; DC: Copiador de correspondência (Pernambuco), fl. 3-10v
VI-3.^a-1-1-3



23

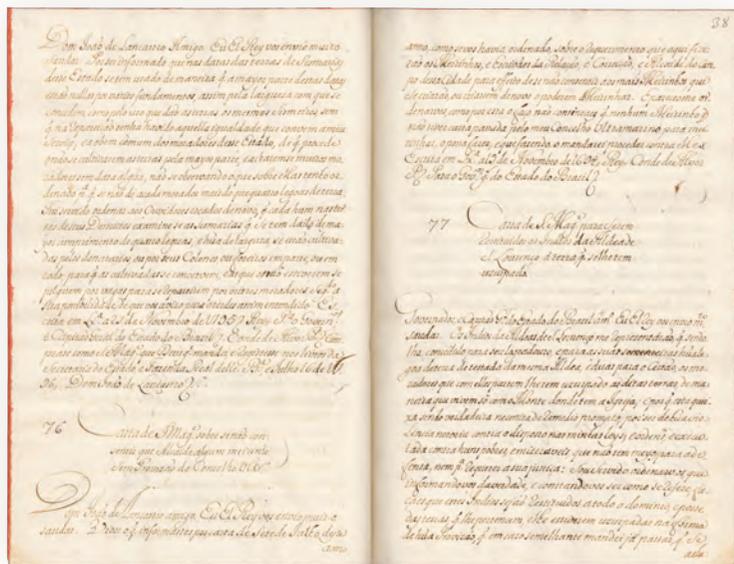
Resoluções régias contra a expulsão de indígenas

Fora concedido aos índios da aldeia de S. Lourenço terreno para as suas sementeiras que agora lhes era usurpado pelos moradores vizinhos. A proteção dos direitos da população indígena é patente na afirmação do Rei contida nesta carta: “esta queixa sendo verdadeira necessita de remédio prompto, por ser de huma violencia notória contra o disposto nas minhas leys e ordens e executada contra huns pobres e miseráveis que não tem meyo para a defensa, nem para requerer a sua justiça...”. O Governador D. João de Lencastre é instado pelo Rei a mandar restituir-lhes as terras usurpadas.

1695, fevereiro, 20 (Lisboa) – Carta régia dirigida ao “Governador e capitão do Estado do Brasil” para serem restituídos os índios da aldeia de S. Lourenço à terra que lhes fora usurpada.

AUC: Coleção Condes de Arcos; DC: “Bahia. Extravagantes”, fl. 38-38v

VI-3.^a-I-1-8



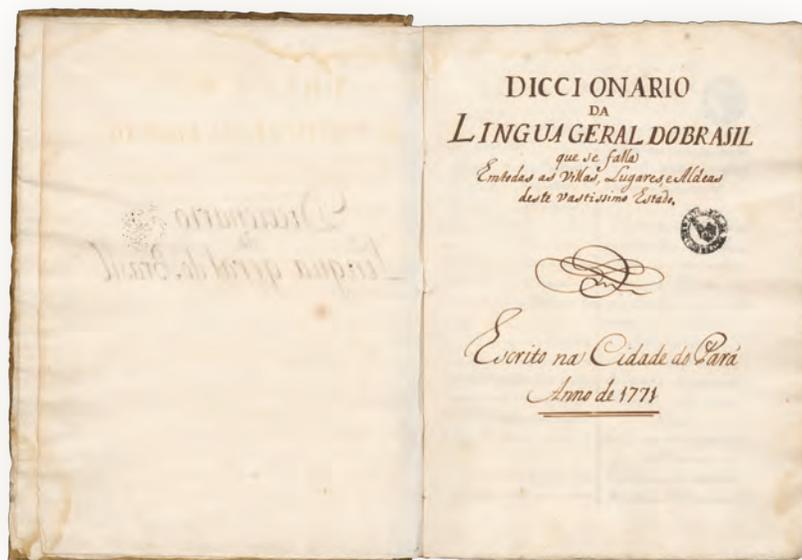
*Dicionário
tupi-português
de proveniência
jesuíta
1771*

Apenas este Dicionário representa o que será porventura o maior e melhor conjunto de manuscritos sobre a língua tupi-guarani (Língua Geral do Brasil) conservado em bibliotecas públicas portuguesas ou brasileiras. Este núcleo tem estado a ser estudado e publicado pelo Fórum Landi, uma organização supranacional, sediada na Universidade Federal do Pará, desde 2005. Além deste espécimen, o acervo compõe-se das peças seguintes: Ms. 69 – Gramatica da Lingua Geral do Brazil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita língua (1750). Ms. 94 – Diccionário da Língua Brazilica [seguido de um vocabulário das] Partes do corpo (f. 76v-78). Ms. 148 – Miscelânea que inclui “Significados de alguns termos e frases...” (f.156-160v.) e Ms. 1089 – Cópia da “Doutrina christan...” do Padre João Filipe Bettendorff (antes de 1698).

Dicionário

Diccionario da língua geral do Brasil, que se falla em todas as villas, lugares, e aldeãs deste vastíssimo Estado, escrito na cidade do Pará, anno de 1771 [Manuscrito]. Pará, 1771.

BGUC: Ms. 81



*Política,
ciência,
guerra e
imigração*

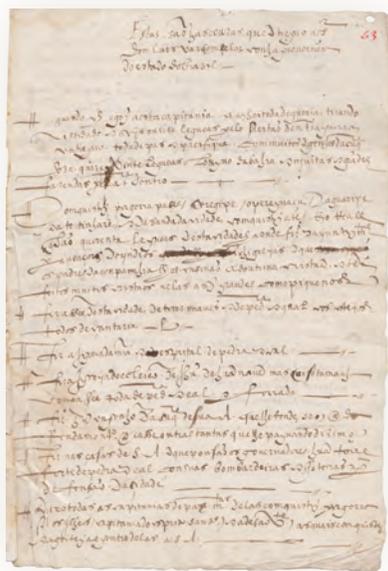
*Um autógrafo
inédito de
Mem de Sá?*

A natureza deste singelo texto (apenas duas páginas, frente e verso de uma folha) incita a pensar num autógrafo do terceiro Governador-Geral do Brasil (entre 1558 e 1572), Mem de Sá. Com efeito, as hesitações e correções que se detetam são típicas de um rascunho, ficando por confirmar se esta é, ou não, a letra da sua mão. O documento encontra-se totalmente inédito e é mostrado aqui pela primeira vez. A família Sá, a que o Governador pertencia, vivia em Coimbra no século XVI, e aqui nasceu o mais famoso irmão de Mem de Sá, Francisco Sá de Miranda.

SÁ, Mem de, 1500-1572

Estas são has couzas que entreguo ao senhor Dom Luiz Vazcomgelos com ha governação do estado do brazil. [Manuscrito] 1 f.

BGUC: Ms. 506 (f. 63)



26

“*Historia naturalis Brasilia*”

1648

Seja qual for a origem da informação científica que nesta edição se compila sob o nome do Piso (que não cuidou de acompanhar a compilação e impressão da obra), trata-se de uma edição monumental e com belas ilustrações, nomeadamente de plantas e animais pouco conhecidos dos europeus da época. Tão boa edição é, com efeito, que até é considerada melhor que a “segunda”, esta seguramente reescrita e publicada pelo seu reclamado autor.

PISO, Willem, 1611-1678

Historia naturalis Brasilia... in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur ... Lvgdvn. Batavorum: Franciscus Hackius ; Amstelodami: Lud. Elzevirius, 1648.

BGUC: S.P.-O-7-3



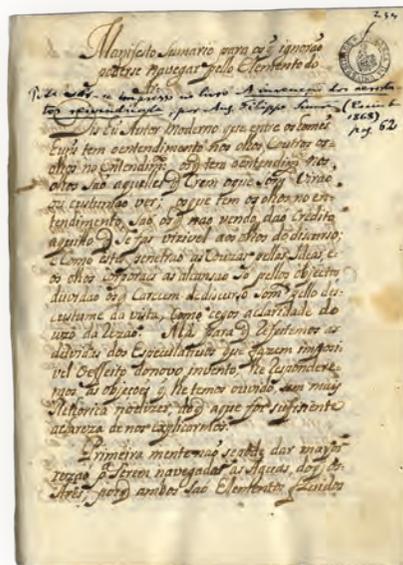
*Cópia do
“Manifesto
sumário”
do Padre
Bartolomeu de
Gusmão*

Bartolomeu Lourenço de Gusmão é considerado o primeiro cientista brasileiro e um dos percursores do voo aerostático. No Manifesto Sumário, defende com cópia de argumentos, ora destinados aos eruditos, ora aos simples, a possibilidade do voo do mais leve que o ar. Além da defesa que neste texto quis fazer em termos físicos, mitológicos e mediante atestação de “autoridades” e textos bíblicos, pode ter sido a falta nele de uma defesa teológica que lhe tenha custado as desconfianças dos Inquisidores. Por este motivo, terá fugido de Portugal e terá acabado por falecer repentinamente, em Espanha.

GUSMÃO, Bartolomeu de, 1685-1724

[Cópia do] Manifesto sumario para os q[ue] ignorão poderse navegar pello elemento do Ar [Manuscrito]. [ca. 1709]

BGUC: Ms. 342 (f. 234-241)



*Um notável
interesse pelo
Brasil de um
Professor italiano*

O italiano Domenico (Domingos) Vandelli foi nomeado lente de História Natural e Química da Universidade de Coimbra, em 11 de setembro de 1772. O seu interesse pelo Brasil é um natural interesse fisiocrático e iluminista, mas que não terá deixado de ser incentivado e reforçado por um notável conjunto de alunos brasileiros que aqui ensinou. Com efeito, debruçou-se ao longo de toda a sua vida e ministério, sobre produtos brasileiros, que estudou ele próprio ou cujo estudo apoiou ou patrocinou aos seus alunos ou ajudantes. Deu o nome de vellosia a uma das novas plantas estudadas pelo Padre Veloso de Miranda, seu amigo e ex-aluno brasileiro.

VANDELLI, Domenico, 1735-1816

Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen. Conimbricae: ex typographia Academico-Regia, 1788.

BGUC: 2-5-9-8



29

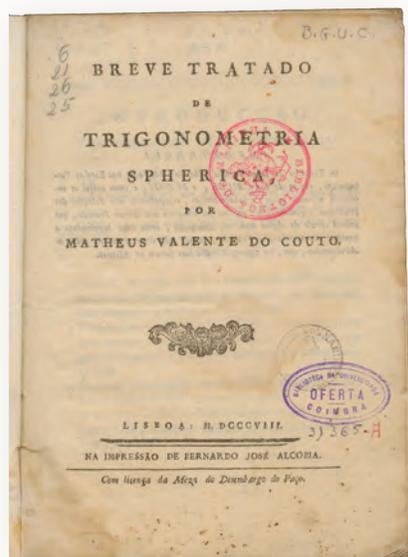
*Valente
do Couto,
um genuíno
inovador*

Sobre este autor diz-se no NONIUS - Arquivo Eletrónico de Matemática da Universidade de Coimbra:
“Deve-se ainda a Valente do Couto uma dissertação filosófica notável sobre a génese das operações em Aritmética e Álgebra, publicada nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa (t. III, 1814), digna de ser lida ainda no nosso tempo. Há mesmo nela doutrina muito próxima das ideias modernas (...). Com efeito, o autor considera as operações algébricas como combinações de letras, que podem representar números ou objetos, sujeitos a certas leis que as caracterizam, leis que indica e que hoje se chamam propriedades combinatórias.” (*Jaime Carvalho e Silva*).

COUTO, Mateus Valente do, 1765-1834

Breve tratado de trigonometria spherica. Lisboa: Impressão de Bernardo José Alcobia, 1808.

BGUC: 6-21-26-25



30

*Uma das mais
belas obras
ilustradas
sobre o Brasil*

1647

O Príncipe João Maurício, Conde de Nassau, governador do Brasil holandês a partir de 1637, encomendou uma obra que documentasse a sua administração no período pernambucano. Assim, publicou-se em Amsterdão, em 1647, esta magnífica e raríssima obra, que inclui cinquenta e cinco gravuras de mapas e plantas, cenas da frota holandesa, vistas do litoral e paisagens, a maioria assinada pelo principal artista da comitiva, Frans Post (1612-1680).

BARLAEUS, Caspar, 1584-1648

Casparis Barlaei, Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura Illustrissimi Comitis I. Mauritii, Nassoviae, &c. Comitis, nunc vesaliae gubernatoris & equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Auriaco ductoris, historia. Amstelodami: ex typographeio Ioannis Blaeu, 1647.

BGUC: 4 A-20-12-10



31

Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica

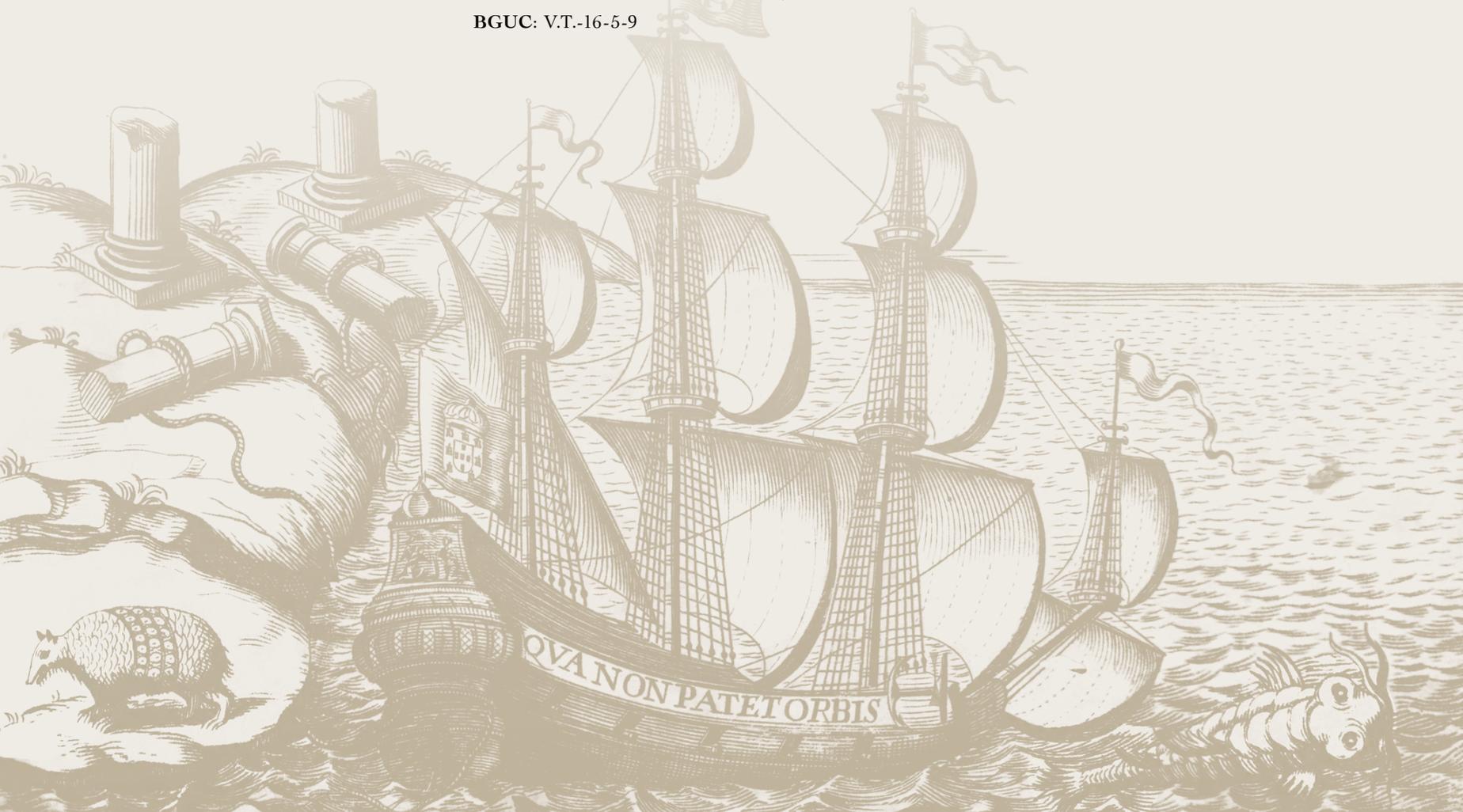
Trata-se da primeira obra publicada sobre a história do Brasil, e que trata dos acontecimentos sucedidos até 1638. A Década segunda, que deveria conter, segundo Inocêncio F. da Silva, a restauração de Pernambuco, nunca se imprimiu. Todos os três exemplares que a BGUC possui estão encadernados com a “Viage da armada da Companhia do Commercio e Frotas do Estado do Brasil”, do mesmo autor, que ostenta a data de impressão de 1655, mas que terá sido publicado na mesma ocasião desta, quase vinte anos depois.

FREIRE, Francisco de Brito, ca. 1625-1692

Nova Lusitania, historia da guerra brasílica... Decada primeira / Por Francisco de Brito Freyre.

Lisboa: na officina de Joam Galram, 1675.

BGUC: V.T.-16-5-9





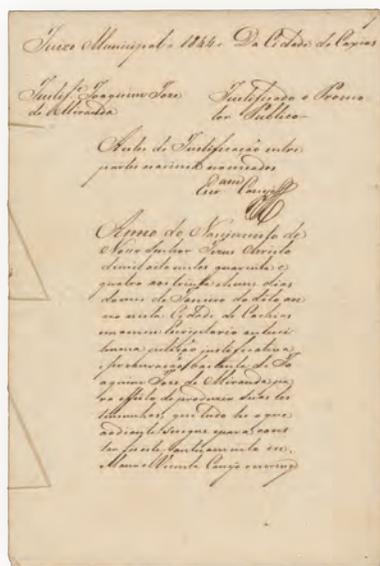
*Um ponto
de vista privado
sobre os tumultos
do Maranhão
1839*

O Dr. Joaquim José de Miranda era natural de Travasso (Aveiro), filho de Manuel José de Miranda, e fez a sua formatura em Medicina, em 15 de dezembro de 1834. Partiu para o Brasil, no exercício da sua profissão. Em 1839, a sua casa em “Caxias das Aldeias Altas” foi assaltada, por ocasião da revolta que abalou o Maranhão, perdendo o médico todos os seus bens.

1844, janeiro, 31 (Caxias, Maranhão) – Autos de justificação em que o Dr. Joaquim José de Miranda pretende provar que a sua casa em Caxias foi assaltada em 1839, perdendo então a sua carta de Formatura, razão pela qual solicita uma 2.ª via.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Processos de carta de curso (Medicina, 1844).

IV-2.ªD-13-2-4



33

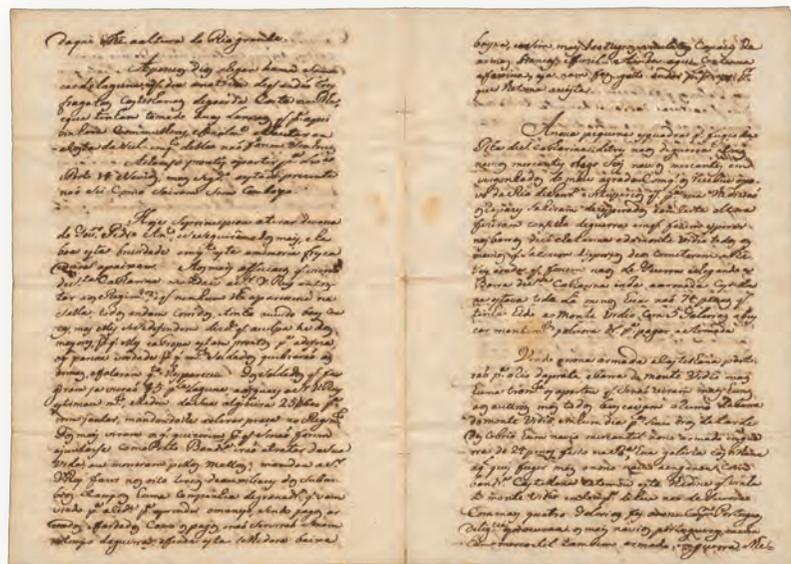
Sucessos do assalto espanhol à Ilha de Santa Catarina

Cópia de uma descrição da tomada da Ilha de Santa Catarina pelo governador de Buenos Aires, D. Pedro de Caballos. Com esta peça, chama-se a atenção para a documentação que integra o Arquivo dos Condes da Cunha, que abrange um vasto período cronológico, de 1641 a 1818. Foi reunida por D. Marcos de Noronha e Brito (8.º conde de Arcos) o último vice-rei do Brasil, que terminou as suas funções em 1808, com a chegada de D. João VI.

1777, abril, 3 (Rio de Janeiro) - Descrição (cópia) dos sucessos ocorridos desde 20 de fevereiro de 1777 em que a armada espanhola, composta por 6 naus de guerra, 12 fragatas e 99 navios de transporte sob o comando de D. Pedro de Caballos, entrou à vista da ilha de Santa Catarina, fazendo com que a guarnição militar, em risco de capitulação, se retirasse para o Rio de Janeiro.

AUC: Arquivo dos Condes da Cunha, cx. XIX, doc. 470

VI-3.^a-1-2-19



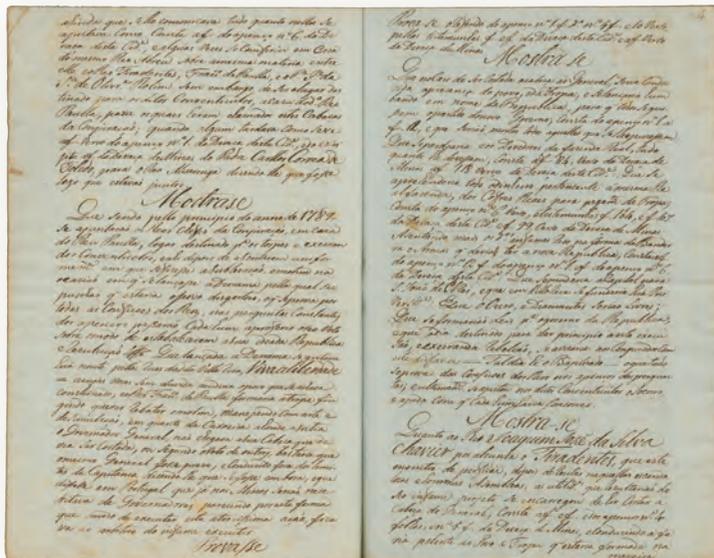
Sentença do "Tirandentes" 1793

A Inconfidência Mineira, ou Conjuração Mineira, partiu da resistência popular ao lançamento de uma derrama sobre a extração do ouro, por parte do governador da capitania de Minas Gerais, o Visconde de Barbacena Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro. Rapidamente, vários brasileiros aproveitaram para lançar um movimento que sugeria a independência da colônia. Foram presos e julgados e Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, foi condenado como cabecilha à morte por enforcamento, em 1789, depois de um processo que durou três anos.

1793, maio, 7 (Rio de Janeiro) - Sentença (cópia) da Conjuração de Minas Gerais contra o Coronel Joaquim Silvério dos Reis e Joaquim José da Silva Xavier (O Tiradentes)

AUC: Arquivo dos Condes da Cunha, cx. XIX, doc. 429

VI-3.^a-1-2-19



35

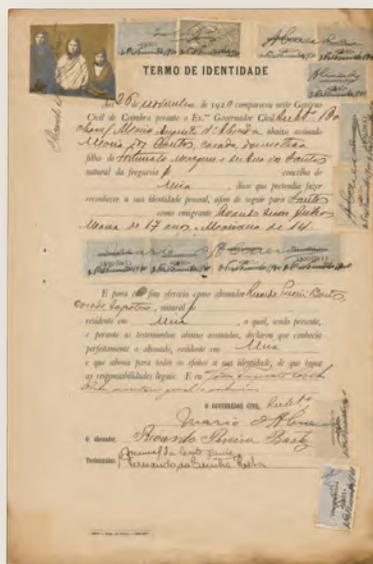
*Processo de
obtenção
de passaporte
para o Brasil
1920*

Apenas um processo exemplar para representar a vasta documentação existente no AUC sobre a emissão de passaportes. Este documento encontra-se acompanhado de uma “carta de chamada” que o marido da requerente do passaporte lhe enviou, datada de Serrana (S. Paulo) de 28 de dezembro de 1919, em que lhe pede que vá para o Brasil, porque “é outra coisa estando a mulher ao pé do marido...”, e que venda o que for necessário para obter dinheiro para viajar.

1920, novembro, 26 (Coimbra) - Termo de identidade de Maria dos Santos, casada, natural de Mira, que com as suas filhas Maria, de 17 anos e Mariana, de 14 anos, pretende emigrar para o Brasil. Apresenta fotografia das mesmas, bem reveladora dos trajes da época. Concedido pelo secretário do Governo Civil de Coimbra, bacharel Mário Augusto de Almeida.

AUC: FD: Governo Civil de Coimbra; SR: Processos de Passaportes – documentos entregues para obtenção de passaporte (1920)

II-2.ªD-10-3-9





*Literatura
lusó-brasileira*

*Padre António Vieira
catequizando indígenas
do Brasil*

Gravura a buril, assinada por Carlo Grandi (*fl.*
1729-1742?) e datada de Roma, 1742. *In*: Barros,
André de, 1675-1754 - *Vida do Apostólico Padre
António Vieira da Companhia de Jesus...* Lisboa: Nova
Officina Sylviana, 1746.

BGUC: S.P.-X5-13



Celeberr.^{us} Fr. Antonius Vieyra Soc. Iesu Lusit. Vissipon.
1722. Carolus Grands. Del. J. Ponce. Sculp. Paris.

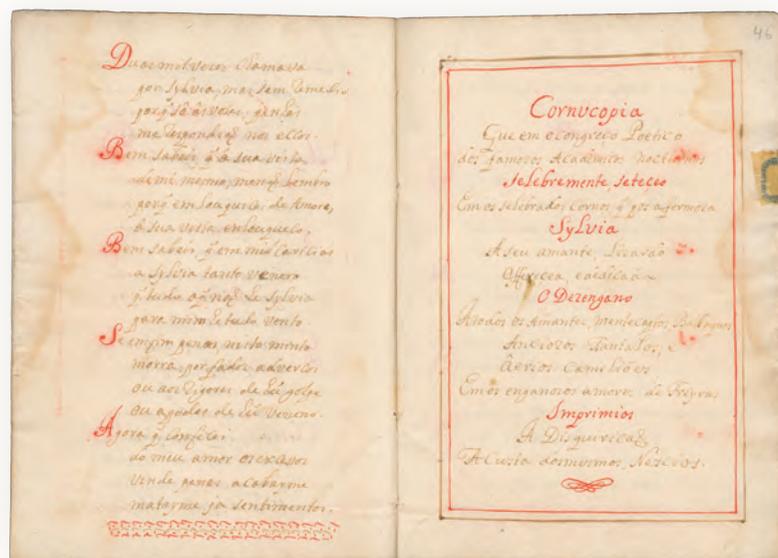
Um poeta
carioca
desconhecido
séc. XVII

A primeira peça desta seleção coloca de modo quase perfeito a questão “luso-brasileira” para o século XVII. Neste manuscrito, escreve o autor: “Em Portugal nasci, me diz o Cura, / Em Portugal me fiz, tal qual Poeta”, o que é bem sintoma da falta de percepção que – no seu tempo – teriam os portugueses nascidos no Brasil de uma naturalidade “brasileira”. Com efeito, Cláudio Gurgel (ou Grugel) do Amaral nasceu no Rio de Janeiro. Veio estudar Cânones para Coimbra, formou-se, exerceu cargos públicos relevantes no Brasil, ordenou-se padre e morreu assassinado numa noite, ao sair de sua chácara, que ficava onde hoje se estende a rua Taylor (RJ). A atividade literária que cultivou no período estudantil não é de valor tal “que altere o panorama da literatura brasileira do século XVII”, como julga Francisco Topa, que se prepara para resgatar do esquecimento o autor, partindo deste manuscrito da Biblioteca Geral.

AMARAL, Cláudio Gurgel do, ca. 1654-1716

Monte de Apolo ; Parnazo das Muzas ; Obras varias de Claudio Grogel do Amaral. Tomo 15 / Recopiladas por Ezope de Homero Mendes

BGUC: Ms. 354



37

As Obras de Gregório de Matos, o “Boca do Inferno”

Gregório de Matos, contemporâneo de Gurgel do Amaral, é de muito maior valor literário e mais interesse para o Brasil e, hoje como no seu tempo, já suficientemente conhecido: os contemporâneos chamavam-lhe “Boca do Inferno” pela mordacidade dos seus versos satíricos, que circulavam pelo Reino em abundantes cópias manuscritas. Esta, contendo 101 poesias, é apenas um dos 18 códices da BGUC onde se recolhem centenas de peças deste autor. A edição crítica de Gregório de Matos, tanta a abundância de escritos conservados, não está ainda feita. Em boa verdade, trata-se de tarefa que requer equipe multidisciplinar e apoio de tecnologias digitais. Para tal edição crítica, alguns dos manuscritos da Biblioteca Geral serão “fontes principais”, como reconheceu recentemente o académico Francisco Topa.

MATOS, Gregório de, 1636-1695

Obras de Greg(ori)o de Matos. [Manuscrito]. Letra do séc. XVIII
BGUC: Ms. 353 (f. 251-357)



*Um manuscrito
princeps de
António José da
Silva, o Judeu*

João Mendes da Silva, o pai de António José, foi advogado da Casa da Suplicação, poeta e também estudante da Universidade de Coimbra. O filho, formado em Cânones, produziu logo na fase inicial da sua curta e malograda carreira esta peça em castelhano, de que só subsistem dois exemplares. O que se mostra é considerado o mais exato e foi, por isso, a principal fonte para a publicação (tardia) deste auto do Judeu: El prodigio de Amarante: comédia famosa / António José da Silva ; ed. critique, introd., notes et glossaire de Claude-Henri Fréches. Paris: Les Belles Lettres; Lisbonne: Liv. Bertrand, 1967.

SILVA, Antonio José da

Originaes do Doutor António Jozé da Silva. Parte 2ª [contém: El Prodigio de Amarante].

Manuscrito sem data. 141 f.

BGUC: Ms. 387



*Uma Oração
Acadêmica
quase
desconhecida*

Foi aventureosa a vida deste brasileiro, que também foi bibliotecário e chegou a privar, em Roma, com o Papa Clemente XIV. Além do conhecido “Caramurú: Poema epico do descobrimento da Bahia”, de que a Biblioteca da Universidade possui uma primeira edição, José de Santa Rita Durão tinha proferido e publicado três anos antes um discurso de abertura do ano letivo na Universidade. Esta oração de sapientia do catedrático de Teologia é considerada uma das mais belas proferidas em Coimbra. Como o poeta destruiu o que restava da sua obra, na sequência da frieza com que o seu Caramurú foi recebido pelos contemporâneos, esta oração acadêmica ganha ainda maior importância para o conhecimento deste autor.

DURÃO, José de Santa Rita, O.E.S.A., 1722-1784

Pro annua studiorum instauratione oratio. Conimbricæ: ex Typographia Academico-Regia, 1778.

BGUC: 4 A-32-4-3



*Um orgulhoso
“Estudante
Ultramarino na
Universidade
de Coimbra”*

Manuel Inácio da Silva Alvarenga Braga foi o autor de O desertor: poema herói-comico, escrito em 1774 em apoio da reforma pombalina da Universidade de Coimbra (de que a Biblioteca Geral conserva dois exemplares). Na Arcádia, Silva Alvarenga assinava como Alcindo Palmireno e quis sempre marcar bem nas suas diversas publicações estas duas qualidades de “Árcade ultramarino” ou de “estudante ultramarino”, como se pode ver no fim desta folha volante.

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva, 1749-1814

No dia da inauguração da estatua equestre d'ElRey N. Senhor D. José I: Soneto
[Vencer Dragão, que as Fúrias desenterra]

[s. l.: s. n.], 1775. Folha avulsa.

BGUC: Misc. 661, N° 10336



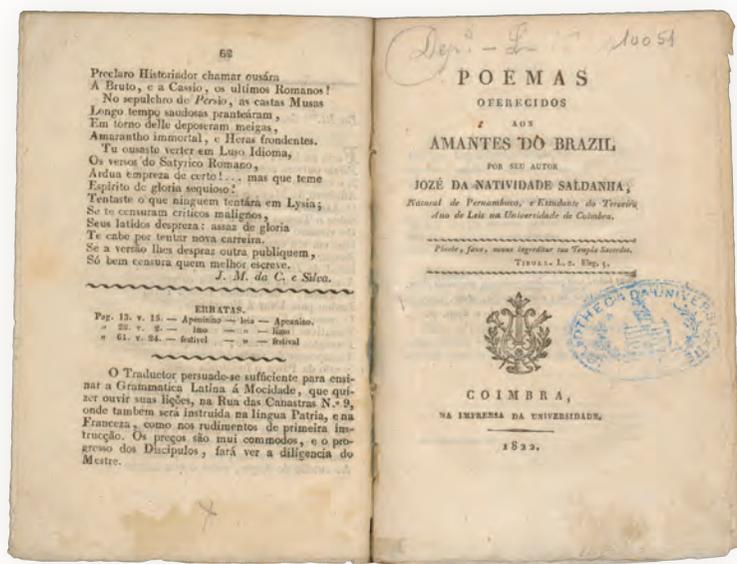
*O amor à terra
de um estudante
do terceiro ano*

Nascido em Santo Amaro do Jabotão, filho de um padre, o vigário João José Saldanha Marinho, José da Natividade Saldanha foi advogado, poeta, músico, político e ativista brasileiro. Estes seus Poemas estão cheios de alusões aos heróis brasileiros, o que não impediu a Imprensa da Universidade de os editar, em 1822. No entanto, o seu amor por Coimbra, onde se formou em 1823, é pelo menos tão grande quanto aquele que proclama publicamente pelo seu Brasil, a julgar por estes versos que dedicou à Fonte dos Amores: “Aqui viveu Ignez!... E reclinada / À borda d’esta fonte clara e pura, / Foi, que horrível memória! traspassada!”

SALDANHA, José da Natividade, 1796-1830

Poemas oferecidos aos amantes do Brazil / por seu autor Jozé da Natividade Saldanha, natural de Pernambuco, e Estudante do Terceiro Ano de Leis na Universidade de Coimbra. Coimbra: na Imprensa da Univ., 1822.

BGUC: Misc. 643, N° 10051



43

*A lenta
emergência
da literatura
nativista
brasileira*

Esta tragédia, em cinco atos, não seguia, na opinião do Visconde de Araguaia “o rigor dos clássicos [Aristóteles e Horácio], nem o desalinho dos [românticos] tampouco visava por objetivo destacar contribuição de descendentes de judeus ao desenvolvimento da cultura e na expansão do Brasil colonial”. Apesar deste declarado propósito, a famosa peça teatral, levada à cena em 1858, parece ter feito mais pela glória póstuma de Antônio José da Silva do que do seu autor. A quem, no entanto, não terá faltado alguma fama em vida, já que foi Sócio Honorário do Instituto de Coimbra.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de, 1811-1882

Antonio Jose ou o poeta e a inquisição: tragédia. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de Paula Brito, 1839.

BGUC: 7-12-9-27



*Gonçalves
Crespo, um
lusó-brasileiro
estudante em
Coimbra*

Porque praticamente desconhecida, mostra-se a Récita de Despedida dos Quintanistas de Direito de 1876-1877, que foi levada à cena na noite de 14 de março de 1877, no Teatro Académico, em Coimbra, e repetida na noite de 17 do mesmo mês. “Phantasias do Bandarra” era da autoria de dois “irmãos siameses” (porque um negro e outro branco), os quintanistas Gonçalves Crespo e António Vasco de Melo, futuro Conde de Sabugosa. A música era dos quintanistas José António Forbes de Magalhães e Simões Barbas, que viria a ser o professor da cadeira de Música da Universidade. Gonçalves Crespo escreveu também a letra do Hino do Curso, com música de Simões Barbas.

CRESPO, António Cândido Gonçalves, 1846-1883

Phantasias do Bandarra [Mimeog.]: récita dos quintanistas: 1877. Coimbra: Lyth. Académica, 1877.

BGUC: O.S. 342.



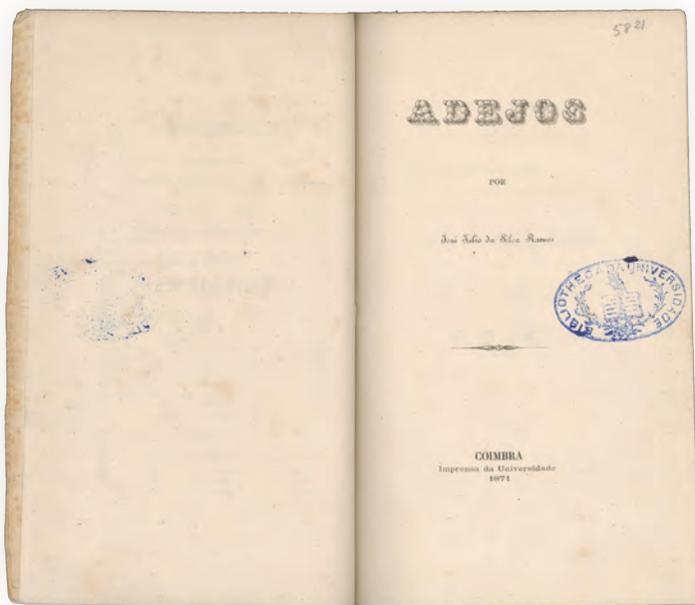
*O primeiro livro
de um poeta
romântico,
publicado pela
Imprensa da
Universidade*

Estudante brasileiro (Recife, 1855 - Rio 1950) que veio para Portugal em 1866 e para Coimbra em 1869, estreou-se com cerca de quatro dezenas de poesias de cariz romântico publicadas na Imprensa da Universidade, em 1871. Este "Adejos" é folheto extremamente raro, que existe na coleção das Miscelâneas da BGUC. Posteriormente, José Júlio da Silva Ramos publicou um segundo livro e colaborou n'A Lira e no Mosaico, vindo a ser membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

RAMOS, José Júlio da Silva, 1853-1930

Adejos / por José Julio da Silva Ramos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1871.

BGUC: Misc. 361, N° 5821



5

*O prestígio da
Universidade
de Coimbra
no Brasil*

RICARDO SEVERO

II - VARIOS ARTIGOS
CONFERENCIAS, ETC.
MCMVII - XVI

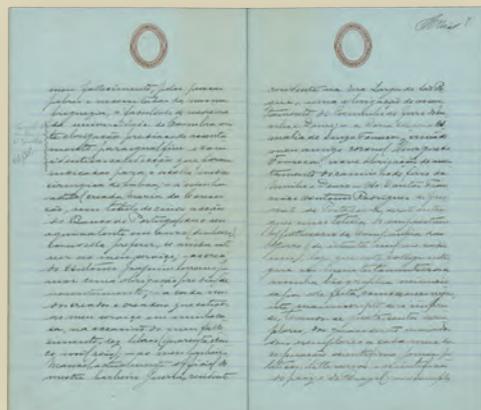
46

Prémio Alvarenga do Piauí na Universidade de Coimbra 1897-98

O Dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga era natural do Piauí e veio a ser médico de renome, tendo vivido em Portugal, onde chegou a ser professor da Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, cidade onde faleceu em 1883. Pertenceu à Academia das Ciências de Lisboa, entre outras agremiações científicas, que todas beneficiou também com alguns legados. Foi logo no ano letivo de 1897-98 que começou a ser atribuído o “Prémio Alvarenga”, utilizando os juros de obrigações por ele legadas à Universidade.

Em 8 de dezembro de 1903, Domitila de Carvalho, a primeira mulher a concluir a formatura em Medicina na Universidade de Coimbra, obteve também este prémio, quando frequentava o 3.º ano de Medicina, recebendo, então, 154\$250 réis. Entre outros alunos distintos que o receberam, podemos citar Ângelo Rodrigues da Fonseca e António Caetano Freire de Abreu Egas Moniz, futuro Prémio Nobel.

1896, novembro, 10 (Lisboa) – Certidão autêntica do testamento do Dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga, feito em Lisboa, em 12 de maio de 1880, que figura em autos cíveis de inventário a que se procedeu por seu óbito. Legou à Faculdade de Medicina de Coimbra 20 obrigações prediais da Companhia de Águas de Lisboa, para, com o seu juro anual, se constituir um prémio – denominado Prémio Alvarenga do Piauí - a entregar anualmente aos alunos que mais se distinguiram na cadeira de Matéria Médica e Terapêutica. AUC: FD: Universidade de Coimbra; Coleção de documentos de doações e prémios IV-2.ªE-9-2-1



*Doação de Luís
António Alves de
Carvalho Júnior
1898*

“Das galerias interiores do Museu a mais importante é a que encerra a collecção conchyliologica, em armários envidraçados, muito bem illuminados pela sua situação defronte das janellas. Este ramo da zoologia, provido de sufficiente número de exemplares, é digno de ser examinado com attenção, porque alguns géneros de molluscos estão representados por typos interessantes. Tres curiosas acquisições concorreram para enriquecer esta collecção. A mais antiga foi o valioso donativo de mais de 100 espécies, feito pelo illustrado monarcha, o senhor D. Pedro V, pertencendo a maior parte das conchas ao mar Pacífico e ao Brazil, e algumas às nossas possessões ultramarinas. Notam-se entre estes exemplares alguns muito raros e de grande valor e merecimento.” (Carvalho, Joaquim Augusto Simões de – *Memória Histórica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 212-213)

Saíra-verde, *Tangara desmaresti* (Vieillot, 1819)
Luiz de Carvalho, Brasil, 1898
Comp. 135 mm
MCUC: ZOO.AVE.NEO.0376.03



Conchas de *Voluta hebraea* Linnaeus, 1758
Luiz de Carvalho, Brasil, 1898
Comp. 100 mm
MCUC: ZOO.0.001.753

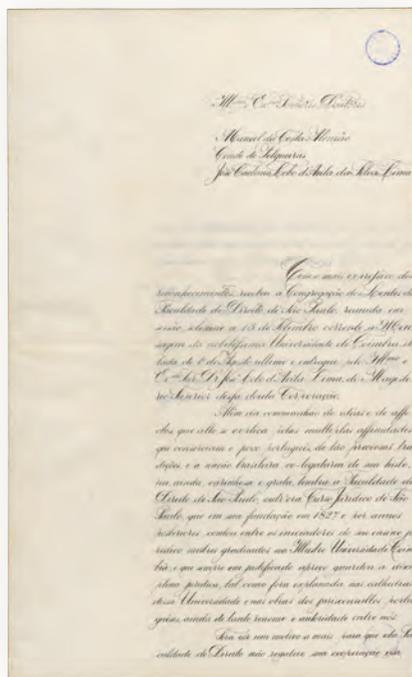


*Estreitamento
de relações
acadêmicas
São Paulo-
Coimbra
1910*

O Doutor Brasílio Machado, da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, expressa o agradecimento pela mensagem que lhe foi entregue pelo Prof. Doutor José Lobo d'Ávila, sublinhando a comunhão de ideias e afetos entre as duas Faculdades e lembrando a fundação da Faculdade de Direito de S. Paulo, com origem no Curso Jurídico, em 1827.

1910, setembro, 15. S. Paulo (Faculdade de Direito) – Mensagem do Doutor Brasília Machado dirigida aos Professores Doutores Manuel da Costa Alemão, Ant3nio Assis Teixeira de Magalhães (Conde de Felgueiras) e José Caetano Lobo d'Ávila da Silva Lima, lentes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

**AUC: Col.: João Jardim de Vilhena, cartas, Cx. 4
VI-3ª Sec.- 4- 1- 4**



*A guitarra de
Lucas Junot,
embaixador
no Brasil
da música
dos estudantes
1920*

Natural de Santos, Lucas Rodrigues Junot (1902-1968) foi aluno de Música do Lente José Maurício e bacharelou-se em Ciências Matemáticas, em 1927. Veio a ser, no Brasil, um cultor do fado de Coimbra, ajudando a estreitar laços de amizade entre antigos estudantes brasileiros desta Alma Mater Conimbrigensis. Foi autor de diversos fados, sendo de sua autoria a letra do conhecido Fado de Santa Clara, com música de Horácio Menano: «Eu ouvi em Santa Clara / Gemidos de alguém que chora / Era a Rainha pedindo / Por mim a Nossa Senhora...»

Guitarra que pertenceu ao estudante Lucas Junot e que hoje se encontra no Museu Académico por decisão de sua filha, Maria Adelaide Junot, que a entregou, cerca de 1993, juntamente com a capa e fitas de estudante. Esta guitarra toeira de Coimbra foi construída por Armando Neves e ostenta a data de 1920, ano em que provavelmente foi adquirida por Lucas Junot.

800x350 mm

Acompanhada de fotografia do estudante.

MA: Cx. Fotografias reproduzidas; Espólio de Lucas Junot



A Tuna Académica no Brasil 1925

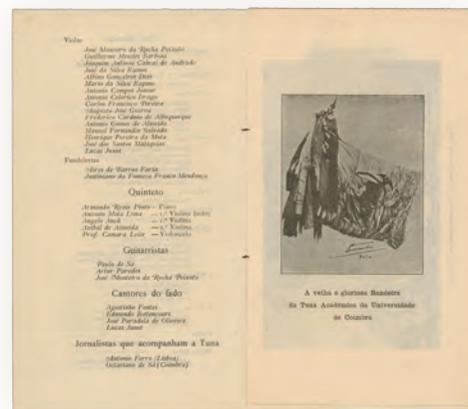
Em 1888, em Coimbra, foi organizada uma Estudantina, sob a direção do Dr. Simões Barbas que foi depois reorganizada, passando a designar-se Tuna Académica, em 1894. Entre os seus regentes contavam-se Francisco Lima de Macedo, Moura Rodrigues e Raposo Marques.

O folheto (sem paginação) está aberto na página que contém, entre outros, os nomes dos guitarristas Paulo de Sá, Artur Paredes e José Monteiro da Rocha Peixoto e os cantores de fado, Agostinho Fontes, Edmundo Bettencourt, José Paradela de Oliveira e Lucas Junot. Figuram ainda os nomes dos jornalistas que acompanharam a Tuna, António Ferro e Octaviano de Sá.

Tuna Académica

Tuna Académica da Universidade de Coimbra: Viagem ao Brasil. Coimbra: Tipografia União, 1925.

MA: cx. Tuna Académica (1888-1958)



52

*A Tuna
Acadêmica
no Brasil
1925*

1925 – Fotografias da digressão da Tuna Acadêmica em terras do Brasil.
(Fotos da viagem a bordo do *Bagé*, da chuva de flores em Santos e chegada a São Paulo)
MA: Cx. Fotografias



53

*A Tuna
Acadêmica
no Brasil
1925*

1925, agosto, 30 – [Programa do] «Grandioso Vespéral Dansante em homenagem à Tuna Acadêmica de Coimbra» no Cine-Theatro República, em S. Paulo. A Tuna atuou começando com os hinos de ambos os países e o hino acadêmico. Apresentou um programa musical com peças do maestro João de Sousa Lima (compositor brasileiro) e do compositor português Ruy Coelho a que se seguiu uma parte de fados e guitarradas, sendo cantores Agostinho Fontes, José Paradela e guitarristas Artur Paredes e Paulo de Sá e Barbosa. MA: Cx. Tuna Acadêmica (1888-1958)

CINE-THEATRO REPUBLICA
EMPRESAS CINEMATOGRAFICAS REUNIDAS, LIMITADA

DOMINGO - 30 de Agosto de 1925 - Às 14 horas em ponto
Grandioso Vespéral Dansante em Homenagem à
TUNA ACADEMICA DE COIMBRA

PROGRAMMA

I PARTE — 1. Pela grande orchestra do REPUBLICA, sob a direcção do Maestro MARTINEZ GRAU
GUARANY - (Protophonia) A. CARLOS GOMES

Pela TUNA ACADEMICA DE COIMBRA - Sob a direcção do Dr. CAMARA LEITE

<p>1 — Hymnos (Brasileiro, Académico e Portuguez)</p> <p>2 — Marcha "GLADIATOR" Maestro João de Souza</p> <p>3 — Arreiaes Portuguezas (Rápódia) Lima</p>	<p>4 — Servinde de Aniequin a Colombine Maestro Lambiel</p> <p>5 — Suite Portuguesa (Grazas - Fado - Clufo) Ruy Coelho</p> <p>6 — Alma Portuguesa (Fado) Lima</p>
--	---

INTERVALLO

<p>II PARTE</p> <p>1 — Ouverture pela grande orchestra do REPUBLICA</p> <p>2 — Fados e Guitarradas</p> <p>Cantores — Agostinho Fontes - José Paradela e Delgado</p> <p>Guitarristas — Arthur Paredes - Paulo de Sá e Barbosa (Viola)</p> <p style="text-align: center;">MUSICA</p> <p>"OS 8 BATUTAS" — musica typica brasileira — JAZZ-BAND REPUBLICA — Repertorio americano e brasileiro para dansas.</p>	<p>III PARTE</p> <p style="text-align: center;">NOS SALÕES DO REPUBLICA</p> <p>Vespéral dansante efferecido pelo CINE-REPUBLICA à Sociedade Paulistana e aos distancios academicos de Coimbra.</p> <p style="text-align: center;">Refrescos de Zanotta, Lorenzi & Camp.</p>
--	--

*Entrega ao Reitor
da chave da cidade
de São Paulo
1951*

A denominada Embaixada Universitária ao Brasil, presidida pelo Reitor Maximino José de Moraes Correia fez uma digressão de quase três meses por diversas cidades brasileiras, com atuações do TEUC e conferências dos professores Pereira Dias, Lopes de Almeida e Eduardo Correia. O Senado da Universidade, reunido a 25 Out. 1951 saudou “o estreitamento das relações espirituais luso-brasileiras e de orgulhosa exaltação dos sentimentos patrióticos dos Portugueses do Brasil”. Durante esta digressão, a chave da cidade de S. Paulo foi entregue pelo Prefeito ao Reitor, que foi agraciado com doutoramentos honoris causa pelas Universidades do Rio de Janeiro, S. Paulo, Baía e Recife. Na Ata do Senado da Universidade de 16 de novembro de 1951, referem-se “as triunfais jornadas”, que culminaram com a proposta da Comissão da Cidade Universitária em dar o nome de “Praça Universidade de Coimbra” ao largo de entrada da Cidade Universitária de S. Paulo.

Chave honorífica

Chave da cidade de S. Paulo entregue ao Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Maximino Correia, aquando da sua deslocação ao Brasil, em 1951.

Apresenta as armas da cidade, a data de fundação, 25 de janeiro de 1554 e o motu “non ducor, duco”.

AUC: Cofre



55

*Saudação das
universidades
brasileiras à
Universidade de
Coimbra
1952*

As universidades brasileiras, reunidas em S. Paulo para estudar o projeto de bases e diretrizes da Educação Nacional, enviam saudações à Universidade de Coimbra. Podem ver-se as assinaturas autógrafas dos respectivos reitores ou vice-reitores, de Pedro Calmon (Reitor da Universidade do Brasil), Ernesto de Moraes Leme (Reitor da Universidade de S. Paulo) e Paulo Tarso Campos (Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), entre outras.

1952, abril, 24. (São Paulo) - Saudação dirigida à Universidade de Coimbra pelas universidades brasileiras

AUC: Coleção de mensagens enviadas à Universidade

IV – 3ª Sec. Gav. 40



*Participação
do Orfeão de
Coimbra no
Centenário
da Cidade
de S. Paulo
1954*

Por iniciativa da Tertúlia Académica de S. Paulo, tendo sido feito convite oficial pela Universidade de S. Paulo, o Orfeão Académico foi ao Brasil, em agosto de 1954, para participar nas festas comemorativas do IV centenário da fundação da cidade de S. Paulo. Regressou a Coimbra dois meses depois, em 10 de outubro.

PARDINHAS, Manuel Alves, 1925-2008

Roteiro do Brasil. Memórias e impressões de viagem do Orfeon académico de Coimbra / Prefácio do Prof. doutor Carlos Moreira. Coimbra: [s.n.], 1955.

MA: «Biblioteca Académica»

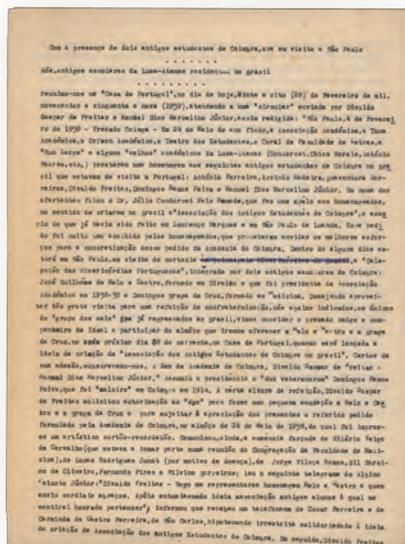


Associação dos Antigos Estudantes da Universidade no Brasil 1959

As Associações de Antigos Estudantes são uma forma privilegiada de cultivar a saudade dos tempos idos: a exemplo do que fora feito em Lourenço Marques e em Luanda, a sua criação foi proposta no Brasil, em 1959. No projeto de Estatutos então apresentados, a Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra (AAEC) tinha como finalidade reunir «estudantes de várias gerações, mas todos eles irmanados pela sua devoção à cidade do Mondego». Entre os 11 artigos dos Estatutos, figura o art.º 9, que determina a comemoração anual da data de 25 de novembro, o dia da “Tomada da Bastilha”.

1959, fevereiro, 28, S. Paulo – Cópia datilografada do memorando sobre a reunião na Casa de Portugal, em S. Paulo, no próprio dia 28, em que se idealizou a criação da Associação dos Antigos Estudantes da Universidade no Brasil.

MA: Espólio do Dr. Divaldo Freitas – Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, cx. 1





*Atos solenes na
Universidade*



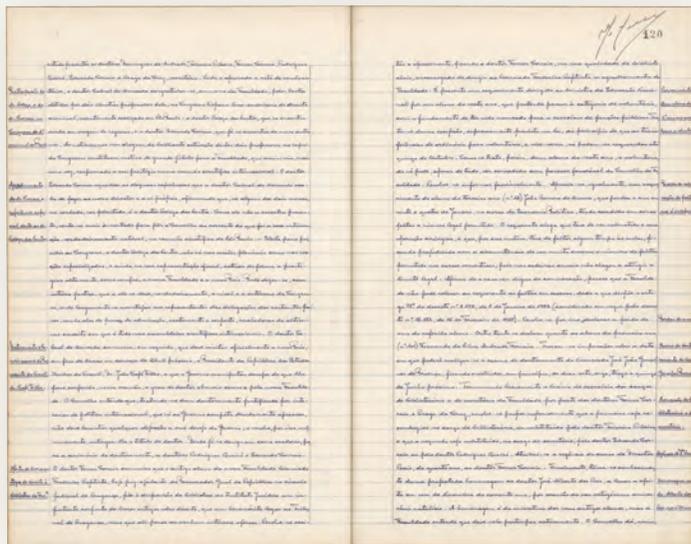
Doutoramento de Café Filho 1955

O Conselho da Faculdade entendeu que não deve levantar qualquer objeção ao desejo do Governo uma vez que se tratava “ (...) dum doutoramento justificado por interesses de política internacional, que só ao Governo compete devidamente apreciar (...)”, ficando decidido que os oradores na cerimónia seriam os Doutores Rodrigues Queiró e Eduardo Correia.

1955, fevereiro, 10 – Ata do Conselho, presidido pelo Prof. Doutor Luís Cabral de Moncada e secretariado pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, na qual é noticiado que visitaria oficialmente o país o Presidente da República do Estados Unidos do Brasil, Dr. João Café Filho, e que o Governo manifestava o desejo de lhe ser conferido o grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito. O doutoramento ocorreu efetivamente em 24 de abril de 1955.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Atas do Conselho da Faculdade de Direito, vol.13 (1947 – 1965), fl.119v

IV-1.ªD-3-1-64C



60

Doutoramento
de Gilberto Mello
Freyre
1962

Eminente sociólogo brasileiro, natural de Pernambuco, foi investido no grau de doutor honoris causa, pela Faculdade de Letras, no dia 18 de novembro de 1962. O Embaixador do Brasil, Dr. Francisco Negrão de Lima, apresentou o doutorando à colocação do grau; o elogio do doutorando e de seu apresentante foram feitos pelo Doutor Arnaldo de Miranda e Barbosa e pelo Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares. A imposição das insígnias foi feita pelo Diretor da Faculdade de Letras, Doutor João da Providência Sousa Costa.

1962, novembro, 20 - Telegrama dirigido ao Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, pelo Prof. Gilberto Mello Freyre manifestando o seu agradecimento por ocasião da cerimónia do seu doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Letras.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Correspondência recebida na Reitoria da Universidade (entidades diversas, Cx.2)

IV-2ª E-12-2-13

 **TELEGRAMA**

Linka ou mesa n.º 48
Estação 21 NOV 1962
Entendido às 17h
Por

Nos telegramas recebidos pelos aparelhos impressores o primeiro número que figura depois da estação expedidora é o número de ordem; o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e a hora da aceitação.
A hora menciona-se por um grupo de quatro algarismos; os dois primeiros indicam as horas e os dois últimos os minutos (0001 a 2400).

TELEGRAMA 22 11 62
Marca
101831

Número	Categoria	Destino	Origem	Número	Palavras	Data	Hora
SMT44		COIMBRA	SANTA MARTA LISBOA	633 13 20	1825	=	

Via e outras indicações de serviço não taxadas

= RENOVO AGRADECIMENTOS INESQUECIVEIS GENTILEZAS
COIMBRA UNIVERSITARIA = GILBERTO FREYRE +

RECEBIDO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
em 21 de 11/62 da 1962
N.º 40 11 62 Fis. 171

2.500.000 ex. - Agosto 1961 - C. P.

*Doutoramento
de José Sarney
1986*

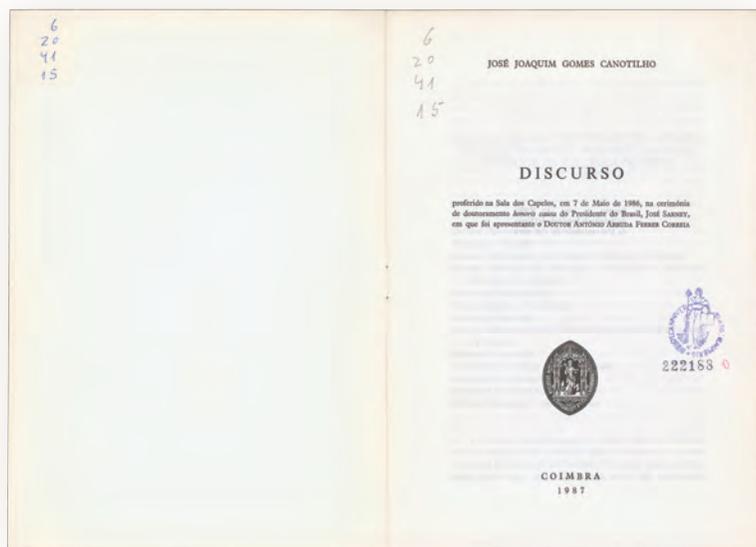
Cumprindo aquilo que a imprensa já tem chamado uma “tradição” de Coimbra, a Faculdade de Direito decidiu homenagear em 1986 mais um ex-Presidente brasileiro com a concessão do grau de Doctor honoris causa. Falaram na ocasião os Professores Gomes Canotilho e Manuel Porto, cujos discursos se mostram aqui.

Canotilho, José Joaquim Gomes, 1941-

Discurso proferido na Sala dos Capelos, em 7 de maio de 1986, na cerimónia de doutoramento “honoris causa” do Presidente do Brasil, José Sarney / José Joaquim Gomes Canotilho.

Coimbra: [s.n.], 1987 (Coimbra: Gráfica de Coimbra). Sep. de: “Bol. Fac. Direito da Univ. Coimbra”, 62, 1986.

BGUC: 6-20-41-15



62

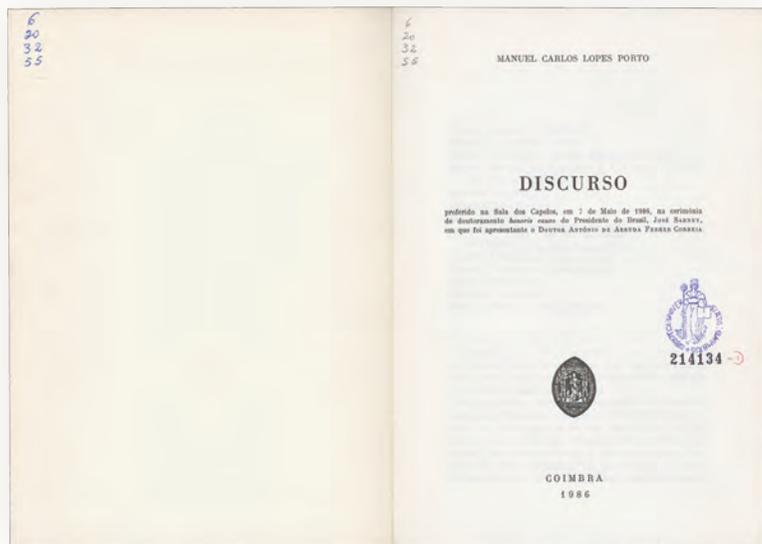
*Doutoramento
de José Sarney
1986*

Porto, Manuel Carlos Lopes, 1943-

Discurso proferido na Sala dos Capelos ... na cerimónia de doutoramento "honoris causa" do Presidente do Brasil, José Sarney... / Manuel Carlos Lopes Porto.

Coimbra: [s.n.], 1986 (Coimbra: Gráfica de Coimbra). Sep. de: "Bol. Fac. Direito da Univ. Coimbra", 62.

BGUC: 6-20-32-55



63

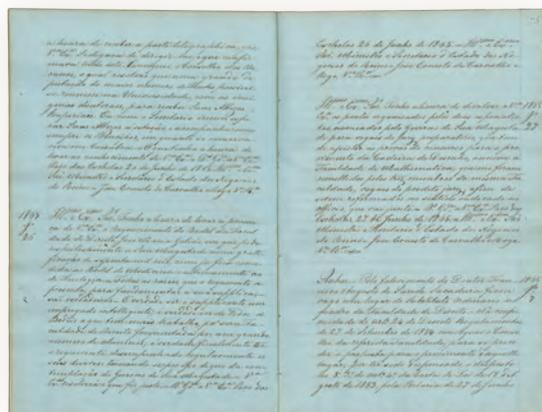
*Visita dos Príncipes
Imperiais do
Brasil SS. AA.
D. Isabel Cristina
Leopoldina e
D. Gastão de
Orléans
1865*

Os Príncipes Imperiais do Brasil D. Isabel Cristina Leopoldina e D. Gastão de Orléans, em viagem de núpcias, visitaram em Coimbra o túmulo da Rainha Santa, a 21 de junho de 1865. O documento refere igualmente a decisão tomada em Conselho de Decanos para que os lentes da Universidade, com as suas insígnias doutorais, recebessem os Príncipes do Brasil, durante a sua permanência em Coimbra.

1865, junho, 20 - Registo do ofício enviado pelo Vice-Reitor da Universidade, Doutor José Ernesto Carvalho Rego, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, dando conta dos cumprimentos apresentados, em nome da Universidade, a suas Altezas Imperiais, na sua paragem na estação de caminho de ferro, em Coimbra, quando se dirigiam para o Porto, no dia 19 de junho de 1865.

AUC: FD: Universidade de Coimbra; SR: Registo de correspondência expedida pelo Reitor da Universidade, vol.1 (1863 – 1870), fl. 74 – 74v

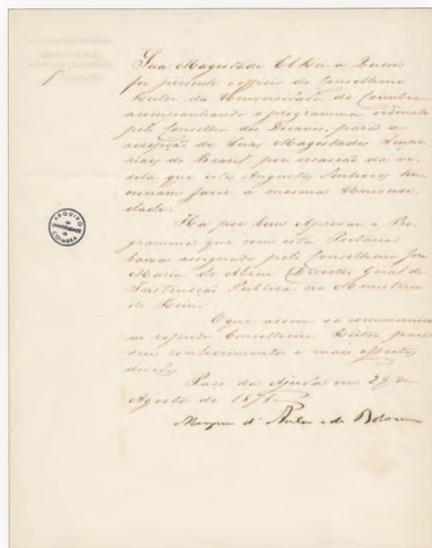
IV-2ª E-11-1-4



*Visitas das
Majestades
Imperiais
do Brasil
1871-72*

A Universidade recebeu ordem do rei D. Luís para que fossem prestadas as honras académicas ao Imperador D. Pedro II, que visitou a Universidade de Coimbra, em 1871.

1871, agosto, 29 (Lisboa, Paço da Ajuda) - Portaria da 1ª Repartição da Direção Geral da Instrução Publica do Ministério do Reino, assinada pelo Ministro Marquês de Ávila e de Bolama (Dr. António José de Ávila), dirigida ao Reitor da Universidade de Coimbra, aprovando o programa elaborado pelo Conselho de Decanos para a receção de SS. Majestades Imperiais do Brasil na Universidade de Coimbra.
AUC: FD: Universidade de Coimbra; Col.: Documentos relativos a Reis, Príncipes e Imperadores IV-1.ªE-10-3-1



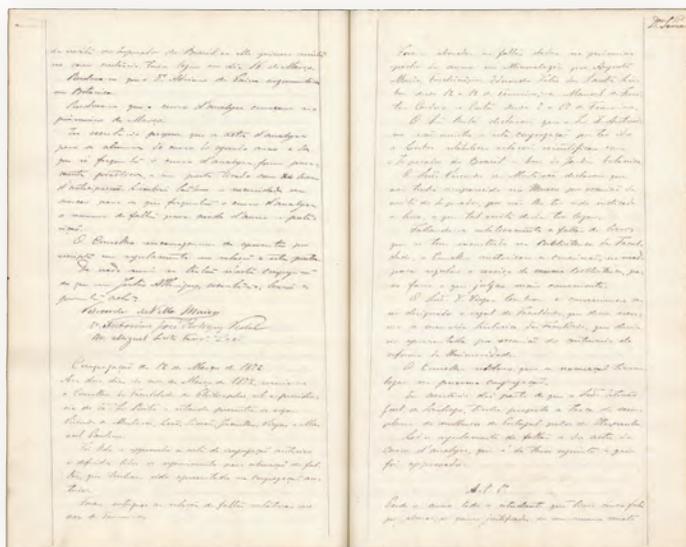
Visitas das
Majestades
Imperiais
do Brasil
1871-72

Em 1872, passando de novo por Portugal, o Doutor Antonino Rodrigues Vidal da Faculdade de Filosofia, deslocou-se a Lisboa, em março, para “estabelecer relações científicas com o Imperador do Brasil a bem do Jardim Botânico”.

1872, março, 12. Coimbra (Faculdade de Filosofia) - Ata do Conselho da Faculdade de Filosofia, sob a presidência do Reitor da Universidade, Visconde de Vila-Maior (Doutor Júlio Máximo de Oliveira Pimentel), que justificou a ausência do Doutor Antonino Rodrigues Vidal, por este se ter deslocado a Lisboa para “estabelecer relações científicas com o Imperador do Brasil a bem do Jardim Botânico.”

Por seu lado, o Visconde de Monte-São [Manuel dos Santos Pereira Jardim], justificou a sua não comparência no Museu [de História Natural], por ocasião da vinda de D. Pedro II, Imperador do Brasil, “ (...) por não lhe ter sido indicada a hora, a que tal visita devia ter logar.”.

AUC: SR: Atas das Congregações da Faculdade de Filosofia, vol.6 (1861 – 1874), fl.160
IV-1ª D-3-1-72



*Professores
Brasileiros
1664-1937*

Alberto Moreira da Rocha Brito

Campinas (São Paulo), Medicina

Alexandre da Silva Correia

S. Paulo, Leis

Ângelo Ferreira Dinis

Rio de Janeiro, Medicina

António Bernardo de Almeida

Baía, Cânones

António da Rocha Ferreira

Baía, Cânones

António de Barros Lopo

Baía, Leis

António Francisco Bastos

Pernambuco, Matemática

António Joaquim Nogueira da Gama

S. João d'El-Rei (Minas Gerais), Medicina

António Lopes Carneiro

Rio de Janeiro, Leis

António Manuel Nogueira

Rio de Janeiro, Leis

António Teixeira da Mata

Rio de Janeiro, Leis

Bernardino Luís Machado Guimarães

Rio de Janeiro, Filosofia e Ciências

Caetano Correia de Seixas

Baía, Cânones

Cândido Rodrigo Alves de Figueiredo e Lima

Viamão (Rio Grande do Sul), Leis

Carlos José Pinheiro

Vila Rica, Medicina

Fr. Domingos de Santa Ana (OSFF)

Rio de Janeiro, Teologia

Francisco de Oliveira Durão

Rio de Janeiro, Teologia

Francisco José Arantes

Recife, Teologia

Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque

Baía, Cânones

Francisco Sodré Pereira

Rio de Janeiro, Cânones

Gregório José da Silva Coutinho

Goiana (Pernambuco), Leis

João Fortunato Ramos dos Santos Pinto

Vitória (Espírito Santo), Leis

João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho

Rio de Janeiro, Cânones

João Ribeiro Pessoa

Pernambuco, Cânones

Joaquim dos Reis

Rio de Janeiro, Cânones e Direito

Joaquim Velloso de Miranda

Vila Rica, Filosofia

José Bonifácio de Andrada e Silva

Santos, Filosofia

José Correia Picanço

Recife, Medicina

José Francisco Leal

Rio de Janeiro, Medicina.

José Joaquim Vieira Godinho

Vila Ricardo (Ouro Preto), Leis

José Marques Vieira

Pernambuco, Filosofia

José Xavier Teles

Rio de Janeiro, Cânones

Luís da Costa e Almeida

Capanema (Baía), Leis

Luís Joaquim Correia da Silva

Sabará, Leis

Luís Rodrigues Vilares

São Paulo, Cânones

Manuel Bernardo de Sousa Magalhães

S. Gonçalo dos Campos da Cachoeira (Baía), Leis

Manuel Botelho de Oliveira

Baía, Leis (o 1.º professor brasileiro a lecionar na Universidade, em 1664)

Manuel de Matos

Baía, Leis

Manuel Luís Soares

Vila Rica, Leis

Manuel Martins Bandeira

Rio de Janeiro, Filosofia

Marcelino Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio

Espírito Santo, Cânones

Mário Goulart de Sá Barbosa

Rio de Janeiro, Ciências

Paulino de Nola Oliveira e Sousa (OCC)

Rio de Janeiro, Teologia e Filosofia

Salvador Pereira da Costa

Baía, Leis

Serafim José de Castilho

Rio de Janeiro, Teologia

Silvestre de Sousa Vilas-Boas

Baía, Leis

Vasco Lourenço Velloso

Baía, Leis

Vicente Coelho da Silva Seabra e Teles

Congonhas do Campo (São Paulo), Filosofia

Vicente Gonçalves Lage

Minas-Gerais, Cânones

OSFF - Ordem de S. Francisco do Colégio de S. Boaventura da Feira

OCC - Ordem dos Carmelitas Calçados

- CORTE REAL, José Alberto; CASTRO, Augusto Mendes Simões de** - *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*. Coimbra: imprensa da Universidade, 1872.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello** – Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspetos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009) 205-228.
- Estudantes e mestres de Coimbra no Real Gabinete Português de Leitura.** Padrão: *Revista Portuguesa do Brasil*. N° 4 (Set. 1951).
- FARO, Bojamé Bernardino de Albuquerque e** - *Carta de guia para novatos, vida importante, ou química proveitosa, que hum tratante envia a hum seu amigo para cursar a Universidade de Coimbra com grandeza na codea, e xelpa, escrita em favor dos patá'os, e offerecida a todo o molangeiro, que dela se quizer aproveitar*. Lisboa: Inacio Nogueira Xisto, 1765.
- FONSECA, Fernando Taveira da** – *Scientiae thesaurus mirabilis; estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra, 1601-1850*. *Revista Portuguesa de História*. 33 (1999) 527-559.
- FREITAS, Divaldo Gaspar de** - *Paulistas na Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1959.
- FREITAS, Divaldo Gaspar de** – *Emudecem rouxinóis do Mondego*. S. Paulo, 1972.
- GAUER, Ruth Maria Chittó** - *A influência da Universidade de Coimbra na formação da nacionalidade brasileira* [texto policopiado] Coimbra: [s.n.], 1995.
- GAUER, Ruth Maria Chittó** - *A construção do Estado-Nação no Brasil: a contribuição dos egressos de Coimbra*. Curitiba: Juriá Editora, 2001.
- Inauguração da Sala do Brasil**. Coimbra: Publicação dos Estudantes Brasileiros da Universidade de Coimbra, 1938.
- Laboratório do mundo: idéias e saberes do século XVIII**. Lisboa: Gabinete das Relações culturais Internacionais do Ministério da Cultura; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- MORAIS, Francisco de** - *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1943. Sep. de Anais da Biblioteca Nacional, 62 (1940), p. 137-335.
- MORAIS, Francisco de** - *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra: Universidade, 1949. Sep. de “Brasília”, Suplemento ao vol. 4.
- PARDINHAS, Manuel Alves** – *Roteiro do Brasil. Memórias e impressões de viagem do Orfeon académico de Coimbra*. Prefácio do Prof. Doutor Carlos Moreira. Coimbra, 1955.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello** – Brasileiros a serviço do Império. *Rev. Port. de História*. 33 (1999). P. 153-190
- PINA, Luís de** – *Padre Manuel da Nóbrega, fundador de São Paulo, na história naturalística do Brasil*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- RODRIGUES, António Luis da Costa** - *Escolares do Brasil em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1947. Sep. de: “Brasília”, vol. 4.
- RODRIGUES, Manuel Augusto et al.** - *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992-2003 2 vol.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1938-** - *A cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- SIMÕES, Santos** – *O Teatro dos Estudantes de Coimbra no Brasil*. Coimbra: Edição do TEUC, 1952.
- VEIGA, Raul da Silva** – *Catálogo de documentos do Cartório de D. Luís da Cunha: 1709-1749*. Coimbra: INIC, 1991.
- VEIGA, Raul da Silva** - *Diplomas régios e outros documentos dados no governo do Brasil (Coleção Conde dos Arcos): catálogo*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1988.

ÍNDICE ANTROPONÍMICO

- Aguiar, José Otávio – 40
 Albuquerque, Francisco Pires de Carvalho e – 209
 Albuquerque, Luís de – 142
 Alcobia, Bernardo José – 155
 Alemão, Manuel da Costa – 185
 Almeida, A. C. – v. Almeida, António Campar de
 Almeida, António Bernardo de – 209
 Almeida, António Campar de – 66, 67
 Almeida, Argus Vasconcelos de – 40
 Almeida, Bonifácio José de – 126
 Almeida, Francisco José de Lacerda e – 20, 21, 27, 38, 104, 106
 Almeida, José Egídio Álvares de – 99
 Almeida, Lacerda e – v. Almeida, Francisco José de Lacerda e
 Almeida, Luís da Costa e – 211
 Almeida, Manuel Lopes de – 190
 Almeida, Mário Augusto de – 163
 Almeida, Miguel Calmon du Pin e – 99
 Almeida, Tomás de – 119
 Alvarenga, Manuel da Silva – v. Alvarenga, Manuel Inácio da Silva
 Alvarenga, Manuel Inácio da Silva – 78, 173
 Alvarenga, Pedro Francisco da Costa – 182
 Álvares, Miguel Justino de Araújo Gomes – 53
 Amaral, António José do – 99
 Amaral, Cláudio Gurgel do – 168
 Amorim, Margarete – 67
 Anchieta, José de – 78, 135
 Andrada, Martim Francisco Ribeiro de – 46, 126
 Andrade, Carlos Drummond – 84
 Anunciação, Francisco da – 80
 Araguaia, Visconde de – v. Magalhães, Domingos José Gonçalves de
 Arantes, Francisco José – 209
 Araújo, Ana Cristina – 32, 35
 Arcos, Conde de – 135, 141, 143, 161
 Areia, Manuel Rodrigues Laranjeira – 40
 Assis, Machado de – 78, 84
 Áustria, Maria Leopoldina de – 360
 Ávila e de Bolama, Marquês de – v. Ávila, António José de
 Ávila, António José de – 206
 Azevedo, Aluísio de – 78
 Azevedo, Filipe da Silva e – 112
 Azevedo, João de Sousa de – 143
 Azevedo, José Batista da Costa – 43, 44
 Bandeira, Manuel Martins – 211
 Barbacena, Visconde de – v. Faro, Luís António Furtado de Castro
 do Rio de Mendonça e
 Barbas, Simões – 176, 187
 Barbosa, António Soares – 18
 Barbosa, Arnaldo de Miranda e – 201
 Barbosa, Domingos de Caldas – 165
 Barbosa, Mário Goulart de Sá – 211
 Barbosa, Paulo de Sá e – 189

- Barlaeus, Caspar – 186
- Barros, Cândida – 73
- Barros, André de – 166
- Barros, João de – 81
- Bastos, António Francisco – 209
- Baumé, Antoine – 35
- Beadle, B. A. – 38
- Bechara, Evanildo Cavalcante – 195
- Beke, C. T. – 38
- Bernardes, José Augusto Cardoso – 2, 5, 11, 15
- Bethencourt, Câmara – v. Sá, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e
- Bettencourt, Edmundo – 187
- Bettendorff, João Filipe, P. – 149
- Bigot, Alphonse – 136
- Biron, Bertý R. – 31
- Bizzo, Maria Letícia Galluzzi – 37
- Blaeu, Ioannis – 156
- Bonaparte, Napoleão – 32
- Bonifácio, José – v. Silva, José Bonifácio de Andrada e
- Braga, Manuel Inácio da Silva Alvarenga – v. Alvarenga, Manuel da Silva
- Braga, Teófilo – 37, 83
- Brenes, Anayansi Correa – 36
- Brito, Alberto Moreira da Rocha – 209
- Brito, Marcos de Noronha e – 161
- Bueno, Marcelo – 43
- Burton, R. F. – 38
- Caballos, Pedro de – 161
- Cabral, José Filipe Ferreira – 116
- Cabral, Manuel de Paiva – 102
- Cabral, Pedro Álvares – 135
- Café Filho, João – 195, 198
- Cairú, Visconde de – v. Lisboa, José da Silva
- Caldas, António Pereira de Sousa – 36, 37
- Caldas, Sebastião de Castro – 141
- Calmon, Pedro – 191
- Câmara, Manuel Arruda da – 40
- Câmara, Manuel Ferreira da – v. Sá, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt Aguiar e
- Camargo, António Pires da Silva Pontes Paes Leme e – v. Leme, António Pires da Silva Pontes
- Camenietzki, Carlos Ziller – 33
- Campos, Ernesto de Souza – 44, 45, 47
- Campos, José Adolfo – 44
- Campos, Maria da Conceição – 84
- Campos, Paulo Tarso – 191
- Canotilho, José Joaquim Gomes – 56, 73, 202
- Cardoso, Fernando Henrique – 72
- Carneiro, António Lopes – 209
- Carvalho, Anselmo Ferraz de – 62, 63
- Carvalho, Bernardo Joaquim Simões de – 82
- Carvalho, Domitila de – v. Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de
- Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de – 182
- Carvalho, Hilário Veiga de – 195
- Carvalho, Joaquim Augusto Simões de – 184
- Carvalho, José Cândido de Melo – 40
- Carvalho, Manoel Luís Álvares de – 36
- Carvalho Júnior, Luís António Alves de – 183, 184
- Castilho, José Feliciano de – 37
- Castilho, Serafim José de – 211
- Castro, Jerónimo José de Melo e – 24
- Castro, Joaquim de Amorim e – 99
- Castro, Josué de – 64
- Castro, Martinho de Melo e – 21
- Cenáculo, Manuel do – 81
- César, Guilhermino – 79, 83, 84
- Chagas, Carlos – 200
- Chauí, Marilena – 72
- Christofolletti, António – 64
- Ciera, Michele António – 25
- Ciera, Miguel António – 18, 19, 39

Clemente XIII (papa) – 31
 Clemente XIV (papa) – 172
 Codina, Joaquim José – 100
 Coelho, Ruy – 189
 Coimbra, Henrique de – 135
 Conti, António Bueno – 65
 Correia, Alexandre da Silva – 119, 209
 Correia, Diogo Álvares – 81
 Correia, Eduardo – 190, 199
 Correia, Maximino José de Morais – 190
 Costa, A. M. Amorim da – 34
 Costa, Cláudio Manuel da – 22, 45, 80, 81, 85, 88, 165
 Costa, Hipólito José da – v. Mendonça, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de
 Costa, João da Providência Sousa – 201
 Costa, Manuel Alves da Fonseca – 128
 Costa, Maria de Fátima – 39, 40
 Costa, Salvador Pereira da – 211
 Coutinho, Rodrigo de Sousa – 21, 42, 106
 Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira – v. Lemos, Francisco de
 Coutinho, Gregório José da Silva – 209
 Coutinho, João Pereira Ramos de Azeredo – 30, 211
 Coutinho, José Joaquim de Azeredo – 116
 Coutinho, Rodrigo de Sousa – v. Coutinho, Rodrigo Domingos de Sousa
 Coutinho, Rodrigo Domingos de Sousa – 42
 Couto, José Vieira – 42
 Couto, Mateus Valente do – 155
 Couto, Ribeiro – 78
 Cravidão, Fernanda Delgado – 67, 69, 195
 Crespo, António Cândido Gonçalves – 176
 Crespo, Gonçalves – v. Crespo, António Cândido Gonçalves
 Cruz, Oswaldo – 36, 73
 Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da – 31, 38, 40
 Cruz, Guilherme Braga da – 199, 201
 Cunha, Cardeal da – v. Cunha, João Cosme da
 Cunha, Condes da – 135, 147, 161, 162
 Cunha, João Cosme da – 30, 31
 Cunha, José Anastácio da – 19, 20, 23
 Cunha, Lúcio – 2, 5, 61, 67, 69
 Cunha, Luís António Rosado da – 170
 Deffontaines, Pierre – 62, 63
 Denis, Ferdinand – 81
 Dias, António Gonçalves – 87, 99
 Dias, Gonçalves – v. Dias, António Gonçalves
 Dinis, Ângelo Ferreira – 209
 Domingues, Ângela – 39
 Dorta, Bento Sanches – v. Orta, Bento Sanches de
 Durão, Francisco de Oliveira – 39, 40, 209
 Durão, José de Santa Rita – 22, 31, 78, 81, 85, 89, 91, 172
 Elsdén, Guilherme – 34
 Elzevir, Louis – 152
 Elzevirius, Lud. – v. Elzevir, Louis
 Encarnação, Gaspar da – 80, 88
 Espanhol, Nivaldo – 67
 Espanhol, Rosangela – 67
 Evangelista, Teresa Clara de Jesus – 80
 Évora, Arcebispo de – v. Cunha, João Cosme da
 Faria, Baltasar de – 146
 Faria, José Cofídio de Sá e – 106
 Faro, Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e – 23, 162
 Feijó, João da Silva – 40, 42, 99
 Felgueiras, Conde de – v. Magalhães, António Assis Teixeira de
 Fernandes, Florestán – 72, 195
 Ferraz, Márcia Helena Mendes – 34, 42
 Ferreira, Alexandre Rodrigues – 21, 39, 40, 42, 100, 145
 Ferreira, António da Rocha – 209
 Ferreira, António Gomes – 37
 Ferreira, Luís Seco – 80
 Ferreira, Mário Clemente – 38
 Ferreira, Martins R. P. Portugal Vasconcelos – 41
 Ferro, António – 187
 Figueiredo, Fernando de – 33

Figueiredo, Fernando João Bandeira de – 34
 Figueiroa, Sílvia F. de M. – 41
 Filgueiras, Carlos A. L. – 34, 35, 36
 Filipe II, D. (rei) – 21
 Filipe, José – 140
 Fonseca, Álvaro da – 146
 Fonseca, Ângelo Rodrigues da – 182
 Fonseca, António Isidoro da – 170
 Fonseca, Luís da – 142
 Fonseca, Quirino da – 104
 Fonseca, Ricardo Severo da – 180, 181
 Fontes, Agostinho – 187, 189
 Franco, Francisco de Melo – 22, 23, 26, 51
 Franco, Francisco Soares – 37
 Franzini, Miguel – 18, 19
 Fréches, Claude-Henri – 171
 Freire, Brito – v. Freire, Francisco de Brito
 Freire, Francisco de Brito – 94, 158
 Freire, Laudelino – 81
 Freitas, Divaldo Gaspar de – 179, 193
 Freitas, José Pinheiro de – 37
 Freyre, Gilberto Mello – 64, 95, 201
 Furtado, Francisco Xavier de Mendonça – 19, 24
 Galhardo, António Rodrigues – 51
 Galram, Joam – v. Galvão, João
 Galvão, João – 158
 Gama, A. – 62, 99
 Gama, António Joaquim Nogueira da – 209
 Gama, Caetano Maria Lopes – 99
 Gama, Manuel Jacinto Nogueira da – 59
 Garcia, Gregório – 75
 Garcia, José Maurício Nunes – 119
 Gianotti, José Arthur – 72
 Girão, Aristides de Amorim – 62, 63, 64
 Godinho, José Joaquim Vieira – 109, 211
 Goes, Eda – 67
 Goiana, Barão de – v. Picanço, José Correia
 Gomes, Bernardino António – 37
 Gonzaga, Tomás António – 22, 45, 85, 165
 Guedes, Maria Estela – 42
 Guimarães, Bernardino Luís Machado – 119, 209
 Gusmão, Alexandre de – 99
 Gusmão, Bartolomeu de – v. Gusmão, Bartolomeu Lourenço de
 Gusmão, Bartolomeu Lourenço de – 153
 Hackius, Franciscus – v. Hackius, François
 Hackius, François – 152
 Henriques, Deise Dias Rego – 44
 Herculano, Alexandre – 82, 84
 Hespanha, António Manuel – 32
 Hirano, Sedi – 72
 Ianni, Otávio – 72
 Itaboraí, Visconde de – v. Torres, Joaquim José Rodrigues
 Jacinto, Rui – 2, 5, 61, 62, 66, 67
 Jakobsson, Andrea – 135
 Japiassú, Cândido Ladislau – v. Mello, Cândido Ladislau Japiassú
 de Figueiredo e
 Jardim, Manuel dos Santos Pereira – 207
 João II, D. (rei) – 82
 João III, D. (rei) – 82
 João VI, D. (rei) – 36, 37, 161, 165
 José I, D. (rei) – 18, 39, 140, 173
 Junot, Lucas – v. Junot, Lucas Rodrigues
 Junot, General – v. Junot, Jean-Andoche
 Junot, Jean-Andoche – 32
 Junot, Lucas Rodrigues – 78, 186, 187
 Junot, Maria Adelaide – 186
 Kidder, Daniel Parish – 136
 Kubrusly, Ricardo Silva – 43
 Lacerda, Francisco José de – v. Almeida, Francisco José de Lacerda e
 Lage, Domingos Vidal – 44
 Lage, Vicente Gonçalves – 211
 Lavoisier – v. Lavoisier, Antoine Laurent de

Lavoisier, Antoine Laurent de – 34, 35, 45, 112, 124
 Leal, Francisco – v. Leal, José Francisco
 Leal, José Francisco – 34, 35, 36, 211
 Leal, Teófilo de Carvalho – 83
 Leão XIII (papa) – 195
 Leiria, Bispo de – v. Cunha, João Cosme da
 Leitão, Pedro – 135, 146
 Leite, Serafim – 142
 Leme, António Pires da Silva Pontes – 21, 38, 104, 106, 135
 Leme, Ernesto de Morais – 191, 195
 Leme, Pontes – v. Leme, António Pires da Silva Pontes
 Lemos, Francisco de – v. Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira
 Lemos, João de – 82, 83
 Lencastre, João – 148
 Leopoldina, Isabel Cristina, D. (princesa) – 195, 205
 Leopoldina, Maria, D. (princesa) – 36, 37
 Lessa, António – 73
 Lima, Cândido Rodrigo Alves de Figueiredo e – 209
 Lima, Francisco Negrão de – 201
 Lima, João – 67
 Lima, João de Sousa – 189
 Lima, José Caetano Lobo d'Ávila da Silva – 185
 Lima, Miguel Alves – 62
 Lima, Pedro de Araújo – 99
 Linhares, Conde de – v. Coutinho, Rodrigo Domingos de Sousa
 Lisboa, Baltasar da Silva – 99, 132
 Lisboa, Henrique da Silva – 132
 Lisboa, José da Silva – 132
 Lopes, Maria Margaret – 42, 46
 Lopo, António de Barros – 209
 Lucrécio, Fabrício Cláudio – v. Franco, Francisco de Melo
 Luís, D. (rei) – 206, 209
 Macedo, Francisco Lima de – 187
 Machado, Bernardino – v. Guimarães, Bernardino Luís Machado
 Machado, Brasília – 185
 Machado, João – 130
 Maciel, José Álvares – 22, 44, 45
 Magalhães, António Assis Teixeira de – 185
 Magalhães, Domingos José Gonçalves de – 175
 Magalhães, Francisco de Oliveira – 40
 Magalhães, João Jacinto de – 34, 39
 Magalhães, Joaquim Romero – 2, 5, 17
 Magalhães, José António Forbes de – 176
 Magalhães, Manuel Bernardo de Sousa – 211
 Maia, José Joaquim da – 22, 44
 Maia, Moacir Rodrigo de Castro – 41
 Malaquias, Maria Isabel – 39
 Malheyro, F. António do Desterro – 170
 Manuel I, D. (rei) – 21
 Maranguape, visconde de – v. Gama, Caetano Maria Lopes
 Marinho, João José Saldanha – 174
 Mariz, António de – 135
 Marques, Adílio Jorge – 34
 Marques, Manuel Raposo – 187
 Martinez Abad, Francisco – 75
 Martins, Alfredo Fernandes – 62, 64
 Martins, Décio Ruivo – 2, 5, 29
 Martins, Francisco José Corrêa – 38
 Martins, Maria do Rosário – 40
 Mata, António Teixeira da – 209
 Matos, Gregório de – 79, 169
 Matos, Manuel de – 211
 Maurício, José – 119, 186
 Maxwell, Kenneth – 44
 Medeiros, Walter de Sousa – 83, 85
 Mello, Cândido Ladislau Japiassú de Figueiredo e – 108
 Mello, Juliano Pereira – 65
 Melo, Adrian A. – 62
 Melo, António Vasco de – 176
 Melo, Gladstone Chaves de – 195
 Melo, Sebastião José de Carvalho e – 18, 19
 Menano, Horácio – 186

Mendes, Ezope de Homero – 168
Mendonça, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de – 110
Miranda, Joaquim José de – 160
Miranda, Joaquim Veloso de – 21, 119, 211
Miranda, Manuel José de – 160
Miranda, Maria Arminda – 40
Miranda, Sá de – v. Miranda, Francisco Sá de
Miranda, Francisco Sá de – 78, 151
Moncada, Luís Cabral de – 199
Mondlane, Eduardo – 67, 69
Moniz, António Caetano Freire de Abreu Egas – 182
Montalboddo, Francazano – 139
Monteiro, António Augusto de Carvalho – 183
Monteiro, Carlos Augusto – 64
Monte-São, Visconde de – v. Jardim, Manuel dos Santos Pereira
Montesquieu – v. Montesquieu, Charles de Secondat, Baron de la Brède et de
Montesquieu, Charles de Secondat, Baron de la Brède et de – 23
Morais, Francisco – 16, 99
Morais, Manuel – 165
Moreira, Carlos – 192
Moreira, Heloi – 43
Mormêllo, Ben Hur – 43
Morujão, Alexandre Fradique de Oliveira – 83, 85
Mota, Carlos Guilherme – 72
Murray, John – 27, 38
Nader, Rundsthen Vasques – 39
Napoleão – v. Bonaparte, Napoleão
Nascentes, Antenor – 85
Nassau, João Maurício de – v. Nassau-Siegen, Johann Moritz
Nassau-Siegen, Johann Moritz – 156
Neto, José Pereira de Queiroz – 68
Neves, Armando – 186
Neves, Narciso F. da Silva – 183
Neves, Tancredo – 195
Nogueira, António Manuel – 209
Nogueira, Ricardo Raimundo – 37
Noronha, José Monteiro de – 143
Nunes, João Arriscado – 2, 5, 71
Olinda, Visconde e Marquês de – v. Lima, Pedro de Araújo
Oliveira, J. M. P. – v. Oliveira, José Manuel Pereira
Oliveira, José Manuel Pereira de – 62, 64
Oliveira, José Paradela de – 187
Oliveira, Juscelino Kubitschek de – 195
Oliveira, Manuel Botelho de – 79, 99, 165, 211
Orléans, Gastão de, D. (príncipe) – 195, 205
Orta, Bento Sanches de – 39
Paiva, António Anes de – 102
Paiva, Henriques de – v. Paiva, Manuel Joaquim Henriques de
Paiva, José Pedro – 2, 5, 11, 15
Paiva, Manuel Joaquim Henriques – 35, 36, 112
Palmireno, Alcindo – v. Alvarenga, Manuel Inácio da Silva
Paradela, José – 187, 189
Pardinhas, Manuel Alves – 192
Paredes, Artur – 187, 189
Passos, Messias Modesto dos – 67
Pataca, Ermelinda Moutinho – 39, 40
Paulo IV (papa) – 146
Pedro II, D. (imperador) – 83, 94, 195, 206, 207
Pedro V, D. (rei) – 184
Pedrosa, Fábio Mendonça – 33
Peixoto, Afrânio – v. Peixoto, Júlio Afrânio
Peixoto, Alvarenga – v. Peixoto, José Inácio de Alvarenga
Peixoto, Inácio José de Alvarenga – 22, 45, 165
Peixoto, José Monteiro da Rocha – 187
Peixoto, Júlio Afrânio – 195
Peixoto, Renato Amado – 38
Pereira, Ana Leonor – 36
Pereira, Estácio Gularte – 99
Pereira, Francisco Sodré – 209
Pereira, José Manuel Malhão – 33
Pereira, José Saturnino da Costa – 99

Pereira, Magnus Roberto de Mello – 31, 40, 209
 Perez Filho, Archimedes – 66
 Pericão, Maria da Graça – 142
 Pessoa, João Ribeiro – 211
 Pessoa, José Maria da Cunha – 37
 Picanço, José Correia – 36, 119, 211
 Pimentel, António de Serpa – 82
 Pimentel, João Maria Ferreira Sarmento – 180
 Pimentel, Sarmento – v. Pimentel, João Maria Ferreira Sarmento
 Pimentel, José Freire de Serpa – 82
 Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira – 207
 Pimpão, Álvaro Júlio da Costa – 83, 85
 Pimpão, Costa – v. Pimpão, Álvaro Júlio da Costa
 Pinheiro, Carlos José – 209
 Pinheiro, José Feliciano Fernandes – 44
 Pinheiro, Rachel – 39
 Pinto, João Fortunato Ramos dos Santos – 209
 Pinto, Manuel de Sousa – 92
 Pinto, Sandrine Martins – 36
 Piso, Willem – 152
 Pita, João Rui – 35, 36
 Pombal, Marquês de – v. Melo, Sebastião José de Carvalho e
 Pontes, António Pires de Silva – v. Leme, António Pires da Silva
 Pontes
 Pontes, Sebastião do Vale – 99
 Pontes, Silva – v. Leme, António Pires da Silva
 Porto, Manuel Carlos Lopes – 203
 Post, Frans – 156
 Prado, Afonso do – 146
 Proença Filho, Domício – 85
 Queirós, Rodrigues – 199
 Raminelli, Ronald – 39
 Ramos, Fernando – 2, 5, 55
 Ramos, José Júlio da Silva – 177
 Raynal, Abade – v. Raynal, Guillaume Thomas François
 Raynal, Guillaume Thomas François – 23
 Reale, Miguel – 195
 Rebelo, Fernando – 64, 65, 68
 Rego, José Ernesto Carvalho – 205
 Reis, Joaquim dos – 119, 211
 Reis, Joaquim Silvério dos – 162
 Remédios, Joaquim Mendes dos – 81
 Remédios, Mendes dos – v. Remédios, Joaquim Mendes dos
 Rendon, José Arouche de Toledo – 44
 Ribeiro, João Pedro – 89
 Ribeiro, Maria Aparecida – 2, 5, 77
 Ribeiro, Orlando – 62
 Rocha, José Monteiro da – 18, 19, 33, 34, 119, 120
 Rocha, Monteiro da – v. Rocha, José Monteiro da –
 Rodrigues, Manuel Augusto – 41
 Rodrigues, Moura – 187
 Rosa, Guimarães – v. Rosa, João Guimarães
 Rosa, João Guimarães – 84
 Ross, Jurandyr – 65, 69
 Rousseau – v. Rousseau, Jean-Jacques
 Rousseau, Jean-Jacques – 23
 Rousseff, Dilma –
 Sá, Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e – v. Sá, Manuel
 Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e
 Sá, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e – 41, 42, 119
 Sá, Mem de – 22, 135, 151
 Sá, Octaviano de – 187
 Sá, Paulo de – 187, 189
 Saber, Azis Ab – 64
 Sabugosa, Conde de – v. Melo, António Vasco de
 Salazar, António de Oliveira – 78
 Saldanha, José da Natividade – 174
 Sampaio, António C. F. – 62
 Sampaio, Marcelino Pinto Ribeiro Pereira de – 211
 Santa Ana, Domingos de – 209

Santos, António Ribeiro dos – 37
 Santos, Boaventura de Sousa – 72, 73
 Santos, Maria dos – 163
 Santos, Maria Gonçalves Conceição – 68
 Santos, Miguel Cerqueira – 68
 Santos, Milton – 64
 Santos, Nadja Paraense dos – 43, 44
 Santos, Norberto – 67, 69
 Santos, Roberto Figueira – 36
 Sardinha, Pedro Fernandes, D. – 135
 Sarney, José – 94, 202, 203
 Satúrnio, Glauceste – v. Costa, Cláudio Manuel da
 Seabra, António Luís de – 128
 Seabra, Visconde de – v. Seabra, António Luís de
 Seixas, Caetano Correia de – 209
 Severo, Ricardo – v. Fonseca, Ricardo Severo da
 Silva, António Carlos de Andrada e – 126
 Silva, António de Morais e – 36, 49, 114
 Silva, António José da – 78, 86, 171, 175
 Silva, Clarete Paranhos da – 42
 Silva, Dâmaso da – 79
 Silva, Inocêncio Francisco da – 158
 Silva, J. Norberto de Sousa – 45
 Silva, Jaime Carvalho e – 155
 Silva, João Gabriel – 2, 5, 7, 9
 Silva, João Mendes da – 171
 Silva, João Procópio Correia da – 52
 Silva, Joaquim José da – 23, 40
 Silva, José Alberto – 37
 Silva, José Bonifácio de Andrada e – 9, 37, 41, 45, 46, 47, 60, 78, 126, 130, 211
 Silva, Luís António da Gama e – 195
 Silva, Luís Joaquim Correia da – 211
 Silva, Luiz Inácio Lula da – 57, 195
 Silva, Lula da – v. Silva, Luiz Inácio Lula da
 Silva, Manuel Galvão da – 40
 Silva, Manuel Pereira da – 119
 Silva, Paulo Vinícius Aprígio da – 43
 Silveira, Bernardo José Maria Lorena e – 39
 Silveira, Francisco Elias Rodrigues da – 37
 Soares, Francisco – 37
 Soares, José Maria – 37
 Soares, Manuel Luís – 211
 Soares, Torquato Brochado de Sousa – 201
 Sousa, António Luís de Seabra e – v. Seabra, António Luís de
 Sousa, João José Simões de – 56
 Sousa, Joaquim Pedro de – 87
 Sousa, Tomé de – 22, 81, 82
 Souza, Paulino de Nola Oliveira e – 119, 211
 Spósito, Eliseu – 67
 Spósito, Maria do Carmo – 67
 Taborda, Virgílio – 62
 Tavares, Francisco Muniz – 44
 Teixeira, António José – 33
 Teles, Galvão – 78
 Teles, José Xavier – 211
 Teles, Vicente Coelho da Silva Seabra e – 35, 124, 211
 Telles, Vicente Coelho de Seabra Silva – v. Teles, Vicente Coelho da Silva Seabra e
 Tiradentes – v. Xavier, Joaquim José da Silva – 23, 45, 162
 Topa, Francisco – 168, 169
 Torga, Miguel – 84
 Torres, Joaquim José Rodrigues – 99
 Torres, José Joaquim Fernandes da Silva – 99
 Valença, Márcio Moraes – 69
 Valente, Inácio da Silva Coelho – 8
 Vandelli, Alexandre António – 34,
 Vandelli, Domenico – v. Vandelli, Domingos
 Vandelli, Domenico Agostino – v. Vandelli, Domingos
 Vandelli, Domingos – 18, 21, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 132, 134, 154

Varela, Alex Gonçalves – 41, 43, 46
Vargas, Getúlio – 73, 78, 179
Veiga, Francisco – 56
Veloso, Vasco Lourenço – 211
Verran, Rossana Samarani – 39
Vesputio, Alberico – 139
Vicentino, Henrico – 139
Vidal, Antonino Rodrigues – 207
Vieira, António – 165, 166
Vieira, João Rodrigues – 130
Vieira, José Marques – 211
Vila-Maior, visconde de – v. Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira
Vilares, Luís Rodrigues – 211
Vilas-Boas, Silvestre de Sousa – 211
Vilela Filho, Luís Ribeiro – 65
Vilhena, João Jardim de – 185
Villalta, Luiz Carlos – 36
Vitte, António Carlos – 65, 66
Vitte, Claudette – 66
Vlach, Vânia R. F. – 62
Voltaire, François-Marie Arouet de – 23
von Langsdorff, Georg Heinrich Graf – 44
von Sellow, Friedrich – 44
Xavier, Joaquim José da Silva – 23, 162
Zavataro, Thereza de Barcellos Baumann – 43

NOTA:

A apresentação de cada entrada neste índice foi simplificada, no que respeita à identificação de cargos, títulos, dignidades, profissões, etc., com exceção da entrada relativa a reis de Portugal, família imperial do Brasil e papas.

ÍNDICE CRONOLÓGICO

1500 – 78, 151	1603 – 21	1729 – 22, 45, 76, 88, 166
1507 – 94, 139	1611 – 152	1734 – 18, 33, 120
1512 – 21	1612 – 156	1735 – 18, 30, 34, 122, 154
1514 – 21	1625 – 158	1739 – 39, 86
1519 – 146	1636 – 169	1742 – 166
1521 – 21	1637 – 156	1743 -35
1522 – 139	1638 – 158	1744 – 19, 22, 34, 45
1549 – 22, 146	1641 – 161	1745 – 36
1551 – 36	1647 – 156	1746 – 23, 166
1552 – 22	1648 – 152	1747 – 170
1554 – 190	1654 – 168	1748 – 122
1556 – 146	1675 – 158, 166	1749 – 80, 173
1558 – 22, 146, 151	1678 – 152	1750 – 18, 19, 21, 27, 38, 106, 140, 149
1560 – 102, 142	1680 – 156	1751– 36, 140
1572 – 22, 151	1685 – 153	1752 – 19, 33, 39, 40, 42, 112
1573 – 102, 146	1692 – 158	1753 – 80, 88, 104
1574 – 102	1695 – 148, 169	1754 – 23, 30, 166
1577 – 78, 102	1698 – 149	1755 – 36, 39, 40, 49, 106, 114
1584 – 102	1709 – 141, 153	1756 – 21, 35, 39, 132
1586 – 102	1716 – 21, 168	1757 – 22, 26, 36, 37
1589 – 102	1718 – 31	1758 – 33, 39
1590 – 102	1720 – 31	1759 – 31, 33, 126
1591 – 142	1722 – 22, 30, 89, 172	1760 – 22, 33, 42, 44
1594 – 142	1723 – 143	1761 – 19, 31, 132
1597 – 142	1724 – 153	1762 – 31, 36

1763 – 37, 43, 126	1799 – 18, 30, 32-34, 40, 42, 108, 128	1834 – 128, 155, 160
1764 – 31, 41, 124	1800 - 41, 45, 46, 60	1835 – 132
1765 – 24, 31, 59, 116, 155	1801 – 18, 35, 38, 46, 124, 126, 132	1836 – 46
1766 – 25, 33	1802 – 27, 112	1838 – 37, 82, 126, 175
1767 – 33	1803 - 42, 59, 106	1839 – 160, 175
1768 – 45, 80, 143	1804 – 22, 33, 35, 45, 124	1840 – 82, 87, 132
1769 – 112	1805 – 21, 42, 46, 106	1841 – 38, 82, 83
1770 – 30, 33, 39, 122	1806 – 126	1842 – 46
1771 – 30, 149	1807 – 46, 126	1843 – 44, 83
1772 – 18, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 45, 48, 78, 112, 122, 154	1808 – 32, 40, 42, 110, 155, 161	1844 – 46, 160
1773 – 20, 31, 34, 116, 122	1809 – 22, 36	1845 – 87
1774 – 44, 110, 132, 173	1810 – 18, 32, 43 45	1846 – 176
1775 – 33, 46, 112	1811 - 40, 43, 175	1847 – 59
1777 – 18-21, 32, 38, 40, 104, 106, 140, 161	1812 – 36, 37, 114	1848 – 82
1778 – 21, 31, 36-38, 40, 42, 45, 81, 114, 116	1813 – 36, 40, 110	1851 – 128
1779 – 30, 39, 40, 112, 114, 122, 132	1814 – 36, 42, 126, 128, 155, 173	1852 – 44, 128
1780 – 21, 38, 44, 45, 46, 104, 120	1815 – 21, 39, 122, 128	1853 – 177
1781 – 37, 39, 81	1816 – 18, 34, 36, 112, 154	1856 – 130
1782 – 21, 22, 36, 50, 116	1817 – 37	1857 – 136
1783 – 18, 21, 33, 35, 40-44, 112, 124, 126, 132	1818 – 36, 37, 45, 46, 87, 161	1861 – 108, 205, 207
1784 – 22, 31, 34, 37, 44, 50, 89, 172	1819 – 18, 33, 36, 44, 46, 120	1863 – 205
1785 – 37, 40, 44, 100, 112	1820 – 34, 37, 42, 45, 46, 128	1866 – 128
1786 – 23, 33, 34, 35, 37	1821 – 32, 33, 37, 44, 112, 122	1867 – 128
1787 – 19, 37, 44, 45, 126	1822 – 18, 30, 34, 37, 43, 46, 47, 110, 112, 122, 126, 128, 174	1868 – 37, 128
1788 – 22, 35, 39, 41, 44, 45, 114, 124, 126	1823 – 22, 36, 37, 46, 108, 110, 174	1869 – 128, 177
1789 – 21, 22, 35, 39, 41, 42, 44, 45, 88, 114, 162	1824 – 36, 37, 42, 49, 108, 114	1870 – 205
1790 – 33, 35, 36, 38, 41, 45, 104, 124	1825 – 36, 128	1871 – 177, 206, 207
1791 – 35, 38, 124	1826 – 132	1872 – 136, 184, 206, 207
1792 – 21-23, 35, 45, 100	1827 – 185	1873 – 38, 87
1793 – 40, 162	1828 - 136	1874 – 207
1794 - 35, 39, 40, 51, 112, 143	1829 – 35, 37, 112, 126	1876 – 176
1795 – 21, 33, 124	1830 – 23, 122, 174	1877 – 176
1796 - 41, 174	1831 – 44, 126	1878 – 87
1797 – 21, 42, 43, 106	1832 – 36	1880 – 91, 182
1798 – 21, 27, 38, 41, 46, 104, 106, 110, 124, 128	1833 – 37, 53	1882 – 175
		1883 – 176

1887 – 130	1953 – 79, 85	2003 -39, 40, 62, 65, 149
1888- 128, 187, 189	1954 – 192	2004 – 41-45, 47
1889 – 33	1955 – 192, 199	2005 – 37, 39, 66, 67, 68
1890 – 33	1957 – 79	2006 – 37, 39, 41, 65, 70
1894 – 32, 187	1958 – 64, 187, 189	2007 – 33, 36, 38, 40, 41, 42, 46
1895 – 128	1959 – 83, 85, 193	2008 – 32, 33, 41, 42, 47, 68, 192
1896 – 182	1960 – 200	2009 – 31, 34, 36, 38, 39, 41, 65, 66
1897 – 182	1961 – 200	2010 – 31, 41, 65, 66, 67, 68, 69, 85
1898 – 37, 52, 130, 182-184	1962 – 201	2011 – 33, 34, 36-38, 40, 41, 43-47, 56, 65-67
1902 – 186	1964 – 84	2012 – 14, 40, 43, 56, 62, 67, 85
1903 – 182	1965 – 84, 85, 199	
1904 – 142	1967 – 84, 85, 171	
1906 – 142	1968 – 83, 85, 186	
1907 – 180	1969 – 83, 84	
1909 – 130	1970 – 72, 83	
1910 – 185	1971 – 84	
1911 – 62	1972 -41, 84, 85	
1914 – 78	1977 – 180	
1916 – 180	1979 – 104	
1919 – 163	1983 – 40	
1920 – 81, 163, 186	1985 – 35	
1924 – 142	1986 – 35, 94, 202, 203	
1925 – 78, 187-189, 192	1987 -202	
1927 – 186	1988 – 34	
1930 – 36, 177	1989 – 44, 79, 80, 85, 142	
1931 – 91	1990 -41, 72	
1934 – 91	1991 – 36	
1936 – 104	1993 -43, 186, 196	
1937 – 78	1994 – 65	
1941 – 202	1996 – 56, 66, 80, 81, 82	
1943 – 70, 203	1997 – 34, 40, 42	
1946 – 63, 64, 70	1998 – 41, 66, 69	
1947 – 199	1999 – 34, 36, 40	
1948 -45	2000 – 32, 33, 35, 42	
1951 – 190	2001 – 33, 39, 40, 65	
1952 – 63, 191	2002 – 38, 40, 65	

*Exposição
Iconobibliográfica
A Universidade de
Coimbra e o Brasil*

Piso intermédio da Biblioteca Joanina

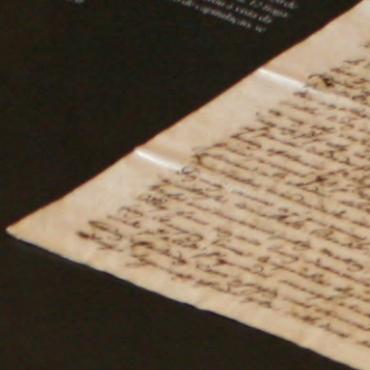
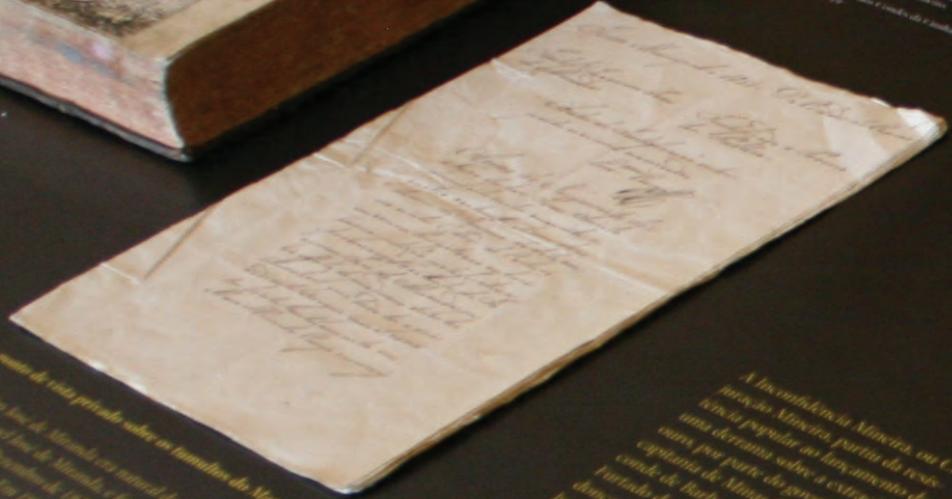
Coimbra • 2012



*História do Brasil
Guerra, 1798*

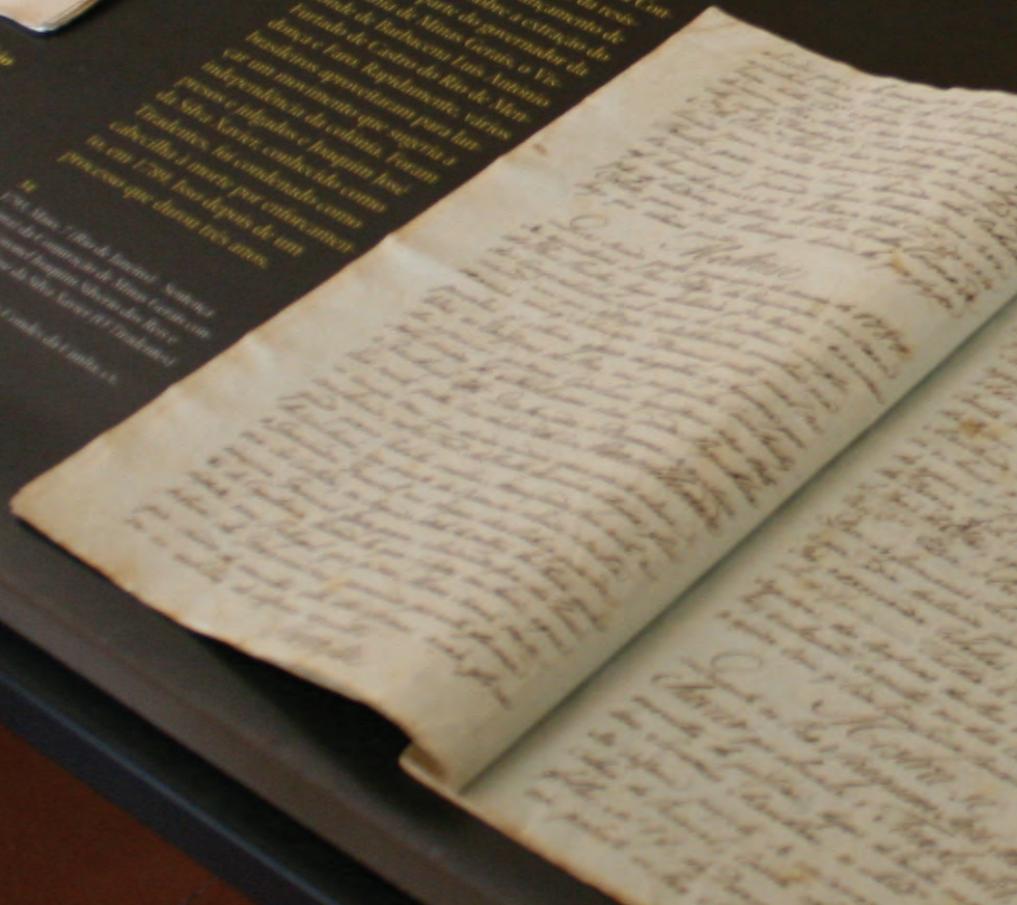


Atentado do exército republicano de São Paulo, 1798. O exército republicano de São Paulo, sob o comando de José Bonifácio de Andrada e Silva, foi derrotado em 1798. O exército real, sob o comando de Luís de Albuquerque Maranhão, venceu a batalha de São João do Rio de Janeiro em 1798. O exército republicano foi derrotado em 1798.



Um poema de uma prisioneira sobre os tumultos do Maranhão (1808)
1808. Inês de Almeida, filha de Almeida e de uma brasileira em São Paulo, foi presa em 1808. Inês de Almeida, filha de Almeida e de uma brasileira em São Paulo, foi presa em 1808. Inês de Almeida, filha de Almeida e de uma brasileira em São Paulo, foi presa em 1808.

A Insurreição Alagoana, ou a Revolução Alagoana
A revolução alagoana foi uma revolução popular no Alagoas, sob o comando de Antônio Carlos de Albuquerque Maranhão. A revolução alagoana foi uma revolução popular no Alagoas, sob o comando de Antônio Carlos de Albuquerque Maranhão.



1808. Inês de Almeida, filha de Almeida e de uma brasileira em São Paulo, foi presa em 1808. Inês de Almeida, filha de Almeida e de uma brasileira em São Paulo, foi presa em 1808.

(Página deixada propositadamente em branco)

• U



C •

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U